

Secretaria de Estado da Cultura apresenta

VENÂNCIO AIRES BUSCANDO RAÍZES

Maria Zulmira
Portella de Moura



VENÂNCIO AIRES:
BUSCANDO u RAÍZES

Maria Zulmira Portella de Moura

VENÂNCIO AIRES:
BUSCANDO SUAS RAÍZES

1ª Edição

Venâncio Aires
TRAÇO
2013

©Copyright: 2013

1ª edição

Direitos reservados desta edição:
Associação dos Amigos do CEMUC

ISBN 978-85-62186-09-7

Editoração: Traço

Projeto Gráfico: TraçoD Douglas Oliveira

Capa: TraçoD Daniel Storch

Ilustrações: Marione Reckziegel

Revisoras: Girlene Simone Manganelli e Maria Helena Schons

M929v Moura, Maria Zulmira Portella de
Venâncio Aires : buscando suas raízes. / Maria Zulmira Portella
de Moura. – Venâncio Aires : AACEMUC, 2013.
136 p.;il.

ISBN 978-85-62186-09-7

1. História – Rio Grande do Sul. 2. História – Venâncio Aires.
3. Portugueses. 4. Africanos. I. Título

CDD 981.65

Catálogo: Bibliotecária Rosaria Garcia Costa CRB 10/1230

AGRADECIMENTOS

Ao Deus, de minha concepção e fé, ao Padre Walter Giehl (in memoriam), que junto com minha mãe Yolita (in memoriam), fizeram os primeiros registros sobre a história da nossa família e conseqüentemente, de Venâncio Aires. Agradeço também ao meu esposo Cleri de Moura, meus filhos James Alberto Portella de Moura e Diane Emilia Portella de Moura e ao meu neto Henzo Gabriel de Moura da Rosa, minha família, fonte de toda inspiração. Às pessoas que incentivaram, em especial, àquelas que ajudaram a concretizar este sonho de publicar este livro e que sabem quem são. Deixo este legado aos que fizeram e fazem a história do povo de Venâncio Aires.

Maria Zulmira Portella de Moura

A gente vai confiando na memória esquecendo o que já disse alguém: "a memória é a faculdade que esquece"

Por isto eu quero que alguém escreva a História de V. Sim,
antes que tudo seja esquecido. Folita.

APRESENTAÇÃO

Esta obra surgiu com a necessidade de termos um referencial fidedigno baseado em fatos e registros da história dos primeiros povoadores, os portugueses e africanos, que influenciaram na cultura e na formação da sociedade venâncio-airense.

Emerge uma pesquisa, que há muito estava engavetada e esquecida, vê-se a possibilidade de traçarmos a identidade cultural dos portugueses/açorianos seus descendentes e colonizadores de Venâncio Aires, bem como dos africanos que os acompanharam e fixaram raízes nesta terra. Partindo do pressuposto de que o povo deve saber qual a sua origem, resgatar sua história real e verdadeira sem distorções. A ideia é deixar à população futura, subsídios sólidos de pesquisa, estudo, lazer e cultura, sabendo de onde viemos para termos um rumo a seguir. Surge então a possibilidade do Departamento Cultural AACEMUC, através do seu grupo de estudos, publicar pesquisa já existente, através de elaboração de projeto pela Associação Amigos do CEMUC, aprovado e financiado pela FAC (Fundo de

Amparo à Cultura) no programa PRO-CULTURA RS da Secretaria Estadual da Cultura.

As referências sobre o tema são limitadas e há poucos relatos e literaturas para pesquisa e para estudos, diante desta necessidade surge esta obra. Esta é uma breve viagem que irá transportar nossa imaginação aos séculos XVIII e XIX até a nossa atualidade. Sabermos nossas raízes, quem somos de onde viemos tudo isso contribuirá para direcionar o caminho a seguir.

Este livro não tem a preocupação de esgotar todas as fontes e sim abrir caminhos para outros estudos de etnias e assim dar continuidade da história da nossa terra.

Os primeiros povoadores açorianos diante de tamanhas dificuldades chegaram a estas terras cheios de expectativas e sonhos, porém o cenário aqui encontrado destoava dos seus anseios.

Num contexto de grandes conflitos por disputas territoriais, os açorianos avançavam rio adentro buscando o melhor lugar para fixar residência no espaço determinado pelo governo imperial.

Após anos de aflição aguardando determinação do governo, finalmente foram situados. Na época as sesmarias estavam sendo distribuídas aos seus donatários, os portugueses então começavam desenvolver a região de matas e campos.

Os casais trouxeram consigo o que o governo imperial concedia, como por exemplo, ferramentas, sementes e o que necessitassem para fazer a terra progredir.

Muitos casais, dentre eles militares e outros com melhor poder aquisitivo, trouxeram consigo escravos para trabalhar nas estâncias e nos afazeres domésticos.

A história de nossa cidade gira em torno do amor e da fé de uma mãe, do seu desprendimento material e dedicação à formação da nossa comunidade.

Contar essa pesquisa comprovada através documentos, que se encontram arquivados em vários locais, como Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana que mantém documentos da igreja de Santo Amaro, Rio Pardo, Taquari e Venâncio Aires, o Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul, o Arquivo da Mitra Diocesana de Santa Cruz é o intuito primordial da obra.

Além disso, há registros de fatos orais e documentos do Memorial da Cruz Portella, que inclui os Fagundes da Cruz, os quais contribuíram para que este legado escrito através de relatos de familiares, passados de geração para geração continuem sua trajetória. Outros fatos, outras histórias podem existir, mas esta é a história que temos comprovada através de documentos fidedignos pesquisadas pelo padre Walter Giehl, grande amigo e conselheiro da família, que tendo acesso ao arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e da Cúria Metropolitana, fez buscas precisas de informações, levando em conta as histórias de família, registradas por Yolita da Cruz Portella que muito sonhou com a publicação dos dados levantados. Porém o Padre nunca chegou a publicar em forma de livro, deixando a cópia dos originais datilografados para a família, em especial, Yolita, que muito contribuiu para a concretização da pesquisa.

Maria Zulmira Portella de Moura

Psicopedagoga institucional e clínica

PREFÁCIO I

Dedicou-se Maria Zulmira Portella de Moura a reunir registros sobre a História de Venâncio Aires – sua Terra Natal. A Família de Maria Zulmira faz parte dessa história desde a formação e organização deste território, razão que a impulsionou a dedicar-se a recolher precioso material biobibliográfico sobre os personagens que tomam parte neste contexto histórico. Mas, temos certeza de que as razões foram bem mais fortes, uma delas, a lusitanidade que se diluiu nos elementos que vieram a constituir definitivamente esta região, o índio, elemento genuíno, habitante da terra, o negro, trazido da África pelos portugueses, o italiano e o germânico que ali chegaram bem mais tarde, pela segunda metade do século XIX. Fato significativo desta obra é relatar a presença dos primeiros sesmeiros portugueses.

Os primeiros povoadores açorianos diante de tantas dificuldades, chegaram a estas terras cheios de expectativas e sonhos, porém, o cenário aqui encontrado destoava dos seus anseios. Num contexto de grandes conflitos por disputas territoriais, os açorianos avançavam rio a dentro, buscando o melhor lugar para fixar residência no espaço determinado pelo governo imperial.

Diz Maria Zulmira Portella de Moura : “A história de nossa cidade gira em torno do amor e da fé de uma mãe, seu despreendimento material e dedicação à formação de nossa comunidade”.

A autora soube de forma marcante salientar nesta obra a importância e o papel da mulher neste período inicial da conquista da terra, mulheres que souberam ser femininas, dóceis e, paradoxalmente, enérgicas, quando era preciso.

A história do Rio Grande do Sul se fez com a presença da mulher lado a lado com o homem, apesar de a literatura histórica não revelar este fato com a relevância que deveria ter. O papel que mulher de origem portuguesa exerceu e foi importante na construção da sociedade brasileira. Com uma bagagem cultural trazida da terra natal conforme cada região, passada de geração por geração, com dotes culinários típicos, com o artesanato próprio, ela criou a partir do que já sabia uma nova cultura adaptada à realidade.

Para destacar o papel da mulher, Maria Zulmira Portella destaca a figura de uma mulher, como responsável pelo fato que deu origem a Venâncio Aires, sua protagonista é uma ilustre senhora Brígida Joaquina do Nascimento, neta de um

militar açoriano Francisco Machado Fagundes da Silveira que veio em 1754, para Rio Pardo, juntamente com os demais açorianos, integrando o comando militar dos Dragões de Rio Pardo. O pai de Brígida era Francisco José Fagundes, o terceiro de uma família de nove filhos, com a morte do pai herdou as terras da atual Venâncio Aires, na época Faxinal dos Fagundes. Brígida casa, em 1804, com José Joaquim da Cruz. Com a morte do pai, Brígida herdou as terras correspondentes ao Faxinal dos Fagundes, vindo a se estabelecer ali com a família. A residência da família localizava-se onde hoje é o Parque do Chimarrão. Eles tiveram tres filhos, Fidélis, Porfíria e José Joaquim da Cruz. Brígida, viúva, veio a falecer com 89 anos de idade, embora conste nos documentos 92 anos, deixando dois filhos. Deduz-se que Fidélis já havia falecido.

Yolita da Cruz, casada com Antão Pereira Portella, tiveram três filhos, Newton Exedito, Neilton Antão e Maria Zulmira Portella. No decorrer do relato histórico das famílias, a autora da presente obra conseguiu provar que descende de Brígida Joaquina do Nascimento, da qual sua mãe Yolita da Cruz é trineta. Yolita faleceu com 97 anos de idade, no dia 16

de abril de 2009. E segundo nos narra sua filha Maria Zulmira Portella, seguiu a saga de Brígida Joaquina do Nascimento.

Se hoje Venâncio Aires tem o Bairro Brígida se deve à ação de Yolita da Cruz que doou uma área de terra para a construção da Escola Estadual de Ensino Fundamental Brígida do Nascimento, da mesma forma que sua trisavó ao doar as terras para a Capela de São Sebastião, foi em torno dessa ação que a comunidade se uniu e conseguiu levar adiante a construção da Capela e a homenagem àquela mulher extraordinária cujas memórias se fundem neste ato mais recente.

Como muito bem quis demonstrar Maria Zulmira Portella Moura e conseguiu, a busca das raízes é muito importante. E com ela afirmamos:

“Acreditamos que a nova geração também possa seguir os passos de seus antepassados, assim seguimos a vida, buscando raízes”.

Santa Inézi Domingues da Rocha Neiva Soares

Diretora Cultural do Instituto Cultural Português

PREFÁCIO II

Neste livro, Maria Zulmira Portella de Moura, professora, psicopedagoga e colunista do Jornal Nossos Valle's, apresenta um novo olhar sobre a história da criação do município de Venâncio Aires, antigo Faxinal dos Fagundes, Faxinal dos Tamancos, Faxinal de São Sebastião e Freguesia de São Sebastião, resgatando suas origens açorianas.

Trata-se de uma nova fonte de pesquisa para todas as pessoas, principalmente para as novas gerações, que queiram saber um pouco mais sobre sua própria história, uma história que, sob o olhar de Maria Zulmira, gira em torno do amor, da fé e do desprendimento material de Dona Brígida Joaquina do Nascimento, sua bisavó, que doou à Igreja o terreno onde atualmente está erguida a Igreja Matriz São Sebastião Mártir.

Esta obra foi escrita a partir da compilação dos registros de uma pesquisa realizada pelo Padre Walter Giehl, com o

auxílio de Yolita da Cruz Portella, mãe de Maria Zulmira. Para conhecer melhor a realidade, a autora analisou objetivamente os fatos do passado por intermédio de documentos, fotografias, arquivos históricos e depoimentos de cidadãos, não correndo o risco de emitir sua própria opinião sobre a história da qual também faz parte.

A história escrita nestas páginas está intensamente ligada à história vivida pela autora e por todos os venâncio-ai-rensens. A autora não tem a pretensão de fixar uma verdade absoluta, porém quer deixar sua contribuição para que, conhecendo melhor nosso passado, possamos seguir em frente e realizar feitos que continuem orgulhando nossos descendentes.

Antonio Carlos Dos Santos Madeira

Diretor geral do Jornal Nossos Valle's

ÍNDICE

- 21** **A semente Lusitana aqui germinou**

- 27** **Os fatores que geraram a vinda dos Açorianos para o Brasil**

- 29** **Os primeiros habitantes: Os índios**

- 33** **A chegada dos Açorianos**

- 38** **O capitão, dono deste chão**
- 43 Os herdeiros do capitão
- 43 Certidão de batismo de Francisco José Fagundes
- 47 Pais e irmãos de Brígida
- 49 Registro de batismo de João
- 49 Certidão de crisma de Vicente e de Ana
- 49 Certidão de batismo de Leonor e Brígida
- 50 Casamento de Brígida
- 51 Os familiares do esposo de Brígida
- 52 Registro de casamento
- 53 Registro de batismo do esposo de Brígida
- 53 Registro de batismo de Fidelis
- 53 Registro de batismo de Porfíria
- 54 Descendentes de Porfíria
- 54 Casamento de José Joaquim da Cruz Filho

| | |
|-----------|--|
| 55 | De Faxinal dos Fagundes a Faxinal dos Tamancos |
| 57 | Rio Grande do Sul: palco de conflitos |
| 61 | Os filhos da coragem e bravura |
| 63 | O ataque da fera |
| 64 | Falecimento da irmã gêmea de dona Brígida |
| 64 | Outros registros de terras |
| 66 | Começa a formação do povoamento |
| 67 | Povoamento de vila Mariante |
| 68 | Início da colonização Alemã |
| 70 | O sonho da capela |
| 74 | Certidão de óbito de Brígida Joaquina do Nascimento |
| 75 | A igreja Matriz e a crença do povo |
| 76 | Certidão de batismo de Genoveua |
| 76 | Descendentes de Antônio Berlim da Cruz |
| 76 | Antônio Berlim da Cruz |
| 77 | Certidão de óbito de Antônio Berlim |
| 77 | Antônio Pedro da Cruz |
| 79 | Yolita da Cruz Portella |
| 86 | O dinheiro enterrado |

88 História da casa branca

89 Antônio Berlim da Cruz, da atualidade ao passado

91 Histórias dos “Fagundes”

93 O acendedor de lampiões

95 Poema: Brasil de todos

96 Poema: Minha cidade

97 Poema: Terra querida

98 O pioneiro na produção e comercialização da erva-mate

98 Tradicionalismo

100 Alimentação

100 Magnólia

102 São Sebastião Mártir: Nosso padroeiro

102 Onde e quando viveu São Sebastião

105 Afrodescendente: escravidão, trabalho invisibilidade social

106 Escravos em Venâncio Aires: Trabalho e silêncio

109 O escravo e a capela de São Sebastião Mártir

112 Um quilombo no Faxinal dos Tamancos

115 A irmandade de São Sebastião Mártir

- 115 O afrodescendente nas campanhas militares no sul
- 116 O peso da herança escravista
- 118 Etnicidade no lazer
- 120 As festas surpresa
- 120 Dos bailes de rancho ao baile de São Sebastião
- 121 Sociedade Négo foot ball club São Sebastião Mártir
- 123 O futebol
- 124 Clube de Lazer especialmente dançante
- 124 Prestação de serviço militar: um verdadeiro rito de passagem



Figura 1: Igreja Matriz São Sebastião Mártir

A SEMENTE LUSITANA AQUI GERMINOU

O século XVIII assinalou uma mudança profunda no panorama do Rio Grande do Sul, em 1737 deu-se o marco inicial do povoamento por Lusos, na cidade de Rio Grande. Nessa época, o Rio Grande do Sul, era conhecido por Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul e possuía duas fronteiras de expansão, a cidade de Rio Grande e a cidade de Rio Pardo

A Coroa Portuguesa, desde 1722 enviava portugueses, mais precisamente, açorianos para povoar a região da fronteira da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, nas divisas entre Uruguai e Argentina.

A partir de 1740, a região do Vale do Taquari passou a receber os primeiros colonizadores portugueses.

No ano de 1746, casais açorianos começaram a chegar ao território sul-rio-grandense para garantir a posse das terras.

Viamão no ano de 1747 é elevada à categoria de Freguesia, época da chegada dos açorianos para tomarem posse das sesmarias, e fazer valer o “Uti possidetis”. Viamão passa a ser sede do governo das capitanias (1766).

Em 13 de janeiro de 1750, D. João V (Portugal) e D. Fernando VI (Espanha), firmaram o Tratado de Madri, foi quando o contorno do Brasil ficou definido, pois na época houve uma espécie de troca da Colônia de Sacramento pelas terras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

O rei dava as instruções para o transporte dos casais que se aventuravam a deixar o arquipélago de Açores rumando à terra prometida. Além disso, indicava aonde iriam se estabelecer e assim, formar as duas primeiras colônias, uma na Ilha de Santa Catarina, e outra no Rio Grande de São Pedro do Sul.

A colonização do Brasil, principalmente no sul, devido à assinatura do Tratado de Madri, demarca as fronteiras, baseando-se no mapa das cortes, privilegiando e utilizando os rios e montanhas para demarcação do território do nosso país, na época, dependente de Portugal. Desta forma, chegando ao atual contorno do Brasil. Com o tratado de Madri, Portugal cede à Colônia do Sacramento e às suas pretensões ao estuário do Prata e em contrapartida receberia o atual estado do Rio Grande do Sul, parte de Santa Catarina que estavam desabitados na sua quase

totalidade, Paraná e (território das missões Jesuíticas espanholas), o atual Mato Grosso do Sul e uma imensa zona compreendida entre o Alto - Paraguai, Rio Guaporé, Rio Madeira de um lado, o Rio Tapajós e Rio Tocantins do outro. Neste período toda esta região ainda não apresentava nenhum vestígio de domínio ou ocupação, estava totalmente desabitada e ao passo disso, jamais pertenceria a Portugal se não fosse pelo tratado.

As terras mais disputadas e que deveriam ser asseguradas por Portugal eram as do sul, por isso a Coroa passou fazer valer “*Uti possidetis*” (quem tem posse tem o domínio) e assim, Portugal expandia os domínios desde o norte até o sul. Para garantir, passou a enviar açorianos que tinham espírito desbravador e coragem de enfrentar um mundo novo.

Faz necessário explicar que aqui chegaram os primeiros povoadores vindos de diversos lugares de Portugal, inicialmente se fez em grande número aqueles provindos do Arquipélago dos Açores (9 ilhas) e do Arquipélago da Madeira (4 ilhas), e muitas outras cidades do continente como da cidade do Porto, Lisboa entre outras. E estes povoadores eram organizados sempre em número de sessenta casais em cada grupo, inicialmente chamados de casais DEL Rei ou casais de número. Os primeiros em número de sessenta, povoaram Porto dos Casais que passou a Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre, mais tarde denominado Porto Alegre, também a região da “grande” Porto Alegre, mais precisamente Viamão.

Nesta época, em 1773 a sede foi transferida para Porto dos Casais, por ali existir um porto fluvial, o que facilitava tanto o escoamento de mercadorias vindas de Rio Grande, para abaste-

cer a região, bem como as mercadorias que saíam de Porto Alegre para Rio Grande e dali para todo o Brasil, outro motivo forte era a proteção do domínio.

Os casais açorianos com aptidões para a agricultura deveriam ocupar a terra, trabalhar e produzir, pois este era o interesse da Coroa Portuguesa. D. João V prometeu aos Açorianos diversas vantagens da migração com destino ao Brasil das quais incluía toda a viagem sob os custos da Fazenda Real, apoio no primeiro ano, ainda cada família receberia $\frac{1}{4}$ de légua de terras (um mil e oitenta nove hectares) duas espingardas, duas enxadas, um machado, um enxó, um martelo, um facão, quatro facas, duas tesouras, uma serra, um lima (usada para desbastar ou polir/afiar ferramentas domésticas e agrícolas), duas verrumas, dois alqueires de sementes, duas vacas, uma égua e ainda, no primeiro ano, receberiam farinha para o sustento da família.

As mulheres casadas ou solteiras entre 12 e 25 anos de idade receberiam dois mil e quatrocentos réis, e por cada filho, dez tostões. Os homens eram isentos do serviço militar. Os filhos maiores de 14 anos eram beneficiados com a mesma oferta como incentivo, já que estavam em plenas condições de trabalho e boa idade para demonstrar interesse pelo casamento. Desta forma, também se estimulava desde cedo constituir uma nova família, visto que o objetivo imperial era que nestas terras se produzisse e reproduzisse, aumentando a população, zelando o território português e gerando impostos para a Coroa Portuguesa. Muitos casamentos eram feitos por indicação, não raro o casamento com primos, tornando-se frequente na maioria das famílias.

Os ilhéus (habitantes das Ilhas) interessados em arriscar uma nova vida, tiveram que se alistar com um carregador das Ilhas (homem encarregado de selecionar, listar e embarcar os casais), o mesmo deveria comunicar à corte Lisboa sobre a situação dos transportes. O número de açorianos que queriam se estabelecer na Colônia do Brasil, ultrapassou 7.817 e do Arquipélago da Madeira, mais de 2.370 pessoas que se alistaram. Com tanta procura adotaram alguns critérios como: praticar a religião católica, possuir idade no máximo 40 anos para homens e mulheres com até no máximo 30 anos de idade, sem maiores restrições para crianças.

Mais tarde, porém, baixando a demanda de procura, o limite de idade foi liberado, podendo vir para o Brasil, sogros, pais, outros familiares e ainda pessoas solteiras. Neste momento, a Coroa Portuguesa já não concedia todos os benefícios anteriores, dava a viagem até o Porto e a alimentação. Até então os primeiros alistados eram pessoas pobres, agricultores e donas de casa. Por ordem da Câmara Oficial, passaram a escolher Companhias de Ordenanças, que seriam formados por dois mandantes e pessoas mais graduadas e capacitadas (Capitães, Alferes, Sargentos). Estes formavam grupos de 40 a 50 em cada embarcação, eles eram incumbidos de manter a ordem no navio, governar e cuidar de todos que estavam a bordo.

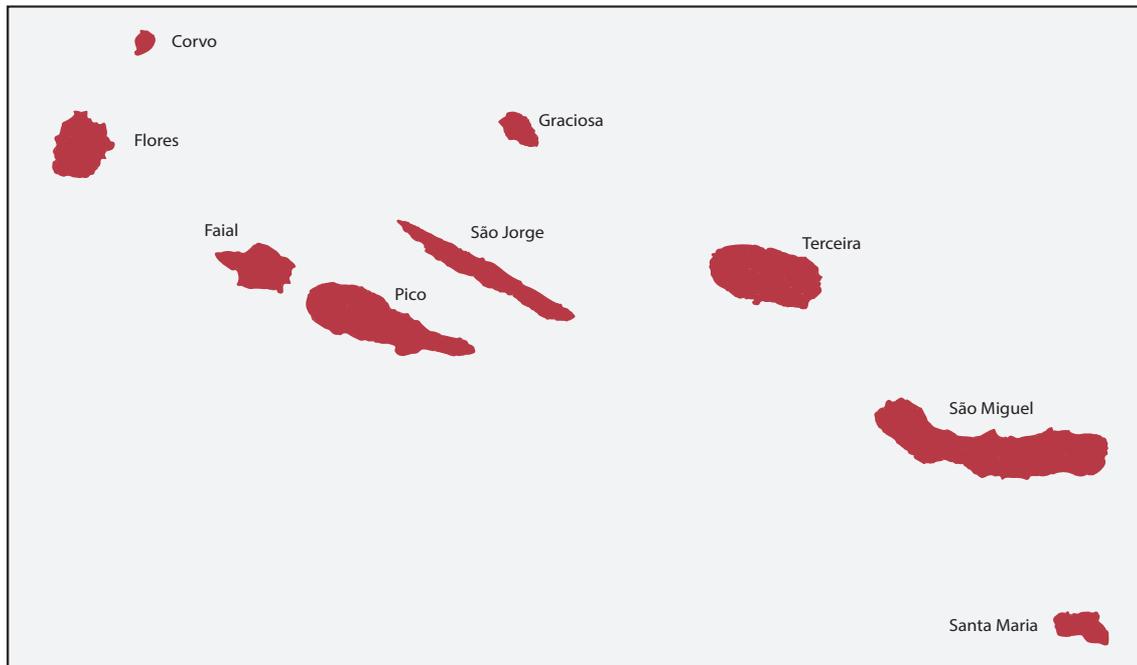
Durante a viagem, aproximadamente de dois meses, mulheres e filhos eram colocados à parte dos homens, apesar de serem da mesma família passavam a viagem separados, podendo somente se comunicar muito brevemente, em finais de semana no horário da missa. Esta situação às vezes causava revolta e turbulência dos ânimos, a ordem deveria ser garantida novamente. Neste momento entravam em ação, as Companhias de Ordenanças.



Figura 2: Igreja ainda sem torre e o chafariz original



Figura 3: Igreja ainda sem torre.



Os açores são um arquipélago formado por nove ilhas localizadas no nordeste do Oceano Atlântico, a cerca de 2 mil quilômetros da Península Ibérica. O povoamento das Ilhas dos Açores se iniciou em 1439, sobre tudo com elementos portugueses e flamengos. (Vogt,2010,p.158)

OS FATORES QUE GERARAM A VINDA DOS AÇORIANOS PARA O BRASIL

A vinda dos açorianos para estas terras foi influenciada por diversos fatores, os mais relevantes estão aqui explícitos, a fim de evidenciar esta tomada de decisão que mudaria para sempre o destino e a história dessa gente e dessa terra.

Um dos fatores, que gerou a vinda dos ilhéus foi a riqueza que estava concentrada nas mãos de poucos, da “nobreza agrária” que não permitia a distribuição de renda e igualdade social e ao mesmo tempo, econômica. Havia muito nas mãos de poucos e pouco nas mãos de muitos. A corte Lisboa prometia terras aos camponeses, promessas que se arrastaram por anos e que nunca foram cumpridas. Neste sentido a situação se agravava, posto que, pelas dificuldades de se expandir no território açoriano, a promessa se tornava impossível. Com um grande número de agricultores onde cada um necessitava de uma área de terras para plantar e prosperar, isso já não cabia mais no padrão de uma ilha, algo precisava ser feito. Esta então foi a única saída naquele momento, migrar para o Brasil.

Outro fator foi o “Comércio Interno” nas Ilhas, como os lucros vinham da troca dos produtos dentro da própria ilha, sem que existir transação monetária, não havia a venda da produção agrícola, desta forma, era rara a circulação de dinheiro. Sendo assim, os produtos necessários para a vida dos ilhéus, que também abasteciam o comércio de Lisboa, eram negociados, porém, em troca os camponeses recebiam sal. Esta negociação causava

indignação, pois impedia que os ilhéus obtivessem dinheiro ou acumulassem riquezas.

A “Crise alimentar” também se destaca como fator migratório, a baixa produção de trigo e cana de açúcar levou as ilhas a terem problemas, principalmente a Ilha de Faial entre 1742 e 1746. A quebra de produção ocasionou o empobrecimento das famílias tirando a expectativa de prosperar.

Ainda, outro fator relevante nas ilhas foi de “Caráter Vulcânico”. Os terremotos e constantes erupções vulcânicas muito assustaram os ilhéus, que muitas vezes ficavam sem terem onde morar e também acometidos de enfermidades, dentre elas, as doenças respiratórias. Uma das ilhas mais afetadas pelos abalos de terras foi a Ilha do Pico, no ano de 1720. Além disso, as ilhas eram vulneráveis às invasões e ataque de piratas que saqueavam e levavam o pouco que tinham.

Além dos fatores já citados, a “Decisão Política” influenciou na vida açoriana que, com tantos problemas, abalos sísmicos, crise alimentar, econômica, superpopulação das ilhas, o povo era motivado pelo governo imperial, a deixar a terra natal, com promessas encantadoras. Portugal já havia adotado a política “Uti Possidetis”, visando proteger o território português, conforme remete o próprio significado do termo em latim, “quem tem posse, tem o domínio” se Portugal tivesse a posse, também teria o domínio.



Figura 4: Cerâmica guarani.

OS PRIMEIROS HABITANTES: OS ÍNDIOS

Girlene Simone Manganelli

O Rio Grande do Sul foi um território povoado por portugueses, mas apesar da chegada do europeu, nunca foi “terra de ninguém”. Aqui há muito tempo, existia o aborígine, povo nativo que vivia nestas terras e extraía dela, somente o que lhe fosse necessário para sobreviver.

O índio sempre viveu aqui, no entanto, de uma forma bem distinta. A vida era organizada de outra maneira, diferente do estilo de vida que o europeu trouxe como modelo de sociedade.

O nativo tinha uma organização social e cultural diferente da sociedade ocidental, não tinha residência fixa e não tinha delimitações oficiais de território. O que regia a vida do índio era a natureza, seu ritmo e estilo de vida obedeciam às leis da natureza.

A sabedoria do povo indígena não estava fundamentada no letramento, mas no estudo da natureza, passada de geração para geração. Eles viviam em grupos, isolados, com suas próprias características, ao contrário do que muitos pensam, inclusive de registros existentes de autores famosos ao afirmarem que o Brasil era um “imenso deserto humano”, conforme consta na obra Fidélis. Não se pode dizer que uma terra é de ninguém, se seu povo está ali, se é exatamente dela que ele vive.

Apesar da vasta extensão de terras no Rio Grande do Sul, os indígenas eram povos que naturalmente seguiam o seu curso de vida, eles eram praticamente nômades, mudavam-se de acordo com as necessidades de sobrevivência. Quando as atividades de caça, pesca e coletas de frutos silvestres tornavam-se escassas, os grupos mudavam-se para outro local. Outro fator relevante é a questão climática, que também influenciava nas suas mudanças de habitat.

Os índios que viviam aqui no Sul, protegiam-se do frio com peles de animais. A alimentação da maioria dos grupos indígenas que por aqui habitavam vinha da própria natureza. Alguns grupos possuíam suas eventuais plantações para a sua subsistência, outra característica relevante é que alguns se destacavam na caça, na produção de utensílios e objetos de cerâmica, posto que até hoje são encontrados vestígios daquela civilização na região.

No nosso município há fortes indícios que havia habitantes indígenas por várias regiões, inclusive relatos são, ainda, as provas desta existência. Dentre as regiões, cita-se Linha Bem Feita, onde os moradores encontraram muitos vestígios da existência de habitantes indígenas, conforme relato do morador Éli-

do Manganelli, seu avô Fortunato Nervo, primeiro morador da localidade no ano de 1891, os antigos costumavam se deparar com muitos instrumentos que pertenciam aos indígenas, não só o avô, mas ele também encontrou muitos objetos. Ele contava que foi trabalhando a terra com arados que descobriram muitos utensílios de cerâmica.

Já na região do Rio Taquari, em Mariante foi localizado um sítio arqueológico, onde foram encontrados vários objetos dos índios Guaranis, como urnas, instrumentos de caça e pesca, os quais se encontram no museu arqueológico da UNISC.

Além disso, há vestígios das marcas indígenas na região serrana do município próxima a Linha Saraiva que indicam que grupos existiam ali, viviam de forma nômade. Conforme relato de moradores há marcas nas rochas confirmando a presença humana habitando aquelas rochas e salientam ainda que foram encontrados inúmeros objetos que provavelmente tenham pertencido aos povos indígenas que ali habitavam.

Temos relatos dos familiares de Alberto Alves, antigo morador de Linha Cachoeira interior de Venâncio Aires, mais precisamente na estrada da Serra, no “Corte Grande”, onde não raras as vezes que ao fazer a capina ou arar a terra, se depararam com o que parecia ser utensílios domésticos feitos de barro e também construções de pedra que pareciam ser fornos.

Ainda alguns vestígios comprovam que na gruta existente em Linha Armando no Cerro do Baú, ali existiu um núcleo de reduções jesuíticas.

Devido ao avanço da colonização em terras do município, muitos enfrentamentos foram relatados pelos imigrantes em re-

lação aos bugres e à medida que os colonizadores tomavam posse, tomavam o espaço do nativo. A colonização, no município de Venâncio Aires, para o indígena resultou na perda de território e gradativamente a extinção de inúmeras aglomerações ou aldeias indígenas.

Mas a riqueza da “capital do ouro verde” foi deixada pelo nativo, através dos ervais, o hábito de tomar Chimarrão, foi herdado pelo povo gaúcho do índio missioneiro. Aqui o hábito se difundiu, já que o europeu desconhecia a erva-mate, a tradição indígena comprovou que a bebida era mesmo preciosa. Ao chimarrão, o europeu acrescentou o açúcar dando origem ao mate doce, o leite, para o famoso “mate de leite”. Esta herança indígena perpassou os tempos e se tornou marca desse povo que cultua a hospitalidade e amizade, e que deu-nos o título de Capital Nacional do Chimarrão.

Os índios guaranis se dividiam em três subgrupos principais: Os Tapes (Sete Povos das Missões) que ocupavam as margens dos rios a oeste do atual território do Rio Grande do Sul e o centro da bacia do Rio Jacuí; os Arachanes ou Patos margem do Guaíba e na parte ocidental da Laguna dos Patos e os Carijós que habitavam o litoral.

Apesar de dialetos, o tupi-guarani era tronco linguístico comum a esses grupos indígenas. Dentre as contribuições, temos incorporadas à Língua Portuguesa, uma série de palavras que herdamos do nativo desta terra.

Os povos indígenas desta região, eram chamados de bugres, como relata Adão Pedro da Silva Rodrigues, que conta com orgulho que sua bisavó “foi pega no mato a cachorro” ela que

era muito selvagem subiu numa árvore, mas não adiantou, os homens brancos levaram ela para “amansar”, a verdadeira intenção era domesticar e usá-la no trabalho.

O maior orgulho que estes descendentes carregam consigo é que eles não precisam de remédio. O remédio, em sua maioria, vem do “mato”, eles têm grande conhecimento sobre as ervas que curam, cultivam muitas crenças, acreditam nas benzeduras, nas mensagens da natureza, nos prenúncios vindos do céu e da terra.

Uma das tradições cultivadas até hoje, passada de geração para geração é a confecção do balaio, muito usado na lida do campo. Este utensílio é feito com matéria prima toda extraída da natureza, basicamente o cipó e o bambu.



Figura 5: Estátua de índios que viviam na região.



Caminho de entrada dos Açorianos
no Rio Grande do Sul

A CHEGADA DOS AÇORIANOS

1736

Um fato que intensificou o projeto de vida dos ilhéus em deixar a terra natal para expandir e ascender socialmente foi o pronunciamento em 1736, do conde de Sarzedas por carta régia, em que “declara a quem quiser vir para o Rio Grande de São Pedro do Sul, ele dará as sesmarias que pedir”, conforme Barbosa (1976, p.25).

A partir de 1748, casais açorianos em grande número chegaram ao Desterro, hoje Florianópolis. Até 1753, 278 destes casais haviam entrado no Rio Grande do Sul. O transporte por mar fora arrematado por Feliciano Velho de Oldenberg, depois substituído por Francisco de Souza Fagundes.

Os casais açorianos vinham de navio, entravam por Laguna, desembarcavam e eram organizados em grupos de 60 casais. Eles eram transportados em pequenos barcos, logo então, eram conduzidos para estas terras pré-destinadas. Naquele tempo, a única via de acesso que se tinha para adentrar nas terras da Capitania de São Pedro do Sul, era através de rios.

A viagem de travessia dos açorianos era muito desgastante, em torno de dois meses em alto mar, com todas as intempéries possíveis. Os navios eram abarrotados de gente, em condições precárias.

A travessia demorava cerca de dois meses, em navios superlotados, com água e alimentos escassos e nenhuma higiene. Havia doenças a bordo e centenas de mortes. A meta de transportar quatro mil casais não chegou a se cumprir teriam aportado no Brasil pouco mais de mil. Os primeiros açorianos desembarcaram entre janeiro e fevereiro de 1748, em Santa Catarina. Daí partiram em embarcações menores, para Rio Grande. No Brasil, a distribuição de terras foi confusa e demorada e os casais foram abandonados em áreas vazias – as futuras Porto Alegre, Mostardas, Estreito, Osório, Santo Amaro, Taquari, Rio Pardo e Gravataí, se a ajuda prometida.

(História Ilustrada do Rio grande do Sul. p.60).

Embora havendo tamanho desafio, com um lugar totalmente ermo e uma viagem de riscos em meio a matas e rios desconhecidos, o açoriano em matéria de transporte fluvial e navegação, era especialista, por morar em ilhas e possuir uma comissão desbravadora de rios e mares.

Quando as primeiras famílias começavam a ser assentadas nestas redondezas, mais especificamente em torno dos rios Jacuí e Taquari se dá o início da civilização portuguesa em terras da região.

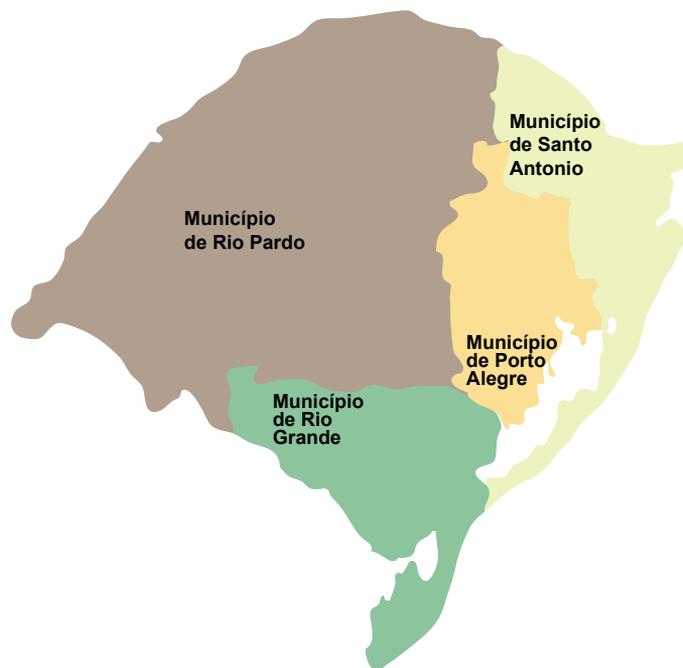
Falar da história de Venâncio Aires sem falar de Rio Pardo, Taquari e Santo Amaro (General Câmara) é impossível. Para tanto, se faz aqui referências a estes três lugares que são considerados o berço da civilização açoriana no Rio Grande do Sul.

Rio Pardo foi uma das primeiras vilas criadas no Rio Grande do Sul. Rio Pardo conhecida como “TRANQUEIRA INVICTA”, foi palco de várias cenas da Guerra Guaranítica, da prisão de Sepé Tiaraju, e da Revolução Farroupilha, também da Guerra do Paraguai. É uma cidade povoada pelos açorianos, essencialmente militares, estes acabavam se unindo às famílias ilustres do estado por motivo de casamento com as filhas dos demais açorianos. O casamento por conveniência era muito comum, pois a mulher não tinha muito direito de escolha.

Assim, a cidade além de ser a base militar do território da província, em pleno século XVIII, mais tarde tornou-se no já, século XIX, centro de produção agrícola que deixa visível sua riqueza na arquitetura colonial, nos casarios e nos sobrados da cidade de Rio Pardo, os quais chamam atenção pela luxuosidade.

Como lembra Lessa (2009, p.165), nos relatos de visita de Saint-Hilaire, à Vila de Rio Pardo “é inteiramente nova, tendo sido substituídas as irregulares palhoças, por casas grandes e bem construídas, sacadas envidraçadas a rua principal com largo trecho calçado”.

A cidade de Rio Pardo localizando-se às margens do Rio Jacuí é um dos municípios mais antigos do Rio Grande do Sul. Nos séculos XVII e XVIII compreendia 157 quilômetros quadrados. Rio Pardo deu origem a mais de 200 municípios.



Devido à tamanha importância da cidade naquele período, vale ressaltar que pela dimensão territorial, Rio Pardo foi palco dos grandes acontecimentos históricos do Rio Grande do Sul. Inicialmente era habitado pelos nativos “Tapes” 1633, mais ao norte.

Em 1715 chegaram a Rio Pardo os primeiros colonizadores avulsos. No ano de 1752 foi construído o Forte Jesus-Maria-José do Rio Pardo para, assim, fortificar o oeste na chamada Guerra Guaranítica que durou de 1753 a 1756.

A colonização de Rio Pardo deu-se anos mais tarde, ao entorno do forte. A economia de Rio Pardo se fortalecia com plantações, fazendas criatórias, a população prosperava. Apesar das invasões espanholas que aconteceu em 1761, dentre outras

revoluções Rio Pardo nunca fora derrotado, daí o nome “Tranqueira Invicta”.

No dia sete de outubro de 1809, um decreto Real, assinado por D. João VI elevou à condição de Vila, com o nome de Vila do Príncipe. Em 1846 a Vila de Rio Pardo passa à categoria de cidade.

Taquari surge com a vinda de açorianos, que por ordem da Coroa Portuguesa em 1760, passa a enviar casais açorianos para povoar e desenvolver essa região junto aos Rios Jacuí e Taquari.

Alguns autores afirmam que Taquari é a primeira cidade colonizada por açorianos no Rio Grande do Sul.

O primeiro nome dado a Taquari foi Passo do Rio Tibiquary em 1760, sendo que seu primeiro habitante foi o Tenente Francisco da Silva. Em 1764 a cidade de Taquari que foi formada a partir da chegada de 60 casais açorianos por volta de 1764. Alguns historiadores consideram a cidade açoriana mais antiga do Rio Grande do Sul.

Os colonizadores açorianos fixaram-se nas terras da cidade de Taquari, popularmente conhecida como cidade açoriana,

Taquari tem até os dias atuais a influência dos Açorianos e dos Negros Africanos na cultura e na maneira de ser do seu povo. A influência açoriana está presente também na arquitetura, nos hábitos e costumes da população, bem como na religiosidade, que elegeu São José como o padroeiro da cidade. Além disso, a cidade já teve como denominação Freguesia de São José de Taquari, quando pertencia ao município de Porto Alegre, isso em 1809, quando havia apenas quatro municípios no estado do

Rio Grande do Sul, este chamado na época de Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul.

O nome Taquari é de origem indígena e significa “o Rio de Taquaras”, acredita-se que por ter em suas margens muitas taquaras.

Santo Amaro fundada em 1752, mas já em 1750 o General Gomes Feire de Andrade estabeleceu e construiu o Forte com paióis de gêneros alimentícios e de armamentos para abastecer os portugueses que subiam o Rio Jacuí para tomar posse das terras. O lugar, por coincidência, recebeu o mesmo nome de uma Freguesia da Ilha Terceira do arquipélago de Açores, a conhecida “Freguesia de Santo Amaro”. O soberano português designou o general Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, Governador do Rio de Janeiro, para ser delegado especial para fins de povoamento dessas terras. Os primeiros casais de açorianos começaram a chegar em grande número a partir de 1753.

Santo Amaro foi elevado à Freguesia em 1773. Em 1808 Rio Pardo se emancipa e incorpora Santo Amaro passa então a pertencer a Rio Pardo. Em 1831 é incorporado ao município de Triunfo. No ano de 1849 passa a pertencer a Taquari. Em 1881 foi elevada a categoria de município. Nessa época Faxinal dos Fagundes (Venâncio Aires), passa a pertencer ao município de Santo Amaro, na condição de 4º distrito. Em 1938, Santo Amaro passa a pertencer a General Câmara, quando por ordem de Getúlio Vargas a sede passa a ser na localidade de “Margem”, rebaiando à categoria de 2º distrito, permanecendo assim até hoje. Conforme relato de Olinda Konrad, a população de Santo Amaro até hoje não se conforma com tal fato que mudou da noite para o dia a condição de cidade, mudando o destino e a vida de todos, principalmente bloqueando o progresso.

Antônio de Brito Leme seria o primeiro morador civil na localidade, pois ganhou ali, em 1754, uma sesmaria. Na mesma região, aos poucos, foram se instalando casais açorianos, vindos por ordem real.

Os açorianos enfrentaram uma realidade muito dura quando chegaram nestas terras, a escassez de comida não estava nos planos daquela gente, eram tempos ruins que se instalavam na vida daquele povo.

No livro “O Patrimônio da Fé: Santo Amaro do Sul”, de Rosa & Mallmann, há uma passagem que revela a incerteza do amanhã, a precariedade das condições de vida, bem como a insatisfação para com a Coroa Portuguesa, responsável pelo assentamento dessas famílias. Os colonizadores que aqui chegavam traziam uma bagagem de conhecimento, uma vida organizada em sociedade, enfim, condições bem diferentes daquelas aqui encontradas. O sonho de prosperar era o que levava adiante a coragem e força para continuar.

Uma vida em trânsito, pelos caminhos do Rio Grande de São Pedro.

“... foi o que a maior parte dos casais açorianos enfrentou desde a sua chegada. (...) sem criar raízes, (...) temendo a guerra e a proximidade do inimigo, esperando a concretização das promessas reais...”. Além dessas desventuras pessoais, no seu conjunto, a população açoriana passou por intensas privações de 1754-1759, período que compreende a guerra contra os índios das Missões (...). Os açorianos ficaram reduzidos à maior pobreza, tendo em vista as contribuições que tiveram que fazer para as tropas de expedição de Gomes Freire. Andrade.

(BOEIRA & Golin, 2006.p.207)

Neste sentido ainda, Ruben Neis, citado por Fidélis Barbosa (1976, p.35), salienta que o colono açoriano, “abandonado, vagueou vinte anos antes de receber o pedaço de terra em que se fixou com seu espírito de labor e sua prole abundante”. Sempre acompanhado pelos escravos, que na época era a ferramenta principal para encorajar estes desbravadores, era o apoio e também o único recurso que o governo imperial lhe concedia até o momento para ajudar a construir um mundo civilizado em meio às matas e “terras do sem fim”. O açoriano precisou trabalhar muito para poder se apoderar de recursos básicos de sobrevivência, ao mesmo tempo onde a ideia era povoar, tentou ter o máximo de filhos possível. As famílias numerosas eram comuns porque isso mais tarde implicava em mão de obra para trabalhar e se apoderar das terras, bem como aumentar a população.

A população instalada em Santo Amaro em virtude de conflitos que abalaram a tranquilidade da vida destes pioneiros, fez com que tomassem uma decisão de abandonar aquele lugar e se aventurar rumo ao norte do Brasil, alguns rumaram para Desterro, onde o navio atracou, outros foram adiante, até o Rio de Janeiro. Cansados e incomodados com tanta insegurança e instabilidade, migraram conforme registro na pesquisa realizada pelo padre Walter Giehl.

“Consta em uma lista pesquisada pelo Padre Tomás Clarke, primeiro vigário de Triunfo, que no ano de 1757 ingressaram neste território 35 casais açorianos, nominalmente citados na tal lista, sendo estes acampados no porto de Santo Amaro, à espera de terras oficialmente prometidas”.

O povoamento de Santo Amaro, conforme consta nos registros da Cúria Metropolitana de Porto Alegre e Enciclopédia dos municípios, a partir destes acontecimentos, deslocou-se do Rio Jacuí para o Taquari. A escolha foi determinada pelas circunstâncias, posto que, ali era considerado mais seguro dos ataques espanhóis e tinha a proteção do Forte Militar de Rio Pardo.

Os pioneiros deste chão eram pessoas com diversas características, embora todos com muita vontade de vencer, conforme Barbosa (1976, p.26), alguns que aqui chegaram eram “açorianos avulsos, isolados aventureiros, que enfrentavam o novo, o desconhecido, à procura de melhores fortunas e de uma pátria nova”, muito diferentes dos casais D’EL Rei ou Casais de Número.

O fato é que os açorianos em sua maioria formavam “a elite do povo português, os elementos mais excelentes da península, pertencentes à nobreza portuguesa”, de acordo com Barbosa, (1976, p.25). O argumento reforça o que é possível constatar, mais tarde nas edificações, na estrutura da sociedade e na forma de vida daquele povo.

A origem dos portugueses no Rio Grande do Sul, conforme levantamento feito comprova que a procedência deles é basicamente açoriana. Neste sentido, resgatam-se os dados do Memorial Açoriano, onde consta o seguinte:

| ILHA DOS AÇORES | ORIGEM AÇORIANA NO RS (%) |
|----------------------------------|---------------------------|
| *São Jorge | 29,71% |
| *Faial | 26,20% |
| *Terceira | 15,37% |
| *Pico | 11,18% |
| *São Miguel | 4,11% |
| *Graciosa | 3,75% |
| *Santa Maria | 2,80% |
| *Flores | 0,55% |
| *Corvo | 0,08% |
| **Demais localidades de Portugal | 4,41% |

Fonte: ALVES, Luiz Antônio - Memorial açoriano: genealogia do século XVIII:Rio-Grande do Sul. PortoAlegre: EST,2005,p.16

O CAPITÃO, DONO DESTA CHÃO

Avós de Brígida

É de extrema importância ressaltar que a repetição de informações no decorrer deste livro tornam-se necessárias para poder situar o leitor, facilitando o entendimento partindo da herdeira destas terras, Brígida do Nascimento.

Os avós paternos de Dona Brígida Joaquina do Nascimento, eram Francisco Machado (Fagundes) da Silveira e Rita Josefa de Bittencourt, ambos de nacionalidade portuguesa, mais precisamente, das Ilhas dos Açores. O português Francisco Machado Fagundes da Silveira nasceu no ano de 1723, na Ilha do Pico, freguesia da Ponta, era filho de Manoel Machado da Silveira e de Maria do Rosário. Ainda em Açores e já Capitão da Cavalaria, Francisco Machado Fagundes da Silveira casou-se com Rita Josefa de Bittencourt, nascida em 1732, natural da Ilha de São Jorge, freguesia das Velas.

Rita era filha do também capitão do exército de Portugal, Francisco Machado Fagundes e de Úrsula Bittencourt. Portanto, o

pai dela tinha o mesmo nome do noivo. Em homenagem ao sogro, o sobrenome Fagundes deve ter sido inserido ao nome do capitão Francisco para reforçar os laços de família, pois na época era comum modificar o nome ou o sobrenome conforme a preferência. Assim, o noivo incluiu ao seu nome Francisco Machado (Fagundes) da Silveira. Alguns até pegavam o nome de um parentesco ou do padrinho, enfim, se apropriavam do nome ou sobrenome sem critério definido ao ponto de vista do outro, pois para eles aquela escolha tinha um significado particular. Essa troca de nome ou sobrenome era comum na época.

O casal constituiu família lá em Portugal tiveram a primogênita, porém, logo em seguida, a mando do governo, por ordem do exército, o casal e a filha vieram se estabelecer no Brasil, onde posteriormente tiveram os demais filhos.

Ambos, o capitão juntamente com sua esposa, foram escolhidos como casal D'EL Rei, enviados para o Brasil para povoar

A “sesmaria” nas várzeas do Taquari com extensão de 1 e ½ léguas quadradas, pertencentes a Francisco Machado da Silveira, campos nas várzeas do rio Taquari que confrontam: pelo norte com a serra, ao sul com uns morros e matos que dividem a fazenda de Lourenço Bicudo, a oeste com uma grande várzea de matos que confrontam com potreiro de Cosme da Silveira e pela parte Leste com o rio Taquari. Sesmaria concedida por Gomes Freire de Andrade, em 1762, folha 204, posse confirmada por D. José de Portugal em 1763. (Arquivo Público do Rio Grande do Sul)

e, principalmente, fazer a guarda das terras pertencentes a Portugal. O recente casal tinha o sonho de prosperar, almejava um futuro promissor em terras brasileiras.

Em 1748, o casal chegou em Desterro, rumando para Viamão onde passaram a residir até 1754, posteriormente enviados para Rio Pardo, porém suas terras só foram concedidas pelo rei de Portugal em 1762, conforme documento de posse...

É possível constatar aqui a amplitude das terras, pois, uma légua linear de sesmaria equivale a 6.600 metros. Légua e meia, linear, corresponde a 9.900 metros ou nove quilômetros e novecentos metros. Trata-se aqui de uma sesmaria quadrada, portanto, medindo em sentido de largura e em sentido de comprimento, respectivamente 9.900 metros, multiplicando comprimento por largura, esta sesmaria revelará noventa e oito milhões e dez mil metros quadrados de área global. Dividindo este resultado pela unidade do hectare, 10.000 metros quadrados, constataremos uma propriedade com área total de nove mil oitocentos e um hectares (9.801 hectares), em outra imagem e com sobra de um hectare, esta superfície é proporcional a noventa e oito colônias de cem hectares cada uma.

A indicação das confrontações ou limites ao norte e ao leste apresenta-se relativamente claras. Exigindo muita atenção na leitura aos confinamentos sul e ao oeste. A sesmaria de Francisco e a fazenda do vizinho ao sul, Lourenço Bicudo, situada esta na altura de Monte Alegre, não contatam diretamente. Estendem-se entre as duas propriedades amplas região de matos e morros. As terras de Francisco Machado Fagundes da Silveira e de seu compadre do Rincão D'EL Rei, Cosme da Silveira, separadas por "uma grande várzea de matos e morros", pertencentes hoje ao município de Santa Cruz do Sul.

A cidade de Venâncio Aires, na ordem das regiões naturais do Rio Grande do Sul, faz parte da Depressão Central, conforme apontamentos feitos por padre Balduino Bambo, S.J, em Fisionomia do Rio Grande do Sul, que assim configurou esta região. (Observamos que são dados de 1979). "Ela fica compreendida entre a Serra, do sudoeste ao sul; a Campanha ao oeste; o Litoral ao leste e a Serra Geral ao norte". Venâncio Aires situa-se ao norte da depressão central.

Localiza-se na Mesorregião do Centro Oriental Rio-Grandense e na Microrregião de Santa Cruz do Sul, estando entre o Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari, pertence ao conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo e à Diocese de Santa Cruz do Sul. (Wikipédia.org/wiki/venancioaires)

Na época, as sesmarias eram determinadas, segundo localização, nos mapas das cortes, onde a divisa, ou seja, o marco era delimitado pelos arroios, rios, matos, cerros e montanhas mais próximas.

O Capitão Francisco Machado Fagundes da Silveira, portanto, ocupava-se com seu cargo de militar e com a administração da sesmaria. Os trabalhos na sesmaria envolviam criação de gado e plantações de subsistência, que na época eram executados pelos negros e índios escravizados. Muitas vezes estas pessoas ficavam acampadas em meio à mata por dias, então o Capitão ia ao encontro deles, e assim passava a supervisionar os trabalhos na sesmaria, muitas vezes trazendo mantimentos para permanecerem ali por mais tempo.

Conforme seu posto dentro do quartel, ele tinha residência em Rio Pardo, morava lá com sua família, mas jamais se afastou

das suas incumbências para com a província, seguindo as ordens imperiais de proteger as terras da Coroa em tempos de muitos conflitos.

O avô de Brígida, porém não quis arriscar perder a posse das terras, encorajado a permanecer sob qualquer condição que surgisse, ficou ali estabelecido e resistente, enquanto muitos outros conterrâneos se foram para o norte do Brasil. Na condição de militar, além de proteger o território, tinha a responsabilidade de proteger a sua família que aqui se estabelecera cheia de esperanças. O fato de ser proprietário também lhe assegurava a permanência naquele lugar, porém, sem abandonar a base militar.

O Capitão logo após o nascimento da primeira filha rumou para o Brasil, na Capitania de São Pedro do Rio Grande, no povoado de Viamão. A filha que nascera na Ilha de São Jorge no arquipélago dos Açores, recebeu o nome de Francisca Maria Machado.

O segundo filho José Machado Fagundes, nascido em terras brasileiras, em Viamão no ano de 1753 foi batizado na capela da mesma cidade, onde consta o registro do batizado no livro 01, aos 31 dias do mês de maio de 1753.

O terceiro filho, Francisco José Fagundes nasce para completar a família. Já em data de 18 de novembro de 1754, consta que em Viamão foi feita a cerimônia de batizado de Francisco José Fagundes, terceiro filho do Capitão Francisco Machado Fagundes da Silveira. Francisco José Fagundes, mais tarde casa-se com Maria Joaquina do Rosário, estes, pais de Dona Brígida.

A quarta filha, Maria Josefa da Natividade, já nasceu em Rio Pardo e foi batizada na mesma cidade, no dia 17 de outubro de 1756, consta o registro no livro L. 01 B, nº 53. Foram padrinhos

Cosme da Silveira e Isabel Francisca, é possível observar que Cosme da Silveira foi o primeiro proprietário das terras que hoje é o distrito Rincão Del Rei. Este fato marca a mudança de residência para perto do Forte Jesus-Maria-José em Rio Pardo.

A quinta filha, Genoveva Maria nasce no dia 11 de setembro de 1758, em Rio Pardo, e lá é batizada. Sendo padrinhos Cosme da Silveira e dona Rita da Silveira (Registro no L.01B, 173).

A sexta filha recebe o nome de Brígida Fagundes de Bittencourt. Em 31 de março de 1760, foi batizada em Rio Pardo, que se chamou Brígida Fagundes de Bittencourt, conforme L.01 B. Sendo padrinhos Cosme da Silveira e sua mulher Rita Josefa. Esta, por sua vez, em sua juventude veio casar-se com Francisco Gomes de Carvalho. Após o casamento, ela optou por acrescentar ao seu primeiro nome, Francisca, talvez em homenagem ao marido Francisco, passando a denominar-se Brígida Francisca.

Os filhos de Francisco Machado Fagundes da Silveira e de Rita de Bittencourt nascidos em Rio Pardo até o ano de 1760 foram batizados na capela Jesus-Maria-José localizada na área militar, esta capela não era frequentada pelo povoamento, apenas por militares e seus familiares.

O sétimo filho, João Machado de Bittencourt, em 22 de agosto de 1762, foi batizado na capela de Santo Ângelo, local onde atualmente é a Igreja dos Passos. Este posteriormente na vida adulta segue a carreira militar, tornando-se Tenente Coronel do Exército.

A oitava filha, Ana Maria do Rosário, que não encontramos a data de nascimento, mas conforme a sequência lógica deve ser pelo ano de 1764 em Rio Pardo. Costa que casou pela primeira

vez com José Gomes de Carvalho, e em virtude do seu falecimento casou-se novamente. No seu segundo matrimônio casou com Manoel Bento Ferreira da Gama.

O nono filho, José Machado de Bittencourt, o último filho do casal, recebeu o batismo em 17 de dezembro de 1768 em Rio Pardo. Na vida adulta também segue a carreira militar, foi Tenente do Exército.

A prole do capitão era de bom número, conforme os padrões de família da época, quanto maior a família, mais gente para trabalhar e para habitar aquelas terras. Em virtude do intuito da Coroa que era manter o domínio, desenvolver a civilização desta terra basicamente nativa, as famílias eram grandes. Além disso, a precariedade de recursos, de medicamentos e informações contribuía para que o índice de natalidade fosse bem superior ao atual, por família.

Apesar de não haver um controle de natalidade, as mulheres da época tinham seus costumes e restrições, os ensinamentos eram passados de geração para geração, as poucas informações eram repassadas, cada uma na sua devida hora. Os filhos nasciam em casa com parteiras, geralmente era uma escrava mais experiente que realizava esta tarefa. Os chás e as habilidades pessoais faziam parte desta sabedoria de atender a gestante, ouvir o bebê e realizar o parto, inclusive de amamentar após o nascimento, havia as amas de leite. As escravas serviam a sua senhora, pois poucos eram os recursos da época. As escravas e mulheres mais velhas eram as detentoras dos recursos básicos de sobrevivência, sua sabedoria muitas vezes salvava vidas, era o único recurso possível naquelas condições de colonizadores, de uma terra de matas e

bichos de toda a espécie, totalmente diferente das condições que deixaram lá em Portugal.

Numa de suas viagens de vistoria pela sesmaria, o capitão Francisco, avô de Brígida Joaquina do Nascimento deparou-se com uma fera selvagem, um tigre, conhecido também por leão baio, hoje em extinção, mas ainda existente nas matas da região, principalmente em lugares ermos, de mata fechada, densa, longe da civilização.

Conforme registros em documentos da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, organizados pelo professor universitário Jorge Felizardo, a morte do capitão foi trágica, ele andando a cavalo, repentinamente é surpreendido pela fera. O ataque foi sorrateiro, num momento de distração, o capitão inutilmente tenta defender-se, mas é morto por ela. “Seu corpo é arrastado para a profundidade da selva”.

É possível que nestas andanças o capitão viesse acompanhado, pois como militar tinha o direito em convocar alguém para acompanhá-lo. Há relato de que ele estava acompanhado por escravo, porém devido sua posição tentou mostrar a imponência ao seu subalterno, mas a fera foi de imediato ao seu alcance. Sua intenção era provar que seu tiro seria fatal e que não precisava de ninguém para se defender, era capaz de fazer isso com agilidade e precisão.

Naquele momento, a fera atacou o capitão, ele desequilibra-se, cai e o cavalo sai em disparada, deixando para trás o capitão. O cavalo do soldado escravo sai também desatinado. O escravo não teve chance de defender o capitão.

Ele retornou mais tarde nas imediações, com muita dificuldade, pois o cavalo estava deveras assustado, mas não localizou o capitão.



Figura 6: Soldado em seu cavalo com trajes da época.

Com a chegada do cavalo no dia seguinte, sem o capitão, todos começam a perceber a dimensão do problema. Imediatamente a família pensou que pudesse ter acontecido algum acidente, algum mal estar, pois o cavalo era tão manso que não iria cometer qualquer velhacagem com o capitão que era um bravo comandante da cavalaria. Mais tarde, chegou o escravo de sua confiança e contou a tragédia.

Dias se passaram e todos aguardando angustiados, outros se mobilizaram em busca do mesmo, fazendo o percurso dele como o de costume. No entanto, infelizmente as tentativas foram sem sucesso. Retornaram à casa, na expectativa do capitão aparecer com vida. Foram muitas orações e promessas, mas nenhum sinal de vida.

A incerteza do fato, sem saber se o capitão Francisco Machado Fagundes da Silveira estava vivo ou morto, causou turbulência no quartel. O fato tinha abalando profundamente a família. Depois de esgotadas as esperanças de encontrá-lo com vida, como católicos fervorosos somente restavam-lhes rezar para que pudessem ter uma certeza da vida ou da morte dele.

Somente anos mais tarde nas imediações do território atual do município de Santa Cruz do Sul veio a resposta, mais precisamente “dois anos e meio de busca, seus ossos foram localizados e sepultados a 31 de setembro de 1780, em Rio Pardo”. Os restos mortais foram resgatados e analisados, confirmando a identificação pelas vestimentas, botas, armas e pelos pertences como relógio de bolso e outros.

A viúva de Francisco, Rita Josefa de Bittencourt, faleceu de morte natural no ano de 1792, aos 60 anos e foi também sepultada em Rio Pardo.

Com a morte de Francisco Machado Fagundes da Silveira e de Rita Josefa de Bittencourt, a sesmaria passou integralmente para os nove filhos, tocando para cada um deles mais de mil hectares de terras em herança. Por ocasião da crisma em Santo Amaro, em dezembro de 1782, os irmãos de Brígida, constam como residentes na freguesia de Santo Amaro, terras herdadas do avô paterno.

OS HERDEIROS DO CAPITÃO

Pai de Brígida e ela própria

O pai de Brígida, Francisco José Fagundes, era o terceiro, de uma família de nove filhos do capitão Francisco Machado Fagundes da Silveira e de Rita Josefa de Bittencourt os quais receberam a denominação “casais D’EL Rei” porque foram os escolhidos pelo rei de Portugal.

O filho Francisco José Fagundes assume as terras que herdara, aos 26 anos de idade em decorrência da morte do pai. Da sesmaria do pai, ele herdou as terras da atual Venâncio Aires que posteriormente passam aos seus herdeiros legítimos.

CERTIDÃO DE BATISMO DE FRANCISCO JOSÉ FAGUNDES

O herdeiro - 1754

“Aos dezoito dias de novembro de mil setecentos e cinquenta e quatro nessa Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, na ausência do reverendo vigário e por comissão sua, batizei e pus os Santos Óleos a Francisco, filho legítimo de Francisco Machado Fagundes da Silveira e dona Rita Bittencourt, naturais da Ilha do Pico, bispado de Angres; neto pela parte paterna de Manoel Machado da Silveira e de Maria do Rosário, naturais da Freguesia da Ponta da dita Ilha do Pico e, pela materna, neto

do Capitão Francisco Machado Fagundes e de dona Úrsula de Bittencourt, naturais da Vila das Velas da Ilha de São Jorge. Foram padrinhos Manoel Machado da Silveira, solteiro, e caixeiro de Antônio José Fiúza, os sobreditos pais do batizado são dos casais D'EL REI que passaram para as Missões. E por verdade fiz este assento que assinei. O Padre Mateus Pereira da Silva. Declaro que foram padrinhos do sobredito Francisco, Manoel Machado da Silveira e dona Isabel Francisca de Bittencourt, mulher de Jacinto Mateus, assistente nesta dita freguesia. E por verdade fiz esta declaração no dia, mês e ano "ut supra". Padre. Mateus Pereira da Silva. Consta à margem a seguinte nota" Passei certidão aos 26/6/1779".

Este documento, na parte onde indica o relacionamento de neto, sob outro prisma revela os bisavós paternos e maternos de Brígida Joaquina do Nascimento e mostra também a origem deles Vila Velas, da Ilha de São Jorge e Ilha do Pico, a avó tem suas origens na Ilha Terceira, em Portugal.

"Assistentes" significam moradores, assistentes ou participantes dos ofícios divinos e demais atos religiosos desta comunidade paroquial.

Conforme pesquisa no arquivo histórico da diocese, o Padre Mateus Pereira da Silva, mais tarde, foi transferido pelo bispo do Rio de Janeiro de Viamão para Rio Pardo.

Para poder casar na freguesia de Rio Pardo, Francisco José precisou da sua certidão de batismo que estava arquivada em Viamão.

É possível verificar que os documentos fazem referências às Missões, isso porque na época Rio Pardo abrangia o território das Missões.

Neste contexto entra em cena a figura da ilustre senhora Brígida Joaquina Do Nascimento, a quem iremos direcionar a história, pois ela é responsável pelo principal fato gerador; a doação

de terras para ser o centro de uma cidade com a presença de uma capela, fato este, que posteriormente dá origem ao município de Venâncio Aires.



Figura 7: Mulheres da Cruz Vermelha.

A história do Rio Grande do Sul se fez com a presença da mulher lado a lado com o homem, apesar de a literatura histórica não revelar este fato com relevância que deveria ter. O papel que a mulher de origem portuguesa exerceu na formação da sociedade gaúcha deixou marcas registradas contribuindo também para a caracterização e formação da sociedade brasileira. Com uma bagagem cultural trazida da terra natal, conforme cada região, passada de geração para geração, como por exemplo, os dotes culinários típicos, o artesanato próprio, ela criou a partir do que já sabia uma nova cultura adaptada à realidade.

Assim, a mulher teve sua participação de forma ativa, com sua bravura e feitos. Porém, a figura frágil da mulher de repente, conforme a circunstância transforma-se, assumindo outra ima-

gem. Esta imagem é retratada num enfoque machista, como se percebe no depoimento de Souza (1777, p.56.) que “as mulheres açorianas somente sabiam falar de éguas, cavalos, potrancas, laços e bois”.



Figura 8: Mulheres cavalarianas.

O fato é que posteriormente à distribuição da sesmaria, o único meio de transporte era por rios, com barcas ou por campos e matas através de animais de montaria ou veículos de tração animal. Muitas vezes com a ausência do marido, passavam a assumir a chefia da família, portanto isso era um fato corriqueiro na vida das mulheres, contexto ao qual elas estavam inseridas, permitindo assim que pudessem falar do que lhes interessava naquele momento, para atender suas necessidades.

Brígida era uma mulher batalhadora, zelava pela família, sua vida fora cheia de acontecimentos inesperados. Ela era católica fervorosa, herdara os bons ensinamentos da mãe que também revelava uma fé muito pertinente nos costumes açorianos.

“A bela mulher açoriana, dedicada, recatada, mulher submissa, seguidora da sua fé, trabalhadora que nunca deixou de cuidar-se dividindo seu tempo com o curtir do couro, trabalhos manuais, a fiação de tecidos e fiação de lã que se alternavam com a assistência às tarefas domésticas. E quando apurava um dinheiro suficiente para adquirir um escravo, tratava de comprá-lo para ajudar na lavoura e lidas domésticas”.

(SAMARA, 1983, p.55)

Como toda mulher, Brígida Joaquina do Nascimento aprendeu com sua mãe desde cedo que uma mulher deveria se cuidar, ser caprichosa e dedicada, apesar de haver diferentes pontos de vista.

Como a mão de obra era necessária para prosperar, as mulheres tratavam de trabalhar com afinco, dedicação e determinação visando obter êxito em seus propósitos, garantindo um futuro mais tranquilo. Obtendo recursos financeiros, a mulher amenizava a força braçal investida no trabalho, pois aplicava seus recursos oriundos de seu trabalho, na compra de escravo, este, por sua vez, ia somar esforços na labuta diária e muitas vezes substituíam a sua senhora no trabalho. Com a aquisição de escravos, a mulher assegurava uma vida mais doméstica e sossegada.

Era primordial que a mulher, descendente açoriana, devesse manter os valores da família, independente da situação. Ela era uma mulher bem decidida, de coragem, pois assumia tudo na ausência do marido.

Além disso, ainda podemos dizer que as mulheres eram determinadas e com visão de negócios. Consta em documentos que as mulheres portuguesas cuidavam das fazendas, assumindo o papel dos maridos participando ativamente, acompanhando os mesmos em situação de confrontos, cuidando dos filhos, das pessoas mais velhas e dos feridos.

As mulheres honravam a família e quando era para proteger as terras e os filhos não mediam esforços. Dessa forma é possível constatar que a identidade da mulher gaúcha é um legado deixado por antepassados, oriundas das raízes açorianas. Essa característica marcante da mulher perpassou o tempo e permanece latente.



Figura 9: Sociedade de tiro ao alvo de mulheres, fundado em 1904.

As mulheres sempre muito cautelosas respeitavam seus limites até porque na época quem mandava realmente eram os homens. As mulheres deveriam servir a eles, no entanto, o que chama atenção é que estas mulheres, após a morte do marido assumiam o seu posto de chefe de família, logo pedia o registro de datas que pertenciam ao marido, e logo tratava de fazer nova reivindicação solicitando mais uma légua de terras, muitas vezes as mesmas terras que tinham sido concedidas ao seu “defunto marido”.

Assim, mesmo possuindo documento da concessão feita com ônus de pagar anualmente dois cavalos mansos, para a fazenda Real. Logo, a viúva requerente suplicava que lhe dispensasse

de pagar o ônus. As viúvas além de pedir o registro das datas e se tivessem filhos menores deviam obrigatoriamente solicitar ao Rei, a tutela e administração dos bens dos filhos.

Neste contexto se define a mulher camponesa, aqui nas terras do sul, esposas de fazendeiros, dividindo seu trabalho com a agricultura, com criação de gado, curtimento de couro, produção de charque, tecelagem e fiação e todos os outros trabalhos domésticos, sempre com a parceria das negras escravizadas que deveriam servir suas senhoras.

Outro fato importante era em relação às batalhas que aconteciam não raramente, os homens partiam sem previsão de retorno, Brígida foi uma dessas mulheres que precisou assumir a casa, os escravos, a família e os negócios.

Logo que aqui chegaram as mulheres de militares eram vistas como senhoras distintas, seus afazeres restringiam-se ao lar, cuidar da família e servir o marido e à religiosidade. Elas tinham um papel fundamental na sociedade, no entanto, algumas fugindo à regra, de mulheres do lar, recatadas, prendadas e beatas, tornaram-se boas negociantes, servidoras da coroa, mulheres de posição social mais elevada, exerciam certa liderança e eram vistas como mulheres decididas.

Lembra ainda Lessa (2009, p.165) que há referências das mulheres no relatório de Saint-Hilaire, numa viagem que fez pelo Rio Grande do Sul, em Rio Pardo no ano de 1820, o qual as descreve “com modos tão agradáveis quanto as de Montevidéu” e salienta ainda que são “efetivamente muito distintas e educadas”.

As mulheres dos militares se destacavam pelo estilo polido de tratamento, habilidades em trabalhos manuais, dotes culinários, pelo modo de vestir enfim, tudo isso sempre assessorado pelos escravos e pelas plenas condições que lhe asseguravam o cargo do marido, militar. Tais mulheres deveriam representar a elite, formar o molde da sociedade brasileira, já que estavam povoando estas terras.

Em relação ao papel da mulher, Souza (1925, p. 11) destaca que à “dona de casa incumbe atender a tudo e tudo examinar nas mínimas minudências de sua obrigação, minudências que não são poucas”. Assim todo o compromisso da casa era assumido por ela, seja realizando ou mandando fazer.

Neste sentido Brígida Joaquina do Nascimento, já era a 3ª geração situada em terras brasileiras, atuava com muita determinação, isso comprova que as mulheres aprenderam a se defender e defender sua prole a qualquer circunstância. Também no sentido humanitário, fica evidente o amor de Brígida às crianças e aos negros. Ela preocupava-se muito com eles, não só com a alimentação e alojamento, mas também se preocupava com as crianças nas noites frias de inverno, em que muitas vezes ela ia até a senzala certificar-se de que estavam agasalhadas, se todos tinham cobertas para enfrentar o rigoroso inverno gaúcho. Sempre preocupada para que nada lhes faltasse, mandava que carneassem gado e fizesse charque para consumo deles.

Neta e filha de militar, Brígida Joaquina do Nascimento, casou com outro militar e só mais tarde vai enfrentar as dores da guerra. Brígida era uma mulher admirável, de uma educação polida dentro dos princípios da época. Vale ressaltar que essa educação restringia-se aos bons costumes, à religiosidade e ao trato

com as questões do lar. Mesmo analfabeta sabia negociar e tinha visão de futuro.

PAIS E IRMÃOS DE BRÍGIDA

1779



Figura 10: Igreja de Rio Pardo.

Rio Pardo chegou a ter população superior 34 mil habitantes, bem mais que a capital, Porto dos Casais.

Na época, a vida social por lá era extremamente ativa, na famosa Rio Pardo aconteciam muitos namoros, noivados e casamentos, alguns arranjados outros por afinidade. Muitos pais visando um casamento com militares traziam suas filhas para que fossem apresentadas à sociedade, eram moças da elite do estado e até mesmo vindas de outras partes do país.

Foi neste cenário que Francisco José Fagundes natural e batizado na capela de Viamão, filhos de Francisco Machado Fagundes da Silveira, natural da Ilha do Pico e de Dona Rita Josefa de Bittencourt da Ilha Terceira, encontrou Maria Joaquina do Ro-

sário natural e batizada na Ilha e Vila de Santa Catarina, freguesia de Nossa Senhora do Desterro, Maria Joaquina do Rosário filha de João Lourenço de Mello e de Joana Rosa de Jesus da ilha Terceira, Açores. Ambos se conheceram, namoraram e casaram. Aqui segue a certidão de casamento...

“Francisco José e Maria Joaquina do Rosário uniram-se em matrimônio na freguesia de São José de Taquari em primeiro de agosto de 1779, às quatro horas da tarde, corrido os banhos como de costume e licença do muito reverendo Vigário da Vara, receberam-se com palavras de presente por marido e mulher perante mim, Manoel Garcia Mascaranhas, vigário encomendado e na presença das testemunhas abaixo assinadas, Francisco José Fagundes, natural da capela de Viamão, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, filho legítimo de Francisco Machado (Fagundes) da Silveira, já defunto, e Dona Rita Josefa de Bittencourt; e Maria Joaquina da Rosário, naturais da Ilha de Santa Catarina, freguesia de Nossa Senhora das Neves e ambos deste Bispado, filha de João Lourenço de Mello, já defunto, e de Joana Rosa de Jesus, e lhes dei as bênçãos matrimoniais, na forma do Ritual Romano. E para constar fiz este assento que assinei com o alferes Jacinto Mateus da Silveira e Antônio Joaquim de Aguiar, testemunhas que presentes estavam. O Vigário Manoel Garcia de Mascaranhas, Jacinto Mateus da Silveira e Antônio Joaquim de Aguiar”. Taquari, Livro 01, fl. 20.

O termo “banhos” corresponde aos proclamas ou publicação. Vigário “encomendado” significa Pároco.

Santo Amaro pertencia a Taquari em 1881. Provavelmente nesta época os pais de Brígida já haviam fixado residência no Faxinal dos Fagundes.

A diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul foi criada somente na data de 07-05-1848, após a Revolução Farroupilha, pelo

Papa Pio IX, com território desmembrado integralmente da então diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro.

O casal Francisco José Fagundes e Maria Joaquina do Rosário, teve uma família grande, porém para os padrões da época, normais. Conforme abaixo descritos, constam em ordem...

- A primeira filha, Ana, nasceu em 02-06-1780 e foi batizada em 11-06-1780 na freguesia de São José de Taquari (L. 01. fl.65).

- O segundo filho, Vicente, nasceu em 27-12-1781 e foi batizado em 06-01-1782, também na Freguesia de Taquari (L.01. fl.77).

- A terceira e quarta filhas, Brígida e Leonor, gêmeas, nasceram em 16-12-1783 e foram batizadas em 28-12-1783 na Matriz da Freguesia de Santo Amaro (L.01. fl.47).

- O quinto filho, Felisberto não tem a data de nascimento somente a data do batizado em 15-09-1786, já na matriz de Rio Pardo (L. 04. Fl. 149).

- O sexto filho, João nasceu em 03-05-1789 e foi batizado em 16-05-1791 na Freguesia de Santo Amaro (L.01. fl. 96). O mesmo assento foi transcrito para o livro 06, folha 18 de Rio Pardo.

- A sétima filha, Clemência, não consta a data de nascimento, mas batizada em 03-06-1795, em Rio Pardo (L. 06. p.144).

- O oitavo filho, Manoel, nasceu em Rio Pardo no dia 24-05-1798 e foi batizado na matriz de Rio Pardo em 19-06-1798 (L.06. fl.191).

- A nona filha, Mariana, nascida 08-10-1801 e foi batizada em 28-10-1801, na matriz de Rio Pardo (Livro 07, folha 36).

REGISTRO DE BATISMO DE JOÃO

1791- Irmão de Dona Brígida

No dia dezesseis de maio de mil setecentos e noventa e um, batizei solenemente a João, nascido a 03 de maio de 1791, filho legítimo de Francisco José Fagundes, natural da Capela de Viamão e de Maria Joaquina do Rosário, da freguesia de Santa Catarina. São avós paternos Francisco Machado Fagundes, da freguesia de Pico e Rita Josefa de Bittencourt, da Ilha Terceira; Avós maternos José Lourenço de Mello e sua mulher Felícia Joaquina de Oliveira, da freguesia de Rio Pardo. E para constar fiz este termo que assinei. O vigário Marcos José Pereira Lima, L.01 da Freguesia de Santo Amaro, fl. 96.

Parece não ser interessante a transição integral de todos os registros dos irmãos de Dona Brígida. Os avós paternos e maternos de Dona Brígida são naturais do Arquipélago dos Açores, são açorianos ou Ilhéus. A Nação Portuguesa, naquele tempo e antes, acolhia gente de todas as etnias e nacionalidades em seu meio, mediante filiação à religião católica e adoção de nome luso. Cidade de Rio Pardo (L.07, fl.36).

CERTIDÃO DE CRISMA DE VICENTE E DE ANA

1782 - Irmãos de Brígida

Aos quinze dias do mês de dezembro de mil setecentos e oitenta e dois, nesta freguesia de Santo Amaro, comarca do Senhor do Bom Jesus do Triunfo, administrando nela o sacramento da Confirmação e muito reverendo Senhor Dr. Visitador José da Gama Leal, com faculdade do exmo. reverendíssimo Senhor Dom José Justiniano Mascaranhas Castelo Branco, Bispo do Rio de Janeiro, foram crismadas as seguintes pessoas pertencentes a esta freguesia de Santo Amaro, N.º 64. Vicente, filho legítimo de Francisco José Fagundes e de Maria Joaquina do Rosário, natural e batizado na freguesia de São José do Taquari e morador desta freguesia, com a idade de um ano; foi padrinho José Machado Fagundes, solteiro e morador nesta

freguesia. L. 02 de Batismos, fl. 12, N.º 123. Ana, filha legítima de Francisco José e de Maria Fagundes do Rosário, nascida e batizada na freguesia de São José de Taquari moradora nesta Freguesia, com a idade de dois anos, foi madrinha Joana Rosa de Jesus, viúva e moradora nesta freguesia. (livro de batismo nº 02, fl. 15).

O lançamento de crismas no livro de batismo é uma exceção e não se enquadra na orientação geral. Os pais de Dona Brígida mudaram-se depois do batizado de Vicente e antes da visita pastoral, de Taquari para Santo Amaro. Em 1815 e 1846 o Bispo do Rio de Janeiro fez pessoalmente visita pastoral nas freguesias desta Província. Fora disto, um representante do Bispo, denominado Visitador Apostólico, realizava estas visitas canônicas, ou seja, exigidas na legislação eclesiástica.

CERTIDÃO DE BATISMO DE LEONOR E BRÍGIDA

1783

No livro de número 01, folha 47 da "Freguesia de Santo Amaro". Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de mil setecentos e oitenta e três, batizei e pus os Santos Óleos, nesta Matriz de Santo Amaro, comarca do Senhor Bom Jesus do Triunfo, a Leonor e Brígida que tinham nascido a dezesseis do dito mês e ano, filhas legítimas de Francisco José Fagundes natural e batizado na capela de Viamão, e de sua mulher Maria Joaquina do Rosário natural e batizada na Ilha Vila de Santa Catarina, Freguesia de Nossa Senhora do Desterro, neta por parte paterna de Francisco Machado Fagundes da Silveira natural e batizado na Ilha do Pico e de sua mulher dona Rita Josefa de Bittencourt natural da Freguesia de Santo Amaro da Ilha Terceira; neta materna de João Lourenço de Mello e de sua mulher Joana Rosa de Jesus natural e batizada na Ilha Terceira. Foram padrinhos de Leonor, José Joaquim de Mello e Antônia Machado da Silveira, solteira,

aquele desta Freguesia e esta de São José de Taquari; e de Brígida, José Machado Cardoso Fagundes e Dona Rosa Josefa Fagundes de Bittencourt, solteira e natural da Freguesia de Nossa senhora do Rosário de Rio Pardo. Do que para constar fiz e assinei este termo no dia, mês e ano, “ut supra”. O vigário José Luiz de Quadros Cabral Monteiro.

Vale ressaltar que o nome de Brígida, em muitos documentos aparece grafado com “z” (Brízida).

Outro fato que diz respeito ao nome de Leonor e de Brígida que as duas permaneceram com o nome de batismo inalterado até mesmo nos batistérios dos filhos. Leonor Joaquina do Nascimento e Brígida Joaquina do Nascimento.

Brígida e Leonor eram gêmeas, nasceram já no Faxinal dos Fagundes, pois, este fato transparece em outros documentos referentes aos primeiros povoadores, elas foram batizadas em Santo Amaro.

Vale ressaltar que o nome de Brígida, em muitos documentos aparece grafado com “z” (Brízida).

Outro fato que diz respeito ao nome de Leonor e de Brígida que as duas permaneceram com o nome de batismo inalterado até mesmo nos batistérios dos filhos. Leonor Joaquina do Nascimento e Brígida Joaquina do Nascimento.

Brígida e Leonor eram gêmeas, nasceram já no Faxinal dos Fagundes, pois, este fato transparece em outros documentos referentes aos primeiros povoadores, elas foram batizadas em Santo Amaro.

CASAMENTO DE BRÍGIDA

1804

“Aos três dias do mês de janeiro do ano de mil oitocentos e quatro, (03 - 01-1804) nesta matriz de Rio Pardo, às oito horas da noite, depois

de feitas a diligências (ocorrido os trâmites legais dos proclames) determinadas no sagrado Concílio Tridentino, sem haver impedimento e com Provisão do reverendo Vigário da vara desta comarca, em minha presença e das testemunhas abaixo assinados, receberam-se em matrimônio com palavra de presente em que expressaram suas mutuas vontades, José Joaquim da Cruz natural desta freguesia, filho de José Joaquim da Cruz Lima e de Eufrásia Joaquina, com Brígida Joaquina do Nascimento, filha de Francisco Machado Fagundes e de sua mulher Maria Joaquina do Rosário, natural da freguesia de Santo Amaro. Não receberam a benção nupcial por ser advento. Para constar mandei fazer este termo que assino. João de Almeida Pereira, vigário encomendado. José do Prado Lima e Manoel Luiz da Cunha”. (Este registro foi fielmente transcrito do original, constante na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, livro 02 / B, folha 228).

Brígida herdou toda essa extensão de terras, hoje denominada de Venâncio Aires, em decorrência da morte do pai. Com seu casamento em três de janeiro de 1804, na igreja de Nossa Senhora do Rosário e Rio Pardo, fixou residência nas terras do Faxinal. Após se estabelecer aqui com o marido José Joaquim da Cruz e seus escravos, que faziam parte da herança, considerados patrimônio da família, tiveram que trabalhar muito para fazer campos e roças.

No início do século XIX, quando seus companheiros eram apenas a própria família e seus escravos, no mais, aqui eram só matas e vida selvagem. O homem trabalhava muito sem mecanismo nenhum senão a força braçal. Como um escravo era muito caro, quem o tinha deveria zelar por ele, afinal de contas, fazia parte do patrimônio.

A residência da família localizava-se onde hoje é o Acesso Dona Leopoldina, nas imediações do Parque do Chimarrão, para quem sai da cidade, à direita, na parte alta.

A morada dos Fagundes era considerada a “casa grande”, pois tiveram que fazer outras casas para fins de alojamento na propriedade. Os escravos encarregados de trabalhar as terras eram distribuídos nestas moradas, evitando perda de tempo em deslocamento de um lugar para o outro.

Na casa sede tinha uma senzala onde os escravos ficavam alojados. O bem valioso das famílias portuguesas e descendentes, no início do povoamento do Rio Grande do Sul, era praticamente a mão de obra do escravo negro e do indígena, portanto devia ser bem zelado.

Não se pode negar que crueldades aconteceram com os escravos que aqui chegaram, porque deles foi tirado propriamente dito, sua identidade, costumes, amigos, parentes, terra de origem, língua, cultura, religião, toda a riqueza que constitui a identidade de um povo. Tudo isso era motivo suficiente para qualquer ser humano se rebelar e reagir, em consequência disso, sofreram torturas e crueldades. O cenário de medo era a forma de o senhor dominar e evitar outras reações.

No entanto os descendentes destes primeiros povos escravizados já foram educados e instruídos para a vida de submissão, tendo aquela realidade como única maneira de sobrevivência. Neste sentido não se tem registro de maus tratos por parte de Brígida, luso-descendente, posto que ela já era a 3ª geração estabelecida aqui, muito pelo contrário, ela inclusive tinha uma estreita relação com os afrodescendentes até porque estes eram os únicos contatos humanos que se podia ter diariamente na época.

Apesar de morar no Faxinal dos Fagundes (V.A.), o povoado que ainda estava se formando, recentemente a família se estabeleceu nestas terras, eles optaram em manter a casa em Rio Pardo, pois lá era um ponto de referência, tanto comercial como social na época.

Para participar de missas necessitavam se deslocar para Rio Pardo ou Santo Amaro, que naquela época estavam em grande desenvolvimento. Aproveitavam para fazer as compras necessárias para a família, também frequentar missas e visitar os familiares, estas viagens eram feitas de carroças cobertas.

A estada em Rio Pardo e também em Santo Amaro era por vários dias, para assim aproveitarem bem a viagem. Podemos imaginar como era difícil viajar por picadas abertas pelos sesmeiros, pois as estradas eram apenas trilhas abertas, num tempo onde nem se imaginava ter maquinários para abrir estrada como nos tempos atuais. Naquele tempo podemos dizer que era um grande sacrifício andar pela mata, riachos e por muitas vezes sob mau tempo. Apesar de tudo, a fé e a religiosidade não impediam o sacrifício, basicamente uma vez por mês este deslocamento acontecia.

O esposo de Brígida, José Joaquim da Cruz (Juca - Tenente do Exército), muitas vezes trabalhava em Rio Pardo e também necessitava ir a Santo Amaro a serviço do exército ou mesmo para fins de negócios. Isso porque em Santo Amaro era o centro comercial, com armazéns de alimentos e também de materiais bélico de uso do exército.

O casal Brígida Joaquina do Nascimento e José Joaquim da Cruz tiveram três filhos: Fidelis, Porfíria e José Joaquim da Cruz.

OS FAMILIARES DO ESPOSO DE BRÍGIDA

O sogro de Brígida, o Cabo de Esquadra José Joaquim de Santa Ana, pai de José Francisco da Cruz é natural de Portugal, Bispado do Porto, freguesia de Santo Ildefonso, onde iniciou sua carreira militar na Guarnição de Cabo. Ainda solteiro, migrou

para o Brasil, casou-se em Rio Pardo com Eufrásia Joaquina e lá fixou residência. Ele era Cabo de Esquadra em 1783 . Em 1792, consta que ocupava o cargo de Sargento Furriel no Exército, em linguagem popular sargento tesoureiro.

Conforme os documentos de casamento, os pais de José Francisco da Cruz, casam-se em 1779, já em terras gaúchas, o único documento expedido era feito pela igreja.

REGISTRO DE CASAMENTO

1779 – Sogro da Brígida

“Aos onze dias do mês de agosto de mil setecentos e setenta e nove, nesta matriz de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, bispado do Rio de Janeiro, feita as denúncias na forma de sagrado Concílio Tridentino e com Provisão do revendo vigário da Vara, em presença de mim José Antônio de Mesquita, pároco encomendado desta freguesia e das testemunhas que abaixo vão assinados, receberam-se em face da igreja por palavras de presente, depois de dispensado pelo reverendo Vigário da Vara a segunda e a terceira denúncia, José Joaquim de Santa Ana, filho legítimo de Manoel José da Cruz e de sua mulher Rosa Joaquina Maria, naturais da freguesia de Santo Ildefonso, e Eufrásia Joaquina, filha legítima de Francisco Carvalho e de sua mulher Francisca Rosa naturais e batizada nesta freguesia. Logo lhes dei a bênção conforme. Para constar mandei fazer este termo que assim como as testemunhas também abaixo assinadas. O vigário José Antônio de Mesquita, Rogério Manoel da Cunha e Antônio Alves Machado”

O casal José Joaquim de Santa Ana da Cruz e Eufrásia Joaquina, eram pais de José, capitão Juca, esposo de Brígida Joaquina do Nascimento, ao se estabelecer em Rio Pardo, tem seus dez filhos, todos nascidos naquela cidade, conforme abaixo mencionados. (Abaixo em ordem cronológica os cunhados de Brígida.)

- A primeira filha, Maria Madalena da Paixão, nascida em Rio Pardo, foi batizada no dia 20-04-1781 (L.03, fl.168) casou-se com Joaquim José de Santa Ana;

- O segundo filho, José nasceu em 13-01-1783 e foi batizado em 20-01-1783 em Rio Pardo (L.03, fl.220). Casou-se com dona Brígida Joaquina do Nascimento;

- O terceiro filho, Constantino recebeu o batismo em 17-09-1785 em Rio Pardo (L.04. fl.101), faleceu em 1828 não consta com quem se casou somente que deixou três filhos;

- O quarto filho, João da Cruz, foi batizado em Rio Pardo em 25-12-1789 (L. 05 fl.65) casou-se com Ana Joaquina, ela também foi batizada em Rio Pardo em 03-11-1787. Já em 05-03-1808, viúva, tornou-se madrinha de Porfíria, filha de Brígida Joaquina;

- A quinta filha, Eufrásia Maurícia de Lima (usando sobrenome que o pai usou anteriormente) nasceu em 03-08-1792 e foi batizada em 11-08-1792 (L.06. fl. 45 v.) em Rio Pardo, ano que seu pai passa a exercer o cargo Sargento Furriel do Exército. Eufrásia casou-se com Luiz Silveira da Fonseca;

- O sexto filho, Antônio nasceu em 11-12-1794 e foi batizado em 19-12-1794 em Rio Pardo (L.06. fl.105);

- O sétimo filho, Joaquim, nasceu em 02-05-1797 e foi batizado em 10-05-1797, em Rio Pardo (L.06. fl.162);

- O oitavo filho, Belizário, nascido em 10-01-1800 foi batizado em Rio Pardo no dia 18-01-1800 (L.06. fl.234);

- A nona filha, Francisca nasceu em 23-03-1802 e foi batizada em 01-04-1802 em Rio Pardo (L.07. fl. 48);

- A décima filha, Zeferina, que não consta registro da data de nascimento, somente data de seu batizado, ocorrido em 10-10-1806 em Rio Pardo (L.07, fl.171).

Como de costume os batizados aconteciam normalmente uma semana após o nascimento.

REGISTRO DE BATISMO DO ESPOSO DE BRÍGIDA

José, segundo filho de José Joaquim em 1783

“José. Aos vinte dias do mês de janeiro de 1783 batizei e pus os Santos Óleos a José, filho legítimo do Cabo de Esquadra José Joaquim da Cruz, natural e batizado na freguesia de Santo Ildefonso no Porto, e de sua mulher Eufrásia Joaquina, natural e batizada nesta freguesia; neto pela parte paterna de Manoel João da cruz e sua mulher Rosa Maria, natural e batizada na freguesia de Valongo na cidade do Porto, e pela parte materna Francisco Gonçalves de Carvalho e sua mulher Francisca Rosa. Foram padrinhos Manoel Machado e sua mulher Josefa Joaquina. José nasceu a treze de janeiro de mil setecentos e oitenta e três. (13-01-1783). De que para constar, e por meu legítimo impedimento, mandei fazer este assento que assinei. O vigário José Antônio de Mesquita.”

O sogro de dona Brígida é português nato. A sogra nasceu no Brasil.

REGISTRO DE BATISMO DE FIDELIS

1805

Fidélis da Cruz, batizado em Rio Pardo e registrado no L. 07, Fl. 157. “Aos quatro dias do mês de junho de mil oitocentos e cinco, nesta ma-

triz de Rio Pardo, batizei e pus os Santos óleos a Fidélis, filho legítimo de José Joaquim da Cruz e de sua mulher Brígida Joaquina do Nascimento”. Foram padrinhos Francisco José Fagundes e Maria Teresa da Conceição, solteira. Todos os fregueses desta matriz. De que fiz este assento que assino. O coadjutor Fidélis José de Moraes. “Todos os fregueses desta matriz” nos parece que além dos padrinhos e pais, também parentes assistiram ao Batizado.

REGISTRO DE BATISMO DE PORFÍRIA

1808

Segunda filha de Brígida Porfíria da Cruz, batizada em Rio Pardo, L 07, fl. 263. “Aos cinco dias do mês de março de mil oitocentos e oito, nesta matriz de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo, batizei solenemente e pus os Santos Óleos na inocente Porfíria, filha legítima de José Joaquim da Cruz e de Brígida Joaquina, ambos nascidos e batizados nesta, neta por parte paterna de José Joaquim da Cruz, natural da freguesia de Santo Ildefonso no Bispado do Porto e de Eufrásia Joaquina natural desta paróquia; pela parte materna neta de Francisco José Fagundes e de Maria Joaquina, ambos desta mesma paróquia. Foram padrinhos o sobredito José Joaquim da Cruz e Ana Joaquina, viúva do falecido João da Cruz. E para constar fiz este assento que assino. O coadjutor Manoel Moraes Simões.” “Bispado do Porto”, segunda cidade de Portugal, capital da província do Douro, situada a 280 km ao norte de Lisboa.

Porfíria Joaquina da Cruz que se casou com Manoel Tomás de Macedo e desta união tiveram uma filha chamada Tomásia Manoela da Cruz, a mesma casou-se com Benedito Alves de Oliveira, sendo ele natural da Vila da Lapa na Província do Paraná. Tomásia Manoela da Cruz e Benedito Alves de Oliveira tiveram um filho chamado de Jesuíno, que vem a ser bisneto de Brígida Joaquina do Nascimento e de José Joaquim da Cruz.

DECENDENTES DE PORFÍRIA

1861

“Aos vinte e quatro dias do mês de abril de mil oitocentos e sessenta e um, nesta igreja paroquial de Santo Amaro, batizei solenemente ao inocente Jesuino, nascido no dia vinte e um de abril de mil oitocentos e sessenta, filho legítimo de Benedito Alves de Oliveira, natural da Vila da Lapa na Província do Paraná, e de Tomásia Manoela da Cruz, natural de Santo Amaro; neto paterno de Manoel Tomás de Macedo e de Porfíria Joaquina da Cruz, neto materno de José Joaquim da Cruz e de Brígida Joaquina do Nascimento. Foram padrinhos Laurindo José da Rosa e sua mulher Genoveva Joaquina da Cruz, todos desta freguesia de Santo Amaro. Para constar mandei fazer este termo que assinei. O vigário, Padre Custódio Guedes de Assis.” Santo Amaro, l.07, fl. 06v.

Temos neste elenco Dona Brígida, a filha Porfíria, a neta Tomásia Manoela e o bisneto Jesuino. Consta ainda o casamento de Porfíria Joaquina da Cruz, filha de José Joaquim da Cruz e de Brígida Joaquina do Nascimento, com Manoel Tomás de Macedo, dos quais é filha Tomásia Manoela, mãe de Jesuino. A madrinha, Genoveva Joaquina da Cruz, é filha de José Joaquim da Cruz Filho e de Ana Maria da Costa, nascida aos 24-10-1838, batizada em 16-11-1838 em Santo Amaro, L.04. fl. 51 v. Casada com Laurindo José da Rosa.

O filho mais novo de Brígida Joaquina do Nascimento e do tenente Juca (José Joaquim da Cruz) recebeu o mesmo nome do seu pai e também do avô paterno; o caçula da família José Joaquim da Cruz Filho casou-se com Ana Maria da Costa e os mesmos tiveram dois filhos: Antônio Berlim da Cruz e Brígida Joaquina da Cruz

Já em relação a José Joaquim da Cruz Filho, terceiro filho de Brígida, não foi encontrado o seu registro de batismo, somente

a certidão de casamento. O que se pôde colher de informações é que o mesmo morrera de forma trágica com um tiro acidental, ao largar a arma esta disparou contra si.

CASAMENTO DE JOSÉ JOAQUIM DA CRUZ FILHO

1832 – Terceiro filho de Brígida

Aos dez dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e trinta e dois, nesta matriz de Santo Amaro, tendo sido dispensados legitimamente, José Joaquim da Cruz e Ana Maria da Costa. Em terceiro grau de consanguinidade em linha colateral desigual em que se acharam ligados, depois de proclamados e depois de prestarem seus depoimentos matrimoniais e legais, sem haver impedimento algum, pelas onze horas da manhã se receberam em matrimônio perante mim e as testemunhas abaixo assinadas, por palavras dos presentes, com que expressaram o seu mútuo consentimento, tudo na forma como determina o Concílio Tridentino e a Constituição do Bispado, e logo receberam as bênçãos nupciais. E para constar fiz este assento que assinei. O Pároco Januário Francisco Fagundes de Souza. Felisberto Batista e Tristão José Viana.

O parentesco deles por consanguinidade era de segundo para primeiro primos, em termos não jurídicos. A manifestação de liberdade e ausência de coação dos nubentes está expressa nas palavras. “Depois de prestarem seus depoimentos matrimoniais e legais”. A posse deste documento pode dar-nos melhor saber da pessoa e da vida de dona Brígida Joaquina do Nascimento (Bispado de Santa Cruz do Sul) *Padre Januário Francisco Fagundes de Souza. Freguesia de Santo Amaro, (L. 03, Fl. 200.).*

DE FAXINAL DOS FAGUNDES A FAXINAL DOS TAMANCOS

1818-1832 (Venâncio Aires pertencia a Rio Pardo)

O território do atual município de Venâncio Aires, antes de sua emancipação em 1891, por ordem de antiguidade, pertenceu aos seguintes municípios:

- Rio Pardo, de 1809 a 1832;
- Triunfo, de 1832 a 1849;
- Taquari, de 1849 a 1881;
- Santo Amaro (hoje pertencente à General Câmara), de 1881 a 1891.

Assim foram proprietários na região de Venâncio Aires, desde o ano de 1762, o Capitão Francisco Machado da Silveira, que repassou as heranças para seus 9 (nove) filhos, depois dele, parte das terras ficou para seu filho Francisco José Fagundes (pai de Brígida) que repartiu novamente aquele pedaço de terras para seus 9 (nove) filhos herdeiros (Ana, Vicente, Brígida, Leonor, Felisberto, João, Clemência, Manoel e Mariana).

O primeiro nome do atual município de Venâncio Aires deve-se ao fato de que estas terras herdadas do sesmeiro Fagundes, tiveram como denominação, desde 1763: Faxinal dos Fagundes.

Devido à vasta extensão de terras sem limites visíveis, pois não havia matéria prima, nem materiais para cercar ou denominar a propriedade, a população que ainda era em pouco número, precisava se basear em algo que fosse marcante naquele local para poder situar-se.

Mais tarde, porém, foi chamado de Faxinal dos Tamancos devido ao fato de que nas imediações da Estância, havia um tamancueiro. O lugar passou a ser conhecido porque ainda na época V. Aires pertencendo a Rio Pardo, o ponto de referência em termos de localização era a fábrica de tamancos. A fábrica situava-se às margens da “picada” aberta para o transporte de gado e cargas que aconteciam através de veículos de tração animal.

Na época se usava muito os tamancos feitos artesanalmente com solado de madeira e a parte superior de couro. Como o nosso Rio Grande era o maior criador de gado do Brasil e o maior produtor de charque e couro, aqui nas imediações da atual Estância Nova (Estância Mariante), se instalara o inglês tamancueiro de profissão, José Holbrook. Sua fama se espalhou e ele passou a fornecer tamancos para quase todas as partes do Rio Grande do Sul.

Faxinal como qualificativo de terra, deriva-se de faxina, no sentido de limpeza, naquele contexto, corresponde à faxina ou

limpeza de trecho para viabilizar o tráfego que era por meio de carroças, aranhas, charretes ou mesmo de cavalo. Faxinal também poderia ser considerado naquela época, um trecho de terras onde domina a pastagem natural, pontilhada de árvores isoladas, admitindo malhas de mato limpo para repouso e abrigo dos animais.

Assim, o Faxinal dos Fagundes passou, após a fama do fabricante de tamancos, a ser conhecido como Faxinal dos Tamancos. Todos que queriam chegar ou passar por estas terras que

ainda não conheciam, tinham como informe, para referência de localização, o Faxinal... dos Tamancos. A sede, porém continuava sendo Faxinal dos Fagundes, pois adentrava para o lado do Arroio Castelhana.

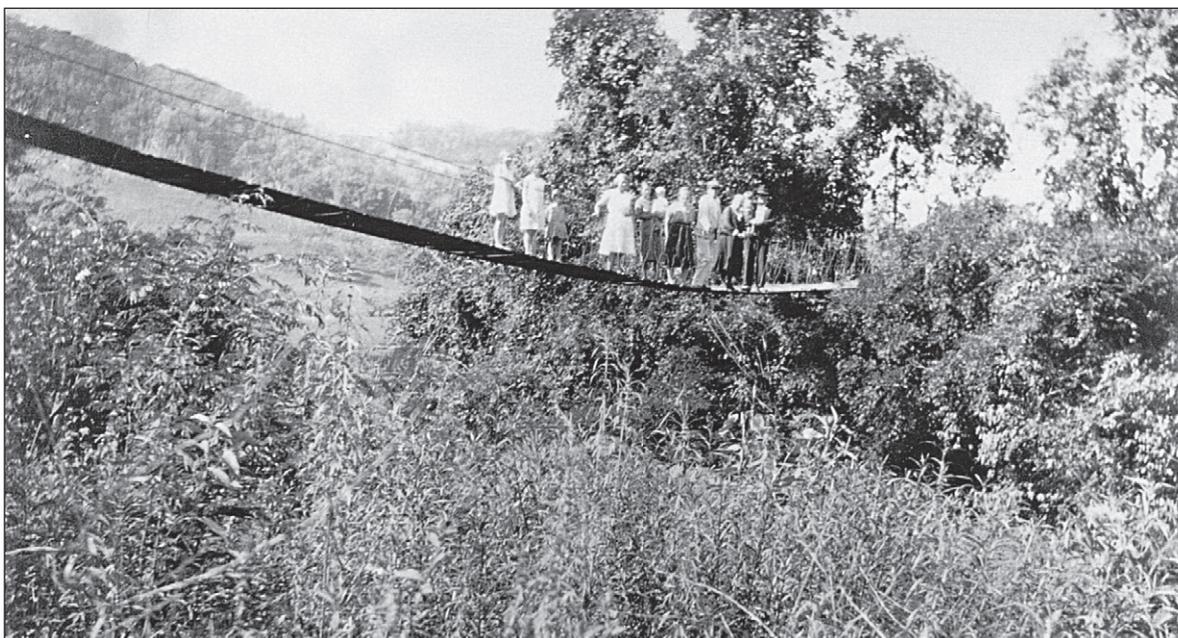


Figura 11: Antiga ponte sobre o arroio Castelhana.

RIO GRANDE DO SUL: PALCO DE CONFLITOS

Outro fato de extrema relevância, que envolve a história do desenvolvimento da cidade de Venâncio Aires, indiretamente, diz respeito à Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos.

Conforme registro da família, a revolução que assolava nosso estado, repercutiu por todos os lugares da Província, na época onde os filhos de Brígida, Fidelis e José foram convocados para a Guerra dos Farrapos que durou de 1835 a 1845.

Dentre muitos conflitos ressaltam-se alguns que ocorreram nas décadas de 1830 a 1840. Em nível de Brasil, três rebeliões explodem quase ao mesmo tempo.

No mês de janeiro de 1835, revoltados com a economia e com as questões sociais, cerca de três mil índios, negros e mestiços que eram chamados de “cabanos” revoltam-se, matam o recém-presidente nomeado do Pará e também o comandante militar. Dominam Belém, além do Baixo Tocantins, Santarém, Amazonas e Óbitos. A “CABANAGEM” como foi chamada durou até abril de 1836, quando foi debelada.

Mais um conflito social explode no Maranhão, de 13-12-1838 até 1841, contra os desmandos políticos, os revoltados

destróem e fazem saques espalhando-se por toda a província. O nome “BALAIADA” vem do apelido de um dos líderes Manoel Ferreira, conhecido como Balaio.

Começa em 7 de novembro de 1837, em Salvador, uma revolta que teve como líderes, o médico Francisco Sabino, daí o nome “SABINADA”. Com a pretensão de transformar a Bahia em República entram em conflito ateando fogo na cidade, em 13 de março 1838, mas no dia seguinte são dominados, se rendem às forças do Exército Imperial e às milícias dos fazendeiros.

Estão interligados estes três conflitos à “Revolução Farroupilha”, pois são chamados de “Revoltas de Crise da Regência” – entre 1831, ano da queda de D. Pedro I até 1840, quando da coroação de D. Pedro II.

A Revolução Farroupilha ocorreu na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 20 de setembro de 1835 até 1º de março de 1845.

Muitas foram as causas da Revolução Farroupilha, o descontentamento regional contrário ao Governo Imperial Brasileiro e com características republicanas. Os sulinos buscavam maior

autonomia. Revoltados com os altos impostos cobrados pelo charque e couro que representavam na época a economia do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, o Governo Imperial Brasileiro facilitava a entrada de couro e charque oriundos de outros países e que eram vendidos a preços baixos, dificultando, assim o comércio dos sulinos.

Em 20 de setembro de 1835, Porto Alegre é invadido pelos Farrroupilhas.

Com a prisão de Bento Gonçalves da Silva, grande líder dos Farrapos, os Farrapos ganham mais força para lutar pelos seus ideais.

Em 1836 com várias vitórias é proclamada a “República Rio-Grandense” e Bento Gonçalves é declarado Presidente, mesmo preso.

No ano de 1837, Bento Gonçalves foge da prisão, assume a presidência da recém-criada “República Rio-grandense”. Com a experiência de Giuseppe Garibaldi rumam a Santa Catarina.

Em Santa Catarina com o reforço e liderança de Giuseppe Garibaldi e Davi Canabarro, em 24 de julho de 1839 foi proclamado o Estado-Nação da República Catarinense, chamada também de “República Juliana” que durou somente 4 meses, de 29 de julho de 1839 até novembro do mesmo ano.

O governo imperial nomeia Duque de Caxias, Luiz de Lima e Silva, para comandar as ações com o objetivo de dar fim aos conflitos do Sul.

Após muitas conversas e ajustes, com um somatório de mortes bem elevado, os Farrapos em 1º de março 1845, resolvem aceitar as propostas de Duque de Caxias e a República do Rio Grande é reintegrada ao Império Brasileiro.

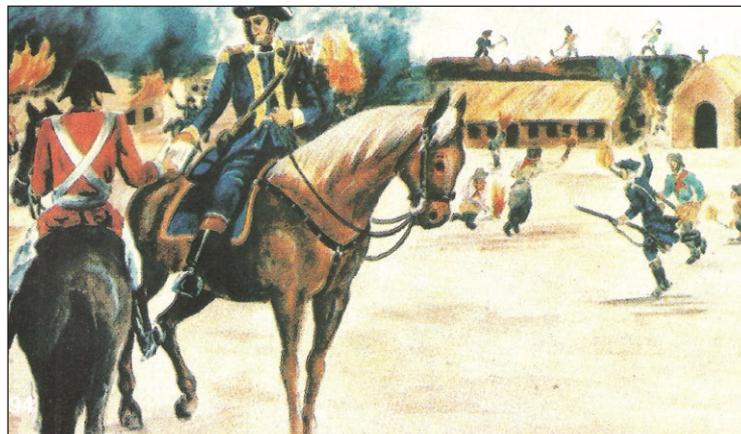


Figura 12: Soldados em batalha.



Figura 13: Soldados em trajes de batalha.



Figura 14: Santas que Brígida Joaquina do Nascimento usava em suas orações.

OS FILHOS DA CORAGEM E BRAVURA

Sobre a vida de Fidelis, pouco se sabe, o que contavam é que ele e o irmão José Joaquim foram para a Guerra. Como eram filhos de militar, provavelmente, seguiram os passos do pai, do avô e bisavô.

Pelo histórico familiar, era óbvio que eles não iriam se esquivar diante de um panorama de guerra, a missão do bisavô como capitão do exército Imperial deveria ser honrada por gerações. Estava no sangue e na alma de guerreiro, militar. Eles não tinham outra escolha, nada poderia fazê-los mudar de opinião. Eles convocados para a guerra, se foram em meio às tropas militares em defesa das terras gaúchas.

Enquanto isso sua mãe, Brígida ficou à espera de notícias. Como naquele tempo tudo era muito difícil, a comunicação, o transporte, tudo era muito demorado para chegar ao destino, para se ter notícias de alguém só se fosse através de um mensageiro. O transporte todo era via animal, quando terrestre, e por barcos, quando por rios.

Durante os dez anos de guerra, os filhos ficaram rodando por todos os lugares do Rio Grande do Sul, correndo risco de morte, lutando em meio ao perigo e em qualquer tempo, chuva ou sol.

O único meio de ajuda que Brígida Joaquina do Nascimento encontrou no seu coração aflito de mãe foi mergulhar na oração, voltar-se para Deus pedindo proteção aos filhos. Como todo português, ela com sua acentuada religiosidade herdada dos familiares luso-açorianos, ficava horas e horas ajoelhada rezando na pedra de uma pequena gruta que fez como santuário de fé e adoração.

Tempos depois ela acabou enclausurando-se em seus aposentos, ali rezava, repousava e recusava-se a sair do quarto. Ela jejuava e fazia abstinência de carne. Somente tinha contato com uma escrava que dava assistência a ela e lhe fazia companhia.

Nesse período foi acometida de uma forte depressão. Depois de esgotadas todas as suas forças de lutar contra os maus pensamentos que lhe vinham à cabeça, principalmente quando pensava na saúde, na vida e na integridade dos seus filhos, ela buscava em Deus o conforto.



Figura 15: Brígida rezando com uma escrava ao fundo.

Ela ajoelha no altar de pedras, ali ficava fazendo suas preces e foi durante este tempo que fez a promessa a São Sebastião Mártir, rogando para que ele intercedesse junto a DEUS para que seus filhos voltassem vivos, sãos e salvos.

Podemos imaginar o que Brígida Joaquina do Nascimento passou, não deveria ser fácil ficar por quase uma década rezando, jejuando sem ter notícias dos filhos. Acreditou na proteção Divina e os filhos retornaram com vida, Brígida foi um exemplo de fé.

Quando os filhos chegaram encontraram a mãe rezando, ela estava ajoelhada, tiveram que ajudá-la, pois estava bastante debilitada, recuperou-se e viveu bons tempos junto à família, vindo falecer 27 anos depois.

O milagre aconteceu, ela não teve dúvidas, seus filhos foram realmente protegidos por São Sebastião, eles contavam que pareciam que estavam envoltos numa proteção superior, pois vários companheiros de guerra caíam em torno deles, alguns feridos, outros mortos. Eles, porém, nada sofreram.

A promessa ao santo devoto, o sonho de ver nas terras de Brígida e de seus irmãos a capela para aquele pequeno povoado, tornava-se cada vez mais forte. Era hora de tornar real a promessa. E assim aconteceu. Ela doou as terras vislumbrando do alto, quão linda seria uma cidade rodeada de morros, então determinou a área de terras. Numa visão de futuro, Brígida pensou não somente na área da igreja, mas também na demarcação estabelecida dentro dos padrões portugueses: a igreja, a praça, o povoado.

O ATAQUE DA FERA

A história contada através dos relatos de família, mais precisamente por Yolita da Cruz Portella, retrata um fato ocorrido em meados do século XIX quando em uma caçada, esporte favorito de Fidelis, ele foi pego desprevenido por uma fera.

Como ele era um homem forte, entrou em luta corporal com o animal. O único objeto ao seu alcance foi um pequeno canivete que carregava consigo. Ele então investiu contra o animal, valentemente.

Ao ser atacado, reagiu até cansar o animal. Mas, de repente, ele viu o animal desistir e se afastar sem forças, até cair. Pouco distante de seu corpo o animal agonizou e se deu por vencido.

Fidelis muito ferido recolheu todos os seus pertences que ainda nem tinham sido usados na caçada que planejava, montou no seu cavalo e rumou a casa.

Ao chegar em casa, foi um choque. A mãe, Brígida, socorreu o filho desesperada. Para ela imediatamente veio à memória o que acontecera com o avô. O filho contou como tudo aconteceu e ele quase teve o mesmo destino do bisavô, pois a fera que lhe atacou era um leão baio ou suçuarana, animal bem conhecido nas matas de Venâncio Aires e região.



Figura 16: Suçuarana.

Do susto, a vitória sobre o animal, porém nem tudo estava ganho, a recuperação não evoluiu, bem ao contrário, tudo passou gradativamente a complicar, a infecção foi tomando conta dos ferimentos que eram profundos, sua saúde veio a piorar até que acabou entrando em óbito.

A morte de Fidelis, então abalou mais uma vez a vida daquela mãe que vira seu filho escapar da guerra. O local exato do acontecimento foi nas matas dos morros do Grão Pará, depois da várzea do Arroio Castelhana. Yolita ao contar a história, lamentava que “na época não existia a penicilina”, eles tinham que curar com chás e ervas medicinais, compressas que aprendiam com os mais antigos.

FALECIMENTO DA IRMÃ GÊMEA DE DONA BRÍGIDA

1852

Na freguesia de Santo Amaro, Registro de óbito, L. 02, fl.05v, consta o seguinte:

“Leonor Joaquina do Nascimento. No dia dez de abril de mil oitocentos e cinquenta e dois, nesta freguesia de Santo Amaro faleceu sem sacramento, por não chamarem Leonor Joaquina da Nascimento, viúva de José Antônio Ferreira, com sessenta e nove anos de idade, morreu de pneumonia. Foi por mim encomendada e sepultada no Cemitério de Bento da Rosa. Para constar faço este assento que assino. O pároco Tiago de Pina Cabral”. (Cemitério de Ponte Queimada).

1856

Número 129, Declaração que faz a abaixo assinada, (ela) possui um terreno sito na Serra Geral do distrito de Santo Amaro, no lugar denominado São João, havido por concessão do Governo que depois de inventariado, só lhe restam noventa e cinco e meia

braças de frente e setenta de fundos, que se divide pela frente ao sul com o Arroio Castelhana, pelo norte com terras de João Machado Bittencourt, pelo leste com terras da herdeira da mesma data Felicidade Francisca da Cruz, pelo oeste com terras dos herdeiros de José Joaquim da Rosa e de Antônio Joaquim da Rosa. Distrito da Freguesia de Santo Amaro, vinte e seis de janeiro de 1856. Brígida Joaquina do Nascimento.

OUTROS REGISTROS DE TERRAS

1798

“José da Silva de Lima e seus irmãos de um e de outro sexo”. Extensão de duas léguas de frente por uma de fundos. Terras à margem do Rio Taquari que confrontavam pelo sul com o Arroio chamado de Castelhana, pelo norte com o Arroio Sampaio a oeste com um sertão devoluto, e pelo leste faz frente ao dito Rio Taquari. Concessão feita pelo Conde de Rezende, no ano de 1798.

(Livro 09 de Registro Geral, 1798-1802 folhas 150.).

1814

Felisberto Fagundes. Um quarto e meio de légua de frente por meio de fundos. Um terreno na Serra Geral do distrito de Santo Amaro. Concessão feita por Dom Diogo de Souza, Governador e Capitão Geral da Capitania de São Pedro etc. Data da concessão, 07 de setembro de 1814.

(L. 01 de Registro de Terrenos e Sesmarias, 1810-1815, fl.290 v.).

1818

Lázaro de Souza. Meia légua em quadro. Terras no distrito de Taquari. Fazendo frente a leste com o Rio Taquari e fundos a oeste por uma Sanga com terras de Manoel dos Santos, confronta ao norte com José Hol-

brook de nação Inglesa, ao sul com o arroio Monte Alegre e terras de José Gomes Junqueira e João Antônio Dutra, concessão feita pelo Marquês de Alegrete, no ano de 1818.

(Livro 04, fl. 207.) " Houve-as por compra a Manoel Bento Ferreira da Gama e sua mulher".

1819

José Joaquim da Rosa. Extensão de uma légua de terras por uma e um terço de léguas de comprimento. Confrontações: Campos, faxinais e matos, no distrito de Rio Pardo, que confrontam a leste com os faxinais de Francisco José Fagundes, por um boqueirão formado na coxilha. Concessão por Dom José Castelo Branco, Conde da Figueira, no ano de 1819. (L. 04 de Registro de Sesmarias, folhas 263.) Houve-se por compra a Francisco José Fagundes.

Consta ainda nos registros Paroquiais de Santo Amaro, recolhidos ao Arquivo do Estado, uma declaração de terras, necessárias então para legalização das mesmas e feitas por Dona Brígida. Esta declaração era exigência do art. 100 do Regulamento de 03 de janeiro de 1853, ordenado à execução da Lei das terras de 18 de setembro de 1850.

COMEÇA A FORMAÇÃO DO POVOAMENTO

Documentos comprovam que a população do Faxinal começava a se expandir por causas diversas, dentre estas, o intuito de prosperar e trazer riquezas, gerar recursos para o Estado para assim, desenvolvê-lo. Como a população lusa era proveniente de militares e agricultores, basicamente, era óbvio que para que o progresso se manifestasse deveria haver a descentralização do poder sobre as terras. Os grandes proprietários não iriam atender as expectativas de progresso do governo. Daí então o governo abriu as portas para os europeus, posto que na Europa, com a revolução industrial em alta, muita mão de obra acabou sobrando, substituída pelas máquinas, o que gerou a crise.

O Brasil, em contrapartida, carecia desta mão de obra para o seu crescimento. Além disso, o panorama político em relação ao regime de escravidão estava sofrendo muita pressão aqui no Brasil. A lei do VENTRE LIVRE (1871) e a lei do SEXAGENÁRIO (1885) fazia com que atraíssem urgentemente mão de obra para substituir o povo escravizado, com o propósito de não parar a economia.

Conforme Lando (1996, p. 54) “a busca da mão de obra imigrante está diretamente vinculada à substituição do trabalho

servil pelo livre. Com a extinção do tráfico negreiro, em 1850, a concentração dos escravos nas lavouras cafeeiras paulistas, agravou-se o problema, já crônico, da mão de obra”.

Desta forma, o governo resolveu incentivar através de indenização o sesmeiro que quisesse conceder a venda de lotes de terra para o assentamento dos imigrantes europeus.

“Com a vinda da Coroa Portuguesa e posterior independência política do Brasil, tem início a imigração europeia de povos suíços, germânicos, austríacos e mais tarde, os italianos entre outros”. (RS: imigração & colonização: p. 93)

“A colonização com imigrantes e descendentes de alemães em território atualmente pertencente ao município foi iniciada no ano de 1856, quando o sesmeiro e Coronel Antônio Joaquim da Silva Mariante transformou parte de suas terras – o equivalente a 2.100.000 braças quadradas – em uma colônia. Passou ali a vender lotes coloniais para imigrantes chegados de outras colônias ou imigrados diretamente da Europa.” (VOGT, 2004, P. 116).

POVOAMENTO DE VILA MARIANTE

Coronel Antônio Joaquim Mariante

Assim inicia a colonização, com a venda de “lotes coloniais” e marca o povoamento inicial nas imediações do Rio Taquari, em Mariante, segundo distrito de Venâncio Aires.

Conforme já visto, o povo português com hábitos ribeirinhos se estabelecia nas encostas de rios formando a sociedade, justamente porque se identificava com a geografia local. Outro fator relevante, era a principal conexão com outros lugares e o mundo, posto que o rio era a via de navegação que levava ao mar e este, ao mundo. É possível que Mariante, há muito tempo, tenha sido estrategicamente planejado já a partir de 1856, com a cedência de lotes para imigrantes, pelo Coronel Antônio Joaquim Mariante. Os planos tinham o propósito de ver o progresso e o desenvolvimento da sociedade.

Mais tarde, em Mariante, iniciava a colonização de Venâncio Aires, naquele local onde foram vendidos pequenos lotes de terras. Isto fez com que descentralizasse o poder das terras abrindo espaço para o desenvolvimento. Com a instalação do Porto Gomes, importante investimento para gerar recursos para a região através do escoamento de mercadorias, havia um movimento grande pelo Rio Taquari.

Aproveitando o potencial de águas navegáveis, o rio passou a ter grande fluxo no transporte de mercadorias, a navegação

era o único meio de transporte possível naquela época, pois só em 1883, foi construída a estrada de ferro Amarópolis em Santo Amaro e mais tarde, em 1911 foi construída a ponte férrea sobre o Rio Taquari na localidade de Volta do Barreto, que ligava Porto Alegre a Santa Maria, abrindo o tráfego ferroviário.

Além do transporte de mercadorias, no Porto de Mariante tinha “a barca”, que era a vapor, utilizada também para passeio e lazer de pessoas que iam a Porto Alegre ou região onde o Rio Taquari dava acesso aos demais rios interligados entre si.

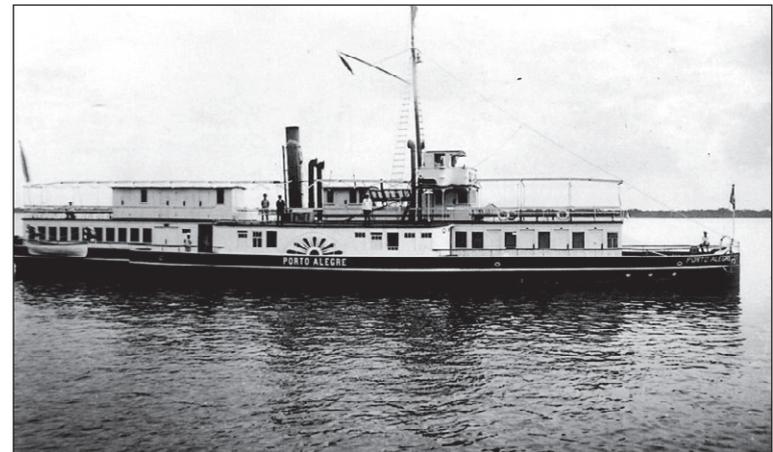


Figura 17: Barca à vapor.

Como o Mariante foi o palco da civilização, as terras da sede de Venâncio Aires, ainda pertencente aos descendentes do Francisco José Fagundes (filho do capitão Francisco Machado Fagundes da Silveira), mais precisamente, da Brígida, a herdeira, o que mais se desenvolvia aqui era a pecuária, agricultura, extração de madeira de lei e erva-mate. O Mariante tornou-se o polo de comércio e navegação.

Somente mais tarde com a abertura de estradas, com o tráfego rodoviário, Mariante deixou de ocupar a posição de antes, viabilizando o desenvolvimento da sede e de outros municípios por outra rota.

Mesmo assim, Mariante ainda é referência no estado em nível de localização, muitas vezes, para reconhecer Venâncio Aires é necessário citar Mariante.

Os traços açorianos são pertinentes naquele local distinguindo das demais regiões do município. A bravura e coragem daquela gente ao enfrentar as enchentes do Taquari, é passada de pai para filho, ninguém tem medo do rio, ele passa a ser o vizinho que de tempo em tempo se mostra exaltado, invade as casas, ruas e só dá trégua diante da calmaria das chuvas. Daí então é tempo de recomeçar. O povo açoriano também era desbravador dos mares, a pesca, a agricultura e pecuária fazia parte da vida deles, o que se vê séculos depois nos seus descendentes estabelecidos às margens do Rio Taquari.

A religiosidade trazida pelos açorianos é muito forte e está presente ainda no povo de Mariante que todos os anos celebra a tradicional festa dos Navegantes, em culto a Nossa Senhora dos Navegantes, a qual atrai milhares de fiéis para a procissão e festejos tradicionais.

O Coronel Antônio Joaquim da Silva Mariante foi o primeiro a incentivar a colonização alemã no município de Venâncio Aires, pois parte das suas terras foram transformadas em lotes coloniais lá pelo ano de 1856. Os lotes coloniais que passou a vender em 1858, para os migrantes açorianos vindos de outras colônias em número de 11 e para os imigrantes alemães em número de 105; num total de 116 habitantes na Vila Mariante Com os lotes o Coronel naquele ano recebeu dos cofres províncias cerca de seiscentos e trinta mil réis como prêmio pelos assentamentos dos colonos.

O povoamento da cidade ia crescendo cada vez mais, muitos imigrantes vieram para essas terras em busca de riqueza. Na grande maioria eram colonos vindos de várias partes da Europa e que aqui foram estabelecidos.

INÍCIO DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ

Em 1824 os primeiros colonizadores alemães chegaram a São Leopoldo. Formando ali a primeira colônia alemã.

O registro da chegada dos primeiros alemães no vale do Rio Pardo iniciou em 1849.

Aqui em Venâncio Aires, no ano de 1853, inicia a colonização na Picada Santa Cruz e Linha Isabel.

De 1853 a 1856 inicia o assentamento dos colonizadores em lotes coloniais nas terras do Coronel Antônio Joaquim da Silva Mariante.

No ano de 1860 em Linha Brasil, chegam os primeiros colonizadores alemães.

Muitos desses colonos alemães estabeleceram-se do lado oeste do município, ou seja, a partir da Colônia Provincial de Monte Alverne.

Contudo, o valor desses lotes coloniais, mais os subsídios recebidos pelos imigrantes e o custo das passagens, deveria ser quitado no prazo de cinco anos.

A Colônia era integrada pelas picadas Felipe Neri, Antão, Saraiva, Justo Rangel, Isabel, Maria Madalena, GrünerJäger (atual Marechal Floriano), Brasil, Cecília. Quando da criação do município de Santa Cruz, ocorreu a divisão da antiga colônia de Monte Alverne. O território localizado na margem direita do rio Castelhana ficou para o município de Santa Cruz, e o da margem esquerda para o de Taquari.

Naquele período Venâncio Aires pertencia a Taquari, posteriormente, de 1881 a 1891, pertencia a Santo Amaro até a emancipação em 1891, quando essa área colonial foi integrada ao novo município.

Centro Linha Brasil foi ocupado em 1860. Os primeiros moradores da localidade foram o casal Maria Eva e Christian Bencke, conforme registros de descendentes, constando ainda na história das localidades registrada por jornal e no livro “Baú de memórias”.

A maioria dos colonizadores alemães de Venâncio Aires veio da Boêmia, a partir de 1873. Eles abriram as primeiras picadas e ficaram assentados em Linha Brasil e Linha Isabel. Como a maior parte deles provindos da Áustria, havia sido operário de pequenas indústrias de vidro, tiveram que se adaptar ao novo contexto: de operários num período industrial, para desbravadores do mato nativo, precisando fazer a roça e trabalhar a terra para produzir.

Conforme se pode perceber num relato de imigrantes aqui chegados, em 1873, no povoado do Faxinal dos Fagundes, o contraste foi tanto que uma das mulheres respondeu ao guia e agente de imigração na Boêmia: “– *Senhor meu Deus se isto é para ser a cidade, como não será então a aldeia?*” (VOGT, p.121).

O SONHO DA CAPELA

1870

A fazenda e a casa da sede (também chamada de casa grande) era localizada em um lugar estratégico onde podiam ter uma visão ampla da propriedade. Com uma imensa extensão de terras, houve a necessidade de ter outras casas para os descendentes da família de Brígida e de José Joaquim da Cruz, os quais se ocupavam com plantações e criação de gado. A vasta sesmária dos Fagundes, transformada em fazenda e distribuída em partes agora já para os netos dela, concentrava toda a família aos arredores do Faxinal, além do pequeno povoamento que ali começava a se instalar, dando início à vila.

Assim a família foi se alastrando pelo Faxinal dos Fagundes, além de ter a casa da sede, a dos avós, cada um foi buscando o melhor lugar para morar. Tanto que algumas construções daquele tempo ainda se fazem firmes, consistentes, talvez melhor estruturadas do que algumas construções atuais. A exemplo pode-se ver a casa de Antônio Berlim da Cruz, neto de Brígida.

Uma construção edificada por volta de 1857, quase 160 anos, perpassou os séculos e está presente considerada uma das mais antigas construções existentes no município. Apesar do tempo, ela está bem conservada, embora hoje adaptada para o comércio e com algumas modificações da arquitetura original, conforme podemos conferir.



Figura 18: Casa de Antonio Berlim da Cruz.

Havia outra casa também, localizada no alto da atual Rua Jacob Becker em frente às caixas d'água próximo ao Corpo de Bombeiros. Ali até hoje existe um poço cavado e todo calçado de pedras (cacimba), contava dona Yolita que na primeira visita de Dom Pedro II no ano de 1846, logo após a Revolução Farroupilha que os doces para a recepção de Dom Pedro II e D. Teresa Cristina foram feitos aqui em Venâncio Aires (Faxinal dos Fagundes) na Fazenda dos Fagundes da Cruz, mais precisamente na casa de

Antônio Berlim da Cruz, os quais foram feitos por Dona Laurinda, Dona Reginalda e Tia Lucrécia, escrava doceira exímia nas aptidões da cozinha e outras escravas da família que também colaboraram. Elas usaram a água daquele poço para fazer os doces portugueses oferecidos à família real.

Outra casa da família e que fazia parte da fazenda localizava-se mais próximo da várzea do Arroio Castelhana, era ali que José Joaquim da Cruz Filho ficava com a esposa e revezava na outra morada, na Rua Jacob Becker esquina Visconde do Rio Branco.

A religiosidade manifesta no catolicismo arraigado é visível através dos nomes de muitos povoados estabelecidos no Rio Grande do sul durante o século XVIII. Logo que assentados, os continentais ou ilhéus tratavam de edificar uma capelinha ao santo devoto. A comprovar, os nomes dos primeiros núcleos populacionais como: Santo Antônio da Patrulha, Nossa Senhora da Conceição do Arroio, São Francisco de Paula de Cima da Serra, Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo e tantos outros.

(SOARES, 2012, p.68).

A fé superava todas as carências daquele povo tão sofrido pelas condições de vida da época. Os açorianos cultuavam seus santos, tanto que muitos lugares passaram a se chamar com nomes de santos. Além disso, a tradição da gruta ou capelinha permanece viva nos tempos de hoje, onde um vizinho passa para o outro, a visita da capelinha com o santo devoto da comunidade.

A vila se expandia e o sonho da capela do Faxinal tornava-se cada vez mais pertinente, a religiosidade fazia os moradores irem até Santo Amaro para participar de missas e cerimônias religiosas. Conforme documentos eles não mediam esforços para conseguir a bênção de Deus para os casamentos, os filhos, tanto que se não batizassem uma criança, esta era considerada pagã. “Filho pagão se morresse, não ia para o céu”.

No que tange à religiosidade acentuada dos descendentes de portugueses e dos afrodescendentes, veio somar a fé da colônia alemã. Todos sentiam a necessidade de uma capela no Faxinal, então o pedido começou a movimentar as autoridades religiosas responsáveis pela autorização e liberação da construção da capela.

No ano de 1864, no dia 9 de abril, D. Brígida foi a Santo Amaro documentar a doação para ver se isso iria acelerar o processo de liberação. Ela foi na residência do escrivão com testemunhas para confirmar ser ela a proprietária das terras, a fim de se consolidar a doação.

O vigário de Santo Amaro deveria enviar o parecer justificando o porquê de ser favorável à construção da capela. Esta justificativa foi encaminhada ao Bispo de São Pedro do Rio Grande do Sul. A maior comprovação da necessidade de uma capela era a distância que a Matriz ficava do Faxinal dos Fagundes em torno de 9 léguas, sendo a única igreja desta paróquia. Há de se dizer que 9 léguas são cerca de 60 km de distância, muito para ser percorrido de carroça.

O então vigário de Santo Amaro só obteve resposta da solicitação quando em 22 de janeiro de 1875, cinco anos depois da solicitação, no entanto Brígida não teve o prazer de comemorar a resposta positiva, autorizando a construção da sonhada capela, pois ela veio a falecer em 1873, dois anos antes.

Na data de 21 de abril de 1884, Dom Sebastião Dias Laranjeira, segundo Bispo da Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, confirmou através do decreto de criação canônica da Freguesia, confirmando que o nome da capela e o padroeiro da localidade seria São Sebastião Mártir. Mas na escritura de doação constava que deveria se chamar “São Sebastião do Faxinal” e que também deveria ser construída no prazo máximo de dez anos, caso contrário, as terras voltariam para a doadora.

188

História da Freguesia de São Sebastião, Rio Grande do Sul.

Os primeiros habitantes da actual freguesia de São Sebastião, Rio Grande do Sul, que anteriormente pertenciam a freguesia de Santo Amaro, eram de origem portugueza. De antigos documentos da compra e venda de terras se vê que a colonização começou no ano de 1800. Os imigrantes estabeleceram-se em maior parte no local de São Teodoro, depois posto do antigo Castelhana e sempre onde o mato era mais em matos de lei e terra mato e as terras fértilíssimas. Outros estabeleceram-se ao sul de Teodoro, vizinho ao rio, e principalmente de terras de gelo, mas também de plantação onde a qualidade do solo a permitia. As terras de São Teodoro foram habitadas primeiro mais tarde, provavelmente a partir de 1800.

Em 1820 chegaram as primeiras famílias allemãs que here pela imigração governamental se multiplicaram. Aí se estabeleceram vive em bom tempo e mais florescia a colonia da freguesia, como tambem a estes addições ha grande de agricultura e de industria na parte a actividade da provincia crescia.

Esta freguesia era conhecida antigamente pelo nome de Fachinal de Terranova, denominação que se deriva de um velho inglez que viveo na actual freguesia de São Sebastião e fuzilou a terra. — A freguesia pertenceu mais tarde durante este tempo a do Santo Amaro e chamava-se Santo Amaro de São Sebastião de São Sebastião de São Sebastião. O que do presente não se pode depender, é que no dia 4 de Abril de 1864 a Sr. Brígida Joaquina do Nascimento deu a São Sebastião de São Sebastião um terreno de 10.000 braças quadradas para nell se edificar uma capella de São Sebastião no mesmo sítio. O proprietario do terreno é o seguinte:

Escritura de doação de uma área de terras de dez mil braças quadradas que faz D.ª Brígida Joaquina do Nascimento para edificação de uma capellinha denominada de São Sebastião de São Sebastião, como abaixo se declara.

Saibam quantos virem o presente publico instrumento de escriptura de doação que se fez no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos sessenta e quatro, aos nove dias do mez de Abril do dito anno, neste districto da freguesia de Santo Amaro em casa de morada de Laurindo José da Rosa, onde eu escrivão fui chamado, ahi perante mim compareceu D.ª Brígida Joaquina do Nascimento, moradora deste terreno, reconhecida por mim Escrivão e pelas testemunhas no fim assignadas, e logo pela mesma doadora foi dito em presença das mesmas testemunhas que era senhora a possuidora de uma área de terras situadas neste mesmo distrito contendo dez mil braças quadradas, um pouco menos de largura; ao sul do arroio "Castelhano".

“Escritura de doação de uma área de terras de dez mil braças quadradas que faz D.ª Brígida Joaquina do Nascimento para edificação de uma capellinha denominada São Sebastião do Fachinal, como abaixo se declara: Saibam quantos virem o presente publico instrumento de escriptura de doação que sendo no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos sessenta e quatro, aos nove dias do mez de Abril do dito anno, neste districto da freguesia de Santo Amaro em casa de morada de Laurindo José da Rosa, onde eu escrivão fui chamado, ahi perante mim compareceu D.ª Brígida Joaquina do Nascimento, moradora deste terreno, reconhecida por mim Escrivão e pelas testemunhas no fim assignadas, e logo pela mesma doadora foi dito em presença das mesmas testemunhas que era senhora a possuidora de uma área de terras situadas neste mesmo distrito contendo dez mil braças quadradas, um pouco menos de largura; ao sul do arroio "Castelhano".

Livro Tombo da Paróquia de São Sebastião, Obra Literária do Rio Grande do Sul, de Alfredo R. da Costa, Ed.1922.



Figura 19: Capela.



Figura 20: Momento da demolição da antiga capela, para a construção da nova.

CERTIDÃO DE ÓBITO DE BRÍGIDA JOAQUINA DO NASCIMENTO

1873

Aos dezoito dias do mês de agosto de mil oitocentos e setenta e três, nesta Freguesia de Santo Amaro, no lugar denominado Faxinal, faleceu, sem os Santos Sacramentos, "Brígida Joaquina do Nascimento", de cor branca moradora no Faxinal, viúva, com noventa e dois anos de idade, deixando dois filhos. Foi por mim sufragada a vinte de novembro e está sepultada no Cemitério de São Sebastião. Para constar lavrei este assento que assino. O vigário, Pe. Barnabé Correa de Câmara. (Este registro foi fielmente transcrito do livro de óbitos 03 (três), folha 39. De ordem 129, da Freguesia de Santo Amaro (General Câmara), livro recolhido para a Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

A declaração da idade não confere, houve erro de cálculo ou de informação por parte do declarante, levando em consideração a data de nascimento, de acordo com o registro de batismo, 16 de dezembro 1783, e a data de óbito, Dona Brígida viveu até 89 anos, 09 meses e 02 dias neste mundo. O vigário celebrou a primeira missa por ela, conforme ele próprio relata "por mim sufragada", no dia 2 de novembro de 1873, depois de recebida a notícia do seu falecimento.

Dona Brígida era mãe de três filhos. Quando ela faleceu só dois filhos estavam vivos. Os dois constam em uma relação de herdeiros, José Joaquim Da Cruz e Porfíria Joaquina Da Cruz, e não aparecendo o nome de Fidelis, faltando devido o seu falecimento

e também não constam os seus herdeiros, por isso constatamos que ele fosse solteiro. Os meio-herdeiros Manoel Belizário da Cruz e Ana Francisca da Cruz (conforme documentos), também citados naquela lista, são filhos de José Joaquim da Cruz e netos da falecida.

A partir da construção da capelinha o panorama do Faxinal mudou completamente, os moradores da localidade e arredores passaram a participar das missas, cerimônias e eventos religiosos na capela do Faxinal dos Fagundes.



Figura 21: 1ª Capela de São Sebastião (provisória).

O Faxinal começava a ter uma nova realidade, passou a se expandir acolhendo todos que aqui chegavam, embora com algumas restrições religiosas e raciais evidenciadas na época.

O Faxinal dos Fagundes, evoluiu para Freguesia de São Sebastião Mártir, em 1884, passando para Vila de Venâncio Ayres em 1891.

O descendente dos Fagundes, Antônio Pedro da Cruz, filho de Antônio Berlim da Cruz e bisneto de Brígida e José Joaquim da Cruz, com o mesmo nome do pai, possuía uma casa comercial em Linha Grão Pará, a casa de pedras que é cartão postal da cidade, cenário de fotos. A casa foi construída por escravos e tem uma beleza inigualável, ela está situada junto ao balneário São João. Ele inicialmente começou o comércio lá, mais tarde transferiu-se para a vila.

Na vila, ele construiu uma casa comercial em frente a atual Prefeitura Municipal, continuando no ramo e ainda como agente dos correios, agente de loteria, em anexo uma barbearia e para atender melhor clientes, o barbeiro vinha da capital. Também teve relojoaria e agência de veículos da Ford.



Figura 22: Ford 29.



Figura 23: Rua principal e praça.

A IGREJA MATRIZ E A CRENÇA DO POVO

Conforme dados extraoficiais a história da construção da atual Igreja Matriz, rebusca um fato antigo e histórico, posto que além de demorar 14 anos para ser concluída, a construção sofria uma série de problemas. Tais problemas impediam o avanço da obra. Uma série de intempéries abalava o andamento das obras, mas o que definitivamente mexeu com a população foi que, num determinado momento, um raio atingiu os fundos da igreja. Também o fato da demora para conclusão das torres gerou uma certa ansiedade na população. Este fato foi relatado pelo Sr. Adão Nery de Macedo, primo de Yolita da Cruz Portella, que era filho de José Duarte de Macedo e Maria Antônia da Cruz, que chamou a atenção do padre Albino Juchem dizendo: “ enquanto a dona estiver longe da sua casa, as obras não se concluirão”. Pedindo para que trouxessem os restos mortais de Brígida para a Matriz e que fosse depositados no altar da mesma.

Um povo cheio de superstição e muito religioso, ao mesmo tempo, relacionou o fato do “raio” como sinal de que havia algo errado com os procedimentos e as decisões terrenas, o sinal vindo

do céu, dizia que a “alma de Brígida rondava aquele lugar pedindo para enterrar ali seus restos mortais”.

Eles entendiam que a alma dela não ia descansar enquanto ela não fosse sepultada ali naquele lugar que ela escolheu e deu para construir uma igreja. Acreditavam muito que algo pior deveria acontecer em breve se não resolvessem essa situação.

Assim interpretado os fatos, foram em busca dos restos mortais no cemitério de Linha Ponte Queimada. Mas conforme informações de pessoas da época e que contam com grande ênfase, o Pároco quase forçado pela comunidade, acabou cedendo aos pedidos e liberou para que então, trouxessem os restos mortais de Brígida para sepultar no altar da igreja quando esta ainda estava em construção.

Conforme, informações colhidas junto à comunidade e aos familiares de Brígida, ela foi sepultada no altar onde os ladrilhos do piso formam a Cruz.

Desde o ocorrido, a construção evoluiu, o povo seguiu confiante e tudo se realizou.

CERTIDÃO DE BATISMO DE GENOVEVA

1865 - Neta de Brígida Joaquina do Nascimento e do Tenente Juca-José Joaquim da Cruz

“Ao dez dias do mês de junho de mil oitocentos e sessenta e cinco, nesta freguesia de Santo Amaro e em desobriga, batizei solenemente a Genoveva, nascida em dez de dezembro de mil oitocentos e sessenta e três, filha legítima de Domingo Pereira da Costa e de Brígida Joaquina da Cruz, desta freguesia; neta paterna de João José da Costa e Ana Rodrigues de Lima, neta materna de José Joaquim da Cruz e Ana Maria da Costa. Fo-

ram padrinhos Antônio Berlim da Cruz e Brígida Joaquina do Nascimento. Para constar fiz este assento que assino. O vigário encomendado Francisco Abbot.” Santo Amaro, L.09, Fl.189 v.

DESCENDENTES DE ANTÔNIO BERLIM DA CRUZ

1834 - Certidão de batismo de Antônio Berlim da Cruz

“Antônio. Aos três dias, batizei solenemente o inocente Antônio, nascido, a vinte e cinco de fevereiro de mil oitocentos e trinta e quatro, filho legítimo de José Joaquim da Cruz Filho, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo e de Ana Maria da Costa natural desta, neto paterno do Tenente José Joaquim da Cruz e de Dona Brígida Joaquina do nascimento, neto materno de Antônio José da Costa natural da cidade de Santa Catarina e de Genoveva Maria de Jesus natural de Rio Pardo. Foram padrinhos os mesmos avós maternos. E para constar, fiz este assento que assino”.

(Pe. Januário Francisco Fagundes de Souza. Freguesia de Santo Amaro, L. 03, Fl. 200.).

ANTÔNIO BERLIM DA CRUZ

1887 - Intendente do município

Antônio Berlim da Cruz era neto de Brígida Joaquina do Nascimento. Antônio Berlim da Cruz deixou também sua contribuição para a história de Venâncio Aires, era fazendeiro e sua propriedade localizava-se onde hoje existem as caixas d'água na Rua Jacob Becker esquina com a Rua Brígida Fagundes próximo ao Ginásio de Esporte do Colégio Professor José de Oliveira Castilhos pegando parte do Bairro Cruzeiro, Bairro Brígida até a várzea do Castelhanao.

Em 1887 assumiu o cargo de Intendente (Prefeito) nomeado pelo então Governador Júlio de Castilhos, na mesma época era presidente do Conselho Municipal, acumulando os dois cargos.

Venâncio Aires emancipou-se em 1891. Antônio Berlim da Cruz, por ordem do Governador do Estado, permaneceu como intendente, por três meses foi quando promoveu eleições municipais que elegeu Narciso Mariante de Campos à Intendência.

Antônio Berlim da Cruz era casado com Reginalda Fagundes da Cruz tiveram três filhos: Antônio Pedro da Cruz, Laurinda Amélia da Cruz e Maria da Cruz (Maria Pádua de Oliveira).

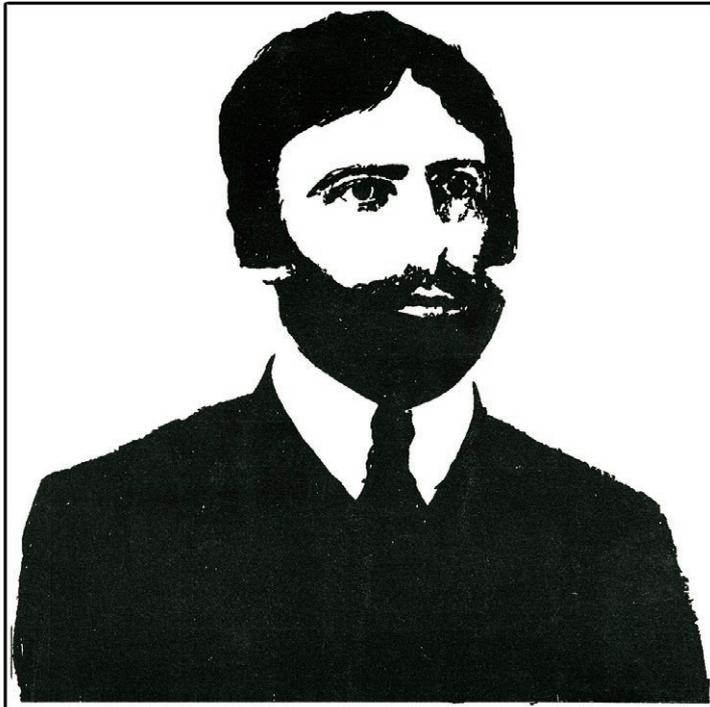


Figura 24: Antônio Berlim da Cruz.

CERTIDÃO DE ÓBITO DE ANTÔNIO BERLIM

1905

“Antônio Berlim da Cruz: Aos oito dias de julho de mil novecentos e cinco faleceu nesta Vila. Antônio Berlim da Cruz era casado com Reginalda Fagundes da Cruz, tendo setenta e um anos de idade, munido dos últimos sacramentos. Foi enterrado no cemitério da paróquia” Pe. José Haag.

ANTÔNIO PEDRO DA CRUZ

1872 – Filho de Antônio Berlim da Cruz

Antônio Pedro da Cruz nasceu em 13 de setembro de 1872 era casado com Maria Zulmira Alves de Oliveira, ela natural de Rio Pardo. Moraram por muitos anos na Rua Osvaldo Aranha quase em frente a atual Prefeitura municipal. O casal teve duas filhas Olmira Antonina da Cruz (Milota), e Yolita da Cruz (Ytinha) as duas tinham uma diferença de 18 anos de idade de uma para a outra, por este motivo muitas pessoas achavam que Yolita era filha de Olmira.

Olmira Antonina casou-se com Oscar Dreher escrivão, e Yolita da Cruz casou-se com Antão Pereira Portella, agricultor.

Antônio Pedro da Cruz foi o primeiro motorista de automóveis de passeio em Venâncio Aires. Teve a agência FORD, até recebeu um prêmio, pois foi o agente que mais vendeu automóveis no Rio Grande do Sul, na época. Os carros sempre em número de três unidades vinham de Porto Alegre no vapor e Antônio Pedro da Cruz os buscava no porto em Mariante. Ele levava um motorista da agência e a filha Yolita na época com 11 anos, cada um era encarregado de trazer um carro, pois os carros tinham que vir rodando até a cidade.



Figura 25: Maria Zulmira Oliveira da Cruz.

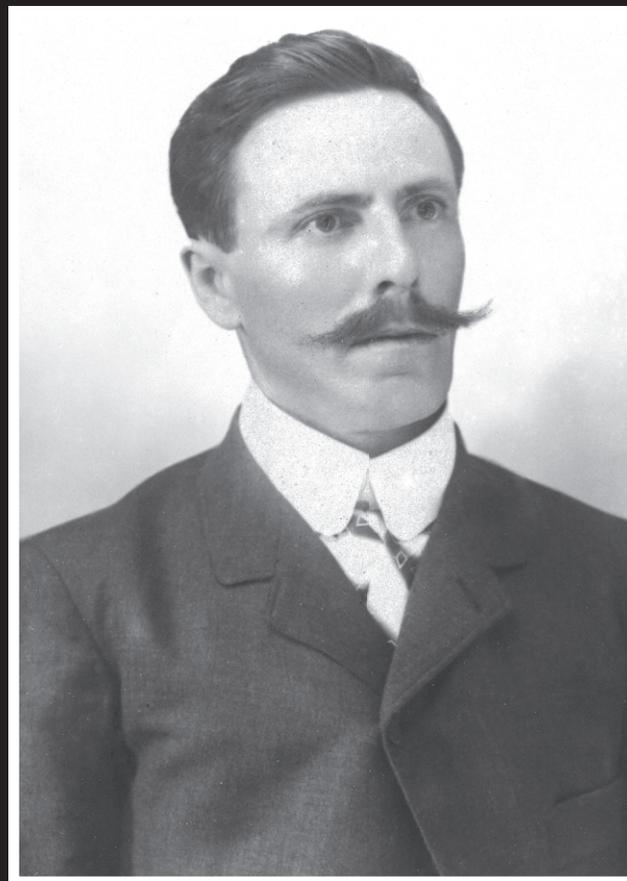


Figura 26: Antônio Pedro.

Antônio Pedro também foi agente dos correios, da loteria Estadual, comerciante, foi por duas vezes o presidente da Sociedade de Leituras (1925).

Antônio Berlim da Cruz casou-se com Reginalda dos Santos Fagundes da Cruz, e tiveram três filhos:

Laurinda Amélia da Cruz (solteira, que em vida passou suas terras para a sobrinha Yolita);

Maria dos Anjos Fagundes da Cruz (casou-se com Floriano Pádua de Oliveira e tiveram um filho: Amaro da Cruz Pádua de Oliveira);

Antônio Pedro da Cruz (casou-se com Maria Zulmira Alves de Oliveira, tiveram duas filhas:

*1ª filha Olmira Antonina da Cruz (Milota) que se casou com Oscar Dreher, tiveram oito filhos: Dorival Dreher - casado com Elsa Weber, Edith Dreher - casada com José Schneider, Elite Dreher (Dula) - casada com Mauricio Alexandrino, Maria Zulmira Dreher (Cota) - casada com Arlindo Becker, Oscar Reinaldo Dreher - casado com Carmen Santos, Suely Maria Dreher (Sú) - casada com Germano Wendorf, Nirley Liete Dreher (Chica) - casada com Jocó Knapp e Geolar Antônio Dreher - casado com Selma Fischer, e a da *2ª filha Yolita da Cruz que se casou com Antão Pereira Portella, tiveram três filhos: Newton Expedito da Cruz Portella (1º casamento Maria Nazareth de Oliveira e 2º casamento Luci Mara Alves), Neilton Antão da Cruz Portella (casado com Rosane Terezinha Alles) e a filha Maria Zulmira da Cruz Portella (casada com Cleri de Moura).

Na família Fagundes da Cruz, a maioria dos homens segue a carreira militar, parecendo estar no sangue, como se fosse um

dom, servir à pátria. Newton Expedito da Cruz Portella, bisneto de Antônio Berlim da Cruz, neto de Antônio Pedro da Cruz, e filho primogênito de Yolita seguiu a carreira militar e ingressou na Marinha do Brasil, mais precisamente, como Fuzileiro Naval, que no quartel também eram chamados de Tropa de Elite. Os Fuzileiros Navais vieram juntamente com a Família Real para guarnecer a costa brasileira.

O Newton Expedito da Cruz Portella tem o filho que também segue a carreira do pai, militar. Este, com o nome de Newton Carlos de Oliveira Portella, ingressaram na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (ExPCEX) em Campinas- S P, em 11 de fevereiro de 1995. No ano seguinte ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende-RJ, formando-se em 27 de novembro de 1999 como oficial do Quadro de Material Bélico do Exército Brasileiro. Além da tradição profissional, constata-se, por coincidência ou simplesmente por destino, a tradição de família em repetir o nome em pleno século XXI, mantendo vivo, depois de trezentos anos, esse costume entre eles.

Podem mudar os tempos, podem mudar as ideias, podem mudar os costumes, mas nunca conseguimos nos desvencilhar das amarras dessa tão importante árvore genealógica, onde somos apenas galhos e o que realmente nos dá suporte é justamente o que muitos não podem mais ver, pode até estar enterrado, mas são elas que nos sustentam, as raízes. Acreditamos que a nova geração também possa seguir os passos de seus antepassados, assim seguimos a vida, buscando raízes.

YOLITA DA CRUZ PORTELLA

Yolita da Cruz Portella, nasceu em 06 de julho de 1911 em Venâncio Aires, filha de Antônio Pedro da Cruz e de Maria Zulmi-

ra Oliveira da Cruz, casou-se com Antão Pereira Portella e desta união tiveram três filhos: Newton, Neilton e Maria Zulmira.

Estudou na “aula” da Professora Maria Ophelia Brito e depois na Escola Monte das Tabocas. Estudou língua alemã com o Professor Jacob Becker e também aprendeu a escrita gótica, tocava violino, fazia teatro na Sociedade de Leituras, gostava de andar a cavalo pela cidade e interior, andava de motocicleta, de automóvel e praticava tiro ao alvo e também gostava de jogar pingue-pongue.

A primeira motorista feminina de Venâncio Aires, formada pelo pai, já aos onze anos de idade demonstrava habilidade na direção, ajudava seu pai dirigindo um dos três carros vindos de Porto Alegre, por embarcação, até o Porto Gomes, em Mariante. De Mariante até Venâncio Aires a pequena Yolita, era orientada para vir à frente, para que seu pai Antônio Pedro da Cruz pudesse supervisionar a vinda dela. A Ford enviava três carros ao pai dela que era proprietário da agência de Venâncio Aires, como naquela época não tinha “caminhão cegonha”, ele, a filha e um funcionário buscavam os carros. Seu pai foi o primeiro proprietário de automóvel de passeio da época, marca NAG (1908)

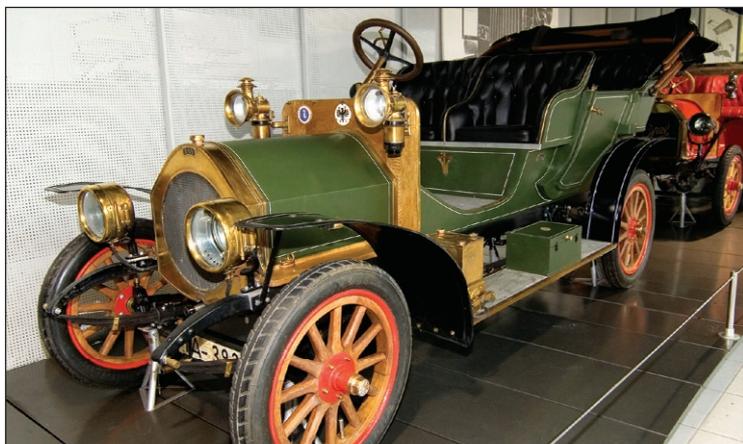


Figura 27: Carro NAG 1908.

Assim como os demais parentes próximos, a família de Yolita também residia no centro da cidade, mais precisamente, defronte a atual prefeitura. Ela nasceu e se criou ali, mais tarde mudou-se para a casa da família localizada na Rua Júlio de Castilhos, quase em frente ao antigo Hotel Schmidt. Ela casou e teve seus dois primeiros filhos. Em 1955 mudaram-se para a chácara da família, onde hoje é o Bairro Brígida.

No ano de 1943 inscreveu-se no curso de enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira, preparou-se para ir á guerra, mas seu pai não deixou que fosse. Em seguida foi convidada para trabalhar no Posto de Saúde, por ter curso de enfermagem e saber datilografia, aposentou-se com trinta anos de serviço prestados ao estado do Rio Grande do Sul. Nestes 30 anos fez muitas amizades, conheceu muitas pessoas e sempre procurou ajudar a todos. Lá distribuiu muito leite em pó, muito medicamento. Quando uma criança necessitava de um leite especial ou alguém não encontrava lá o medicamento indicado, dona Yolita ia até a farmácia comprava e dava a quem precisava. Conhecia todo o interior, pois gostava de ir aos lugares de difícil acesso para aplicar as vacinas durante as campanhas.

Nos finais de semana gostava de visitar famílias necessitadas nas vilas, muitas destas visitas eram acompanhadas pelas irmãs da Divina Providência, pela professora Regina Becker e pela sua amiga Ana Otilia Theis e sua filha ainda criança. Foi nessas visitas que se deparou com muitas crianças que não frequentavam escola, por ser distante e por não ter roupas apropriadas. Vendo a falta de uma escola que ficasse mais próximo, não esperou muito, emprestou um chalé, para que fossem ministradas as primeiras aulas. Os primeiros cadernos, lápis e borrachas foram

doados a cada aluno por ela; através das irmãs da Divina Providência, conseguiu roupas e alimentos, para que assim não deixarem de ir às aulas. As crianças da Vila Cruzeiro, Caída do Céu, Sete de Setembro e as crianças onde, no futuro seria o bairro Brígida, pois o bairro estava sendo formado, foram os beneficiados. O chalé logo ficou pequeno, as crianças eram muitas, e Dona Yolita da Cruz Portella juntamente com seu esposo Antão Pereira Portella doaram uma área de terras para ser edificada a Escola Estadual Brígida do Nascimento.

Yolita da Cruz Portella, cidadã Venâncio-aiense além de doar o terreno para construir a escola foi doadora de todas as ruas do Bairro Brígida desde a Rua Barão do Triunfo até a várzea do Castelhana e ainda da Rua 1^o de Março, até a Rua João Puthin.

Vendia os terrenos para pessoas, à prestação no caderninho de anotações, todos receberam sua escritura e ela conhecia a todos, costumava visitá-los, tinha muito orgulho de proporcionar a estas pessoas a oportunidade de se tornarem proprietários.

Yolita da Cruz Portella é trisneta de Brígida Joaquina do Nascimento, e neta de Antônio Berlim da Cruz que foi intendente de Venâncio Aires.

Ela teve a responsabilidade de manter a tradição da família em relação aos arquivos históricos, inclusive foi passando de geração o contato com a Corte Real através da avó Reginalda, que Yolita teve o encargo de assumir o papel da avó, mantendo os laços de amizade através de correspondência como sempre foi feito. O vínculo entre a família dos Fagundes da Cruz se deu

na vinda de D. Pedro II a Rio Pardo, na ocasião os doces foram feitos em Venâncio Aires – Faxinal dos Fagundes, por Reginalda, Laurinda e suas escravas. Tia Lucrecia escrava da família era excelente doceira. Conforme registros, consta aqui dentre tantas, uma das correspondências da Família Real endereçada a Yolita...

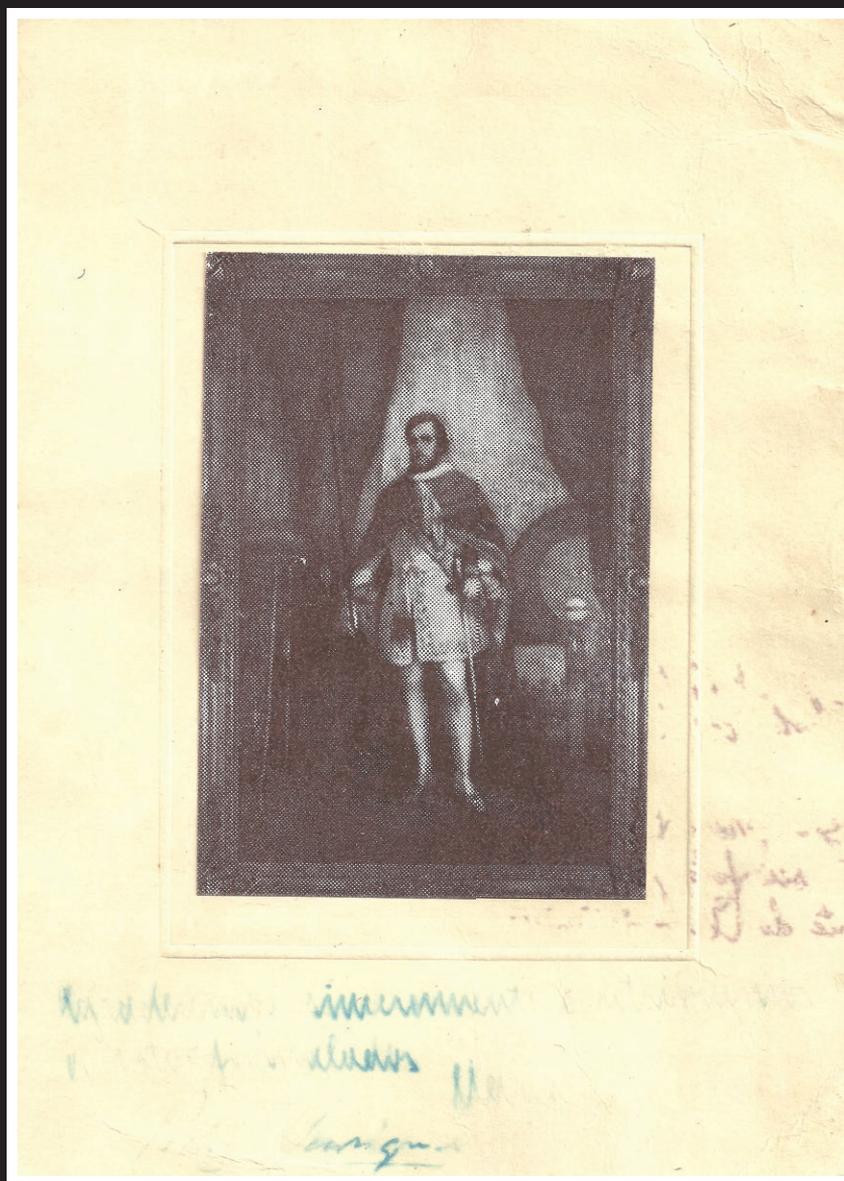


Figura 28: Cartão da família imperial para Yolita da Cruz Portella.

Estimada companheira.

Glória!

O chefe geral e outros do Superior Con-
celho virão a G. Fundo e outras localidades
do Rio Grande nesta 2ª quinzena de
julho, provavelmente. Se resolverem
ir a V. Aires, telegrafarei. Esperiam
churrasco, vinho bom e chimarrão.

Virão em 5 ou 6. Talvez D. Ce-
dro também.

Beijado do

Gordiano

Figura 29: Cartão da família imperial para Yolita da Cruz Portella.

Cada início de ano, Yolita não saía em férias sem antes cumprir com seu dever de cidadã, pagar todos os impostos territoriais e prediais. Após quitar com as dívidas, saía para usufruir das férias com a sensação de dever cumprido.

Yolita da Cruz Portella além de seus filhos biológicos ainda criou cinco meninas.

Foi nas terras emprestadas por Dona Yolita que o C.T.G. Erva Mate teve o seu primeiro Galpão e para assim realizar os ensaios e os fandangos.

Nas últimas “Missões” da Igreja Católica em que participou, ela usou da palavra para expressar todo o amor que tinha aos vizinhos, amigos, conhecidos e ao povo da nossa cidade. Ela disse: “Eu amo esta gente, meu povo, tenho muito orgulho de ter nascido aqui e morar nesta cidade linda, que vi crescer.”

Aos 97 anos enfrentou mais uma batalha na sua vida, seu coração já cansado deu um susto, mas como sempre dona Yolita, nos surpreendeu com seu entusiasmo, vontade de viver e força, colocou um marca-passo. Mas ela já estava realmente muito cansada, conforme ela mesma dizia, posto que no dia 16 de abril de 2009, ela faleceu. Fonte: Memorial Da Cruz Portella Em: 15-01-2013

Podemos dizer que mais uma vez as histórias se repetem. Com a certeza de que o povoamento do nosso município girou em torno da doação de uma área de terras por parte de dona BRÍGIDA Joaquina do Nascimento para edificação de uma capela; o mesmo podemos dizer em relação à origem do Bairro Brígida, que devido a doação de uma área de terras por parte de dona YOLITA (descendente de Brígida) para a construção da Escola Estadual

de Ensino Fundamental Brígida do Nascimento, passou a ter esta denominação.

A Escola Brígida abriu suas portas oficialmente no dia 25 de maio de 1939, para oferecer aos alunos, oportunidades de crescimento, de conhecimento e de educação. São 54 anos marcados pela trajetória em prol da educação de crianças e jovens de Venâncio Aires e para nós, professores e Equipe Diretiva é uma honra darmos continuidade ao trabalho de todas as professoras e diretoras que por aqui já passaram e que escreveram a história da Escola Brígida.

O Bairro Brígida atualmente é um lugar privilegiado, que se expandiu muito, com suas ruas espaçosas e tem uma característica peculiar. É um lugar calmo com uma diversidade no que tange à arquitetura, com uma vista muito ampla da cidade, com pessoas que cultuam a nossa tradição.

Neste ano de 2013 a municipalidade está construindo uma Escola Municipal de Educação Infantil que conforme desejo dos moradores do Bairro Brígida levará o nome de Yolita da Cruz Portella.



Figura 30: Yolita da Cruz e Antão Pereira Portella.

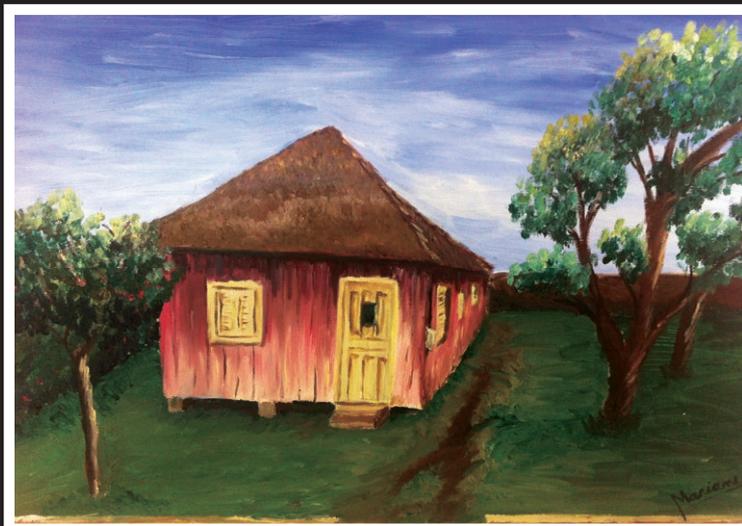


Figura 31: Primeiro prédio da escola Brígida do Nascimento.



Figura 32: Escola Estadual de Ensino Fundamental Brígida do Nascimento, hoje.

O DINHEIRO ENTERRADO

Em tempos de instabilidade e muita insegurança, o meio de preservar o patrimônio ficava a cargo da família. Não havia bancos e o jeito era fazer o que gerações passadas lhe ensinaram, enterrar as moedas de ouro e prata.

Dona Yolita contava que tinha registrado na memória a história passada de geração por geração, a qual marcou a família, sendo que José Joaquim da Cruz Filho, o bisavô dela, morando nas proximidades do Castelhana, ao receber a mensagem de Dona Reginalda, tomou uma decisão imediata. Sem muitas explicações, dirigiu-se ao quarto, pegou seu baú e dispensando qualquer tipo de ajuda, foi para fora da casa. Ele carregou o baú até certo ponto a perder de vista, pois ninguém ousava segui-lo. O baú que ficava escondido no quarto da casa, contendo moedas de ouro e prata foi carregado por ele, junto com uma pá. Ele foi para a parte dos fundos da moradia, em direção ao Arroio Castelhana, momentos depois, sem uma só palavra, retornou.

A esposa Ana Maria da Costa e os filhos acreditavam que ele devia ter enterrado o baú, embaixo de um pé de Umbu. Ela chegou a esta conclusão, pois ao voltar, percebeu que a pá estava

suja de tabatinga e ele não trazia mais o baú, talvez os vestígios por lá deixados levaram-na a concluir.

Conforme visto, naqueles tempos ninguém perguntava ao esposo o que pretendia, ao pai e ao patrão, nunca se questionava. Já em relação ao que fez, onde e por que escondeu ninguém se atrevia em perguntar. Passado algum tempo, ele veio a falecer sem revelar o segredo, onde tinha enterrado o baú. Os filhos queriam procurar, mas a resposta que obtiveram da mãe, é que não se deve procurar “sapatos de defuntos”.

Há muitos anos apareceu na casa de Dona Yolita um senhor de origem alemã, perguntando sobre o parentesco dela com os donos das terras em que ele morava e que havia adquirido recentemente. Muito constrangido, contou que tinha procurado uma cartomante e que a mesma havia lhe falado de um enterro de ouro e prata nas suas terras. E que deveria procurar um parente ou familiar, pois a mesma mulher havia alertado que alguém da família deveria estar presente quando fosse encontrado o tesouro.

A empolgação e curiosidade eram grandes, mas o assunto logo foi esquecido. Aquela família foi embora, a única filha casou-se com um militar e os pais acompanharam a filha e o genro.

Após isso, vários outros proprietários passaram por ali. O que se sabe é que alguém, provavelmente um dos proprietários, encontrou o ouro e prata que José Joaquim da Cruz Filho havia enterrado nas proximidades da atual Rua Sete de setembro, embaixo de um pé de Umbu. Este dado foi fornecido em depoimento dele próprio a um familiar de Brígida, onde salientou verbalmente que como ninguém da família quis ir atrás do dinheiro, ele o possuía porque agora as terras eram dele. Conforme ele mesmo disse “achei, é meu”.

Ainda falando sobre os enterros de dinheiro, outra histórias interessantes que os mais antigos contavam, é que onde hoje existe o Corpo de Bombeiros já existiu um enterro de ouro e prata.

Nas imediações havia uma modesta casa com uma família humilde em que morava um compadre de dona Reginalda. O tal do compadre morava ali com sua família, três filhos e a esposa, ele prestava serviço para Dona Reginalda e família.

Homem trabalhador, curioso e sabedor dos acontecimentos relacionados a enterros de moedas, estavam sempre capinando por todas as partes das terras.

Para quem conhece o velho ditado “Anoiteceu, mas não amanheceu”, foi exatamente o que aconteceu.

O compadre foi para os lados de Santa Cruz do Sul, lá adquiriu terras, construiu casa, presenteou a esposa com máquina

de costura (na época toda mulher sonhava com uma máquina de costura, e somente as privilegiadas que possuíam uma). A certeza que ele achou o que procurava ninguém tem, mas que a vida dele mudou, isso não resta dúvidas.

HISTÓRIA DA CASA BRANCA

A comunidade de Ponte Queimada tem papel fundamental na contribuição da história de Venâncio Aires. Em Ponte Queimada existia a Casa Branca, um lugar de referência na região. O cemitério lá existente, o mais antigo do município é considerado a última morada de muitos açorianos e seus descendentes, embora o costume fosse enterrar seus entes queridos em determinado local da estância onde residiam e assim ficar próximos à família. Este cemitério existe há mais de dois séculos.

A casa branca foi a residência de um dos descendentes dos Fagundes. Nela aconteciam os eventos mais importantes do município, celebrações de batizados, aniversários, casamentos, festas e eventos públicos eram realizados ali devido ao espaço amplo e tradicionalmente conhecido.

A Casa Branca também possuía uma lenda. Muitos cidadãos na penumbra da noite juravam ter visto o cabrito enlouquecido. O cabrito aparecia do nada numa curva da estrada, às vezes ele surgia detrás de um eucalipto muito grande lá existente. Ele corria em disparada, perseguia o indivíduo tentando acertá-lo, outras vezes passava enlouquecido espirrando e batendo casco. O medo do cabrito causava aflição para os viajantes e aos bailantes

que ousavam encarar a noite. O cabrito sempre ia em direção ao cemitério e lá sumia.

A arquitetura da Casa Branca, tipicamente portuguesa, construída por escravos, com matéria prima bem rudimentar, pedra e barro, basicamente, fez dela destaque pelo tamanho, capricho e beleza. Suas paredes passavam de 50 centímetros de largura. Além de pertencer à família tradicional da época, ela marcou o início da colonização portuguesa de Venâncio Aires, pois muitos acreditavam que ali havia dinheiro enterrado, outros diziam que moedas deviam estar escondidas dentro daquelas paredes largas. No entanto, nada fora encontrado, pelo menos se alguém achou, não espalhou...

O proprietário e morador da Casa Branca era VICENTE FAGUNDES, ele era filho de Martimiano Fagundes que foi proprietário das terras onde se localizava a casa. Ali morou por vários anos, deixando para seu filho Vicente Fagundes que teve treze filhos e casou-se três vezes. Vicente Fagundes, mais tarde deixou para seu filho Miguel Fagundes, único filho do terceiro casamento.

Não faz muito tempo que a casa de Miguel Fagundes foi vendida e os novos proprietários acabaram demolindo a antiga e centenária construção.

Vicente Fagundes foi morador por muito tempo da casa Branca, era casado com Maria Alípia da Cruz (Sinhá), seus filhos na maioria, ficaram trabalhando na agricultura, alguns mudaram de cidade. Avelino, José (Zeca), Teodolino, Inácio, Orvalina, Angelina, Marina (Marinha), Joaquina, Izalina, Antônio, João (Janga), Elpídio e Amaro.

O senhor Elpídio Fagundes, comerciante muito conhecido na cidade e no interior teve por muitos anos comércio na Rua Júlio de Castilhos do lado do antigo Cine Imperial.

O senhor Amaro Fagundes, iniciou sua vida profissional como comerciante de Secos e Molhados em Linha Campo Grande. Já casado com Dona Eva Anita Fagundes veio para a cidade onde se estabeleceu na Rua General Osório, já com tradição no ramo de secos e molhados permaneceu até aposentar-se. Dona Eva Anita lembra o tempo em que depois vieram a se estabelecer à Rua Tiradentes em frente ao Correio. O Senhor Amaro e Dona Eva Anita tiveram quatro filhos: Flávio, Ivone, Elacir e Liane.

Orvalina filha de Vicente Fagundes era mãe de Gabriel, Therezinha, Anita e Álvaro da Cruz Fagundes. Álvaro (Vico) casou-se com Alaides Freitas Fagundes e tiveram três filhos: Moacir, Odair Luís e Ivanice.

Therezinha Fagundes Silveira atualmente mora em Passo Sobrado com seu filho Roni Fagundes Silveira.

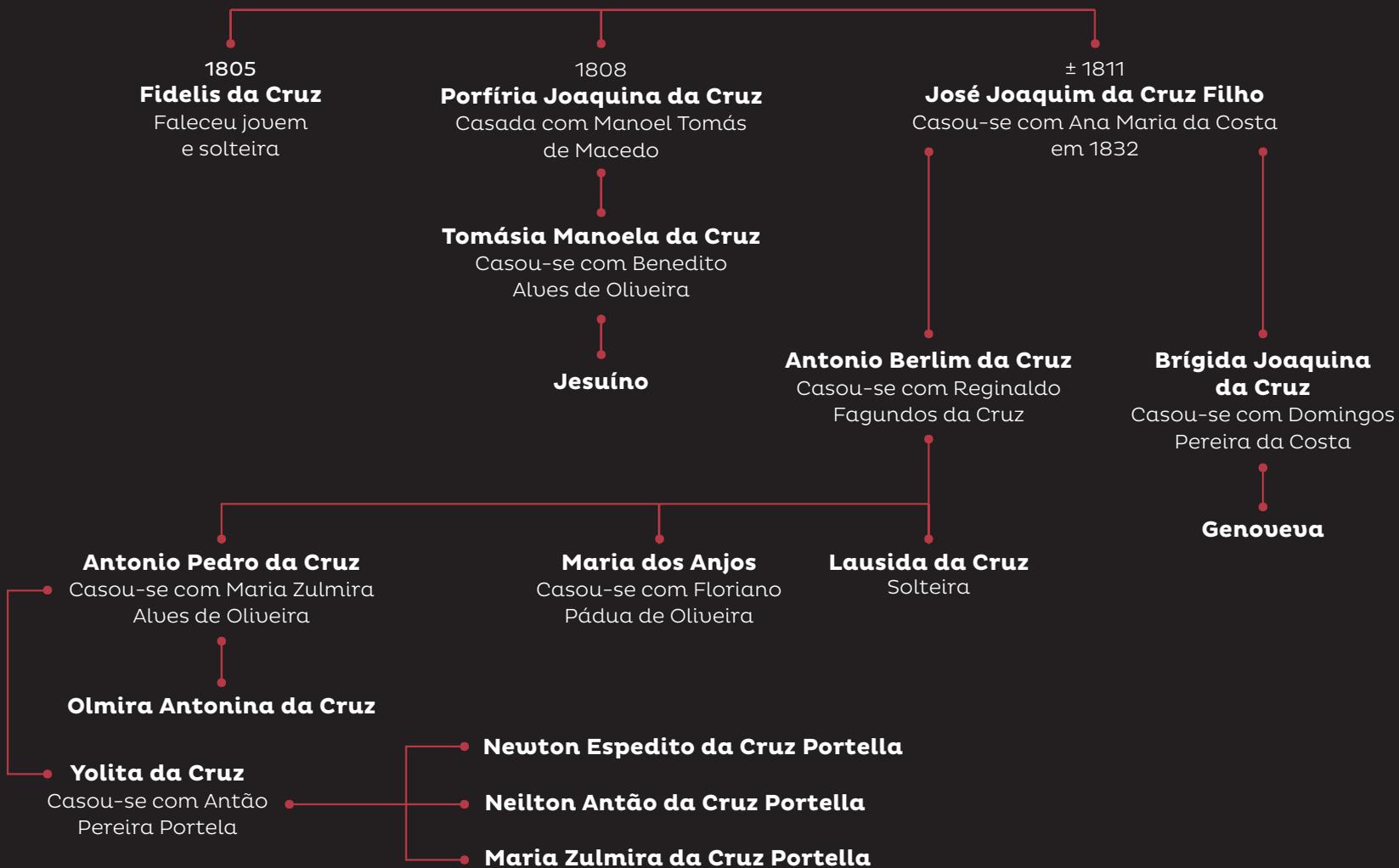
Marina Fagundes (Marinha) casada com Theodoro da Rosa tiveram sete filhos: Dário Francisco da Rosa, Alípio Fagundes da Rosa, Eugênia da Rosa, Gessy da Rosa, Erny da Rosa (Nicinha), Antônia Ercy da Rosa e Célia da Rosa.

Antônio casou-se com Elisa Rosa e tiveram os seguintes filhos: João Paulo, Idalino, Antônia, Jacy, Olinda e Hilda.

ANTÔNIO BERLIM DA CRUZ, DA ATUALIDADE AO PASSADO

Dona Yolita da Cruz Portella, esposa de Antão Pereira Portella, filha de Antônio Pedro da Cruz, que era filho de Antônio Berlim da Cruz. O registro de casamento religioso de Yolita e Antão: Venâncio Aires, L. 09, Fl. 92 v, confirma esta asserção, na parte de sua filiação imediata. Sendo assim, podemos formular o seguinte quadro genealógico, na linha paterna: dona Yolita da Cruz Portella, filha de Antônio Pedro da Cruz e de Maria Zulmira Alves de Oliveira, neta de Antônio Belim da Cruz e de Reginalda dos Santos Fagundes, bisneta de José Joaquim da Cruz Filho e de Ana Maria da Costa, trisneta de José Joaquim da Cruz e de Brígida Joaquina do Nascimento, tetraneta (ou tataraneta) de José Joaquim da Cruz e de Eufrásia Joaquina da Nascimento, pentaneta de Manoel José da Cruz e de Rosa Joaquina Carvalho; regredindo a partir da trisavó Brígida, teremos como graus de parentesco, tataraneto (ou tetranetos) de Francisco José Fagundes e de Maria Joaquina do Rosário, pentaneto de Francisco José Fagundes da Silveira e de Rita Josefa de Bittencourt, Hexaneta de Manoel Machado da Silveira e de Maria do Rosário.

BRÍGIDA JOAQUINA DO NASCIMENTO - 1783
JOSÉ JOAQUIM DA CRUZ (TENENTE JUCA) - 1783



HISTÓRIAS DOS “FAGUNDES”

Reginalda Fagundes da Cruz casada com Antônio Berlim da Cruz, com o monóculo, de longo alcance que Dona Brígida adquiriu de um navio alemão, avistou nas coxilhas ao longe, em direção da atual Santa Cruz do Sul, uma caravana de homens aproximando-se do Faxinal. Eles vinham com fitas e bandeiras que tremulavam ao vento.

Estas observações eram feitas quase que de hora em hora, em decorrência da Revolução Federalista. A vigília era para poder avisar os homens da família para se esconderem, pois a pequena população estava muito assustada e temerosa.

Como os homens das famílias eram convocados a ir para guerra, alguém sempre estava alerta para qualquer movimento estranho, posto que, esta fora a mais “sangrenta das guerras no Rio Grande do Sul, estourou em 1893. De um lado, Republicanos (ou pica-paus), de outro, Federalistas (ou Maragatos)” (Série Fascículos ZH, p.193).

“A luta pelo poder depois da Proclamação da República de-satou rivalidades antigas e dividiu o Rio Grande do Sul em duas

facções inconciliáveis. Os 31 meses de Guerra cível deixaram 10 mil mortos e um rastro de ódio e sangue que não se apagou.” (Série Fascículos ZH, p.193).

Assim que avistou a caravana, logo tratou de enviar um mensageiro para avisar os parentes da Casa Branca, em Ponte Queimada e também mandou aviso para José Joaquim da Cruz Filho, que estava na casa onde hoje passa a Rua Sete de Setembro. Todos deveriam se esconder na casa em Grão Pará, próximo ao Arroio São João para se abrigar na casa de Antônio Pedro da Cruz e lá ficar até que passasse o perigo e recebessem o aviso para retornar.



Figura 33: Residência e comércio de Antonio Pedro da Cruz em Grão Pará próximo ao arroio São João.

Estes homens a cavalo, aproximaram-se e acamparam no campo aberto onde hoje existe o Ginásio de esportes do Colégio Professor José de Oliveira Castilhos, conforme Reginalda conta para a família. Ela e a filha Laurinda atenderam prontamente todos os pedidos evitando que eles ficassem irritados e fizessem algum mal à família.

A mais ou menos 100 metros de distância da morada da família eles chegaram e armaram o acampamento. Eles pediram água para os cavalos, escolheram uma vaca gorda e mataram. Fizeram churrasco e depois seguiram viagem. Usaram apenas um quarto da rês (parte traseira da carne), o restante deixaram jogado no campo por ali. Os empregados queriam aproveitar o restante que sobrara do animal carneado, mas Dona Reginalda pediu para que ninguém tocasse na carne e que fosse enterrado tudo o que restou. Ela sabendo da malvadeza daqueles homens, receava que pudessem ter envenenado o que restou da carne.

Na Casa Branca, a esposa acabava de costurar uma camisa para o marido (máquina tocada à mão), ela havia terminado de pregar o último botão, quando, então o esposo vestiu a camisa, preparou o cavalo, arrumou algumas coisas e com muita pressa seguiu para onde estavam os outros familiares. Tinha pressa de chegar.

Conforme avisado deveria ter pressa, não se preocupou com mata fechada e saiu em disparada com o cavalo. Ao chegar em Grão Pará, viram que os galhos das árvores haviam esfarrapado a camisa recém costurada, ele também estava ferido, com muitos arranhões pelo corpo.

Quando o perigo passou, os homens da Família Fagundes e os da Cruz voltaram para casa, mas foi muito tempo de sufoco e medo até que a guerra terminasse.

Os familiares de Antônio Berlim da Cruz, contavam que ao receber a notícia da Abolição da Escravatura, ele reuniu todos os homens e mulheres que ainda não tinham a sua carta de alforria e lhes comunicou: a partir daquele momento eles eram livres para ir e fazer o que queriam. Aqueles que resolvessem ficar poderiam trabalhar para ele, pois, iriam receber pelo trabalho e também ganhariam um pedaço de terra para construir sua casa. Somente um não quis ficar e ele pediu um cavalo encilhado e dinheiro para viajar. Os outros ficaram por ali, e precisaram aprender a administrar o dinheiro que ganhavam. Passado um bom tempo, aquele ex-escravo, que queria conhecer o mundo, retornou e foi trabalhar para Antônio Berlim da Cruz em suas terras.

O ACENDEDOR DE LAMPIÕES

Muitos dos Fagundes possuem um lado artístico bem aguçado, alguns músicos, compositores e outros poetas, como é o caso da Olinda Fagundes Freitas, uma poetisa e compositora nata que tem o dom de brincar com as palavras, encantando a quem ouve ou lê o que ela escreve, dom que sua irmã Antônia também o tem.

Olinda é filha de Antônio José Fagundes, conhecido como Nico Fagundes, que foi acendedor lampiões, numa época em que a cidade ainda não conhecia energia elétrica. Antônio José Fagundes, nascido em 13 de junho de 1883, quando nosso município pertencia à Freguesia de Santo Amaro, filho de Martiniano José Fagundes e de Virgínia Rodrigues Chaves, nasceu na casa Branca, na com apenas 7 anos de idade ficou órfão de mãe.

Nico como era conhecido aos 14 anos de idade começou a trabalhar, prestando serviços para a intendência, tinha o compromisso de, ao anoitecer, acender os lampiões e às 23 horas apagá-los.

O senhor Izidoro, contratou Antônio José Fagundes que já tinha 17 anos de idade, para levar a “Diligência” uma carroça puxada por três burros, que ia até o Porto de Mariante, para levar correspondências e também as pessoas que deveriam embarcar no vapor para ir à Porto Alegre. Em Mariante esperava o vapor chegar e assim trazer encomendas, correspondências e as pessoas, que chegavam com destino a Venâncio Aires.

Casou-se com Elisa Rosa de Medeiros em 1914 e foi morar em Rio Pardo, lá nasceram os filhos: João Paulo, Idalino, Antônia e Jacy, suas filhas Olinda e Hilda nasceram em Venâncio Aires.

BRASIL DE TODOS

Olinda Fagundes Freitas

O Brasil foi desc berto
Por Pedro Álvares Cabral,
Sem saber que os índios
Já habitavam nestes matagais,
Diavidindo espaço
Com o reino animal.

Os Portugueses corajosos
Trabalhavam sem desanimar,
Preparando a terra
Para o alimento plantar,
Com fé em Nossa Senhora,
Seus espaços a conquistar.

Nos porões dos navios, os negros
Eram negociados para trabalhar,
Servir aos seus senhores
Com um preço alto a pagar,
Mas graças a Princesa Izabel
Conseguiram se libertar.

Atravessando os mares
Da Itália para o Brasil,
Os italianos imigraram
Do seu berço varonil,
Precisaram desertar
Daquelas belezas mil.

Os alemães por sua vez,
Não conseguiram suportar
A crise que lá veio assolar,
Outros se refugiando da guerra,
Chegaram sem nada conhecer
E nesta terra hospitaleira
Fizeram se reconhecer.

Este é o Brasil de todos
Por Deus abençoado,
Com suas etnias
Tornou-se diversificado
Rendemos nossa homenagem
A estes antepassados.

MINHA CIDADE!

Olinda Fagundes Freitas

Cidade que me viu nascer
e crescer junto com ela
Expandiu-se, ficando ainda mais bela.
Acolhe sem distinção aos
que convivem com ela.
Nossas prendas e peões,
Conduzem com dignidade
A cultura do Rio Grande
Fonte, nesta cidade.
Levando para bem distante,
O calor da Amizade.

São tantas Prendas bonitas...
Destacam-se sem vaidade,
Trazem o título e a coroa,
Com muita simplicidade.
Pois a primeira “Garota Fantástico”
Nasceu aqui na cidade.

O título denominado,
Capital do Chimarrão.
Faz jus a tantos ervais,
E a nossa tradição,
Símbolo da amizade,
A cuia de mão em mão

Outra prenda coroada...
Nasceu a dois séculos passados.
Dona Brígida do Nascimento,
Deixou para nós um legado.
A imponente igreja de São Sebastião,
E o terreno por ela doado.
Merecidamente repousa
No altar consagrado.

TERRA QUERIDA

Olinda Fagundes Freitas

Venâncio Aires! Minha querida cidade
Prá te falar a verdade, te amo de coração,
Quando nasci, não eras cidade grande,
Cada vez mais se expande, prá minha satisfação.
Venâncio Aires, eras pequenina, existia uma capelinha
E como eras feliz.
E assim, o teu povo foi crescendo, aos poucos foram
Erguendo nossa mais linda matriz!
Venâncio Aires em teu seio a água fria, que em tuas veias
Escorria, tanto assim não corre mais.
Foram teus imigrantes aqui chegando
A sede saciando, esgotando os teus canais.
Venâncio Aires, eu tenho como lembrança,
no meu tempo de criança ouvia meu pai contar..
Era guri e quando a noite caía,
Os lampiões ele acendia para a rua iluminar.
Venâncio Aires! Fizeram-te muitos planos
Neste nestes tantos anos de tua emancipação,
Que seja sempre bem lembrada a tua história
Pela nova geração.
Venâncio Aires! Hoje estás diferente,
Um progresso excelente, na Capital do Chimarrão.
És ativa e nos degraus de nossa vida,
nos dará sempre guarida:
terra querida, meu chão!

O PIONEIRO NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA ERVA MATE

A erva mate passou a ter ênfase no município a partir da alta produtividade no ramo ervateiro. Randolpho Rodrigues Chaves foi proprietário de vastas terras em Linha Santo Antônio (hoje Mato Leitão), tinha grandes ervais, alguns nativos e posteriormente ampliou seus ervais com mudas produzidas por ele mesmo, onde ainda passou a comercializá-las.

Randolfo Rodrigues Chaves foi casado com a Senhora Ana, era produtor de erva e dono comércio forte. Conhecido pela sua religiosidade e devoção a Santo Antônio. Teve cinco filhos: Jorge Rodrigues Chaves que era casado com Ana Rosa Fagundes; Rolino Rodrigues Chaves que era casado com Etelvina; Manoel Rodrigues Chaves casado com Alvina; Hiponina Rodrigues Chaves casada com Cantilio Guterres; e, por último, Antônio Rodrigues Chaves, que era casado com Feliciano.

Randolfo Rodrigues Chaves foi o primeiro ervateiro, era chamado de número um, e também considerado Rei da Erva-mate. A marca da Erva-mate de sua fabricação era chamada de “Erva-mate Chaves”, que era vendida em Encruzilhada, Rio Pardo e outros municípios da região, inclusive para os países vizinhos.

TRADICIONALISMO

O tradicionalismo no Rio Grande do Sul, sofreu fortemente influências da cultura açoriana, entre tantas outras etnias. É visível através dos tempos que o povo açoriano deixou aqui um grande legado, muitas das danças que fazem parte do tradicionalismo Gaúcho, tiveram influência e origem portuguesa e permanecem vivas hoje no meio artístico.

Em Venâncio Aires as primeiras sementes lançadas neste chão, foram através dos tradicionalistas do primeiro C.T.G. que temos registro, fundado em 16 de maio de 1955, o CTG CORONEL THOMAZ PEREIRA que teve suas primeiras reuniões na casa do casal Eny Assmann Marder e Telmo Azambuja Marder, na rua Osvaldo Aranha, nº585.

Fiel aos propósitos de não ferir a linda herança cultural semeada no Rio Grande do Sul pelos casais Portugueses, especialmente o C.T.G. Coronel Thomaz Pereira que cantou e dançou com muita simplicidade e delicadeza a história de sua terra e de sua gente. Este Centro de Tradições Gaúchas foi o marco da história dos C.T.Gs em Venâncio Aires. Inclusive as sementes do tradi-



Figura 34: Primeiro C.T.G. de Venâncio Aires.



Figura 35: Primeiro C.T.G. de Venâncio Aires.

cionalismo foram lançadas pelos representantes do CTG em São Paulo, num evento cultural, na época foi um gigantesco semear de entusiasmo e motivo de orgulho para os Venâncio-airesenses.

A entidade, desde seu início, primou pela conservação dos valores tradicionalistas e, acima de tudo, valores morais, herdados de nossos antepassados, sempre mantendo com firmeza seu olhar para um futuro. Toda a base fundamental do CTG CORONEL THOMAZ PEREIRA, no momento de sua fundação foi buscada no “C.T.G. 35”, de Porto Alegre.

Num dado momento da história do CTG, o jornal CORREIO DO POVO, publicou uma belíssima matéria intitulada: “A ARTE E FANDANGO NO CTG CORONEL THOMAZ PEREIRA”, a reportagem retratava o fandango e a apresentação artística com gaita, canto, declamação e ainda a posse da patronagem para o biênio de 1958-60, tendo assumido Telmo e Eny, casal reeleito.

ALIMENTAÇÃO

Podemos dizer que muitos hábitos na alimentação é herança dos portugueses, como o de servir frutas e doces junto às refeições e também uso de muito verde, temperos, ervas e azeite de oliva. As receitas e o modo fazê-las com peixes e frutos do mar, vitelas, e carne de carneiro são transmitidas de geração para geração, tudo o que herdamos de nossos antepassados portugueses.

Muitos são os doces que até hoje fazem sucesso, principalmente receitas que levam gemas de ovos, como pão de ló, papo de anjo entre outros, também os doces em caldas, os doces cristalizados e uma infinidade de outros pratos.

MAGNÓLIA

O Sr. Ismael Marques da Costa fixou residência no Faxinal dos Fagundes e ali cresceram seus filhos. A Linha “Herval Mirim” recebeu este nome, porque se supõe que ali existia pouca quantidade de ervais nativos, daí o nome Herval Mirim. Por outro lado sabe-se que a erva-mate nativa era abundante nas terras ao norte da cidade, ao sul porém, em menor quantidade.

O Sr. Ismael recebeu do amigo e companheiro político, Cel. Antônio Azambuja Villanova no ano de 1870, uma muda de Magnólia vinda de Portugal. E que até hoje permanece imponente e majestosa marcando a história da comunidade. A residência do Sr. Ismael e de Dona Maria Philomena localizava-se ao norte da frondosa árvore da família das magnólias.

Dona Maria Philomena moça prendada, tocava piano, estudou em boas escolas na cidade de Taquari. Ela iniciou a alfabetização de seus filhos e também de muitas crianças que moravam nas imediações (Linha Estrela, Campo Grande, Linha Barbosa, Bela Vista, Linha Bem Feita).

As aulas eram dadas muitas vezes à sombra da magnólia pela professora Maria Philomena, muitas crianças gostavam de escrever nas pétalas das flores da magnólia.

Em 1916, foi criada a primeira escola pública em Linha Herval Mirim, mas as aulas permaneceram na residência do Sr. Ismael e a professora Maria Philomena, que continuava alfabetizando as crianças prestando serviços voluntários.

O Sr. Ismael Marques da Costa, foi Intendente de 20 de janeiro de 1893 a 13 de novembro de 1896.

(Fonte Arquivo particular da família, cedido por Noemi da Costa Machado)

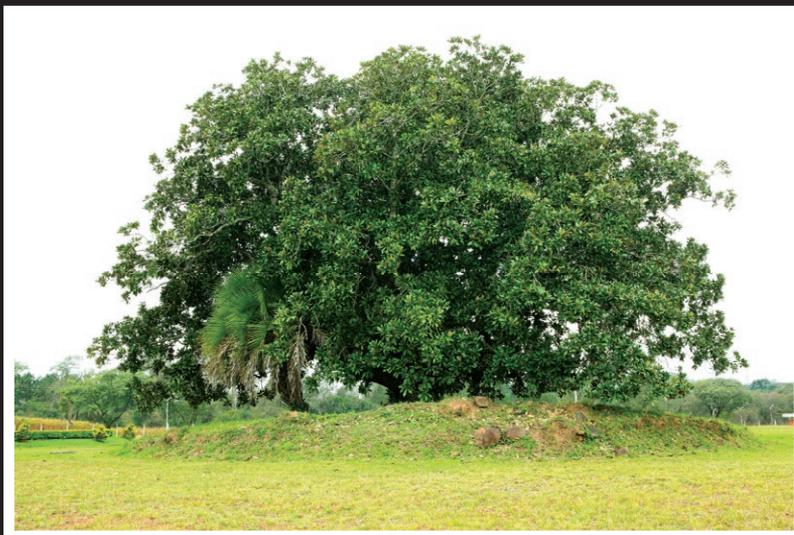


Figura 36: Árvore Magnólia.

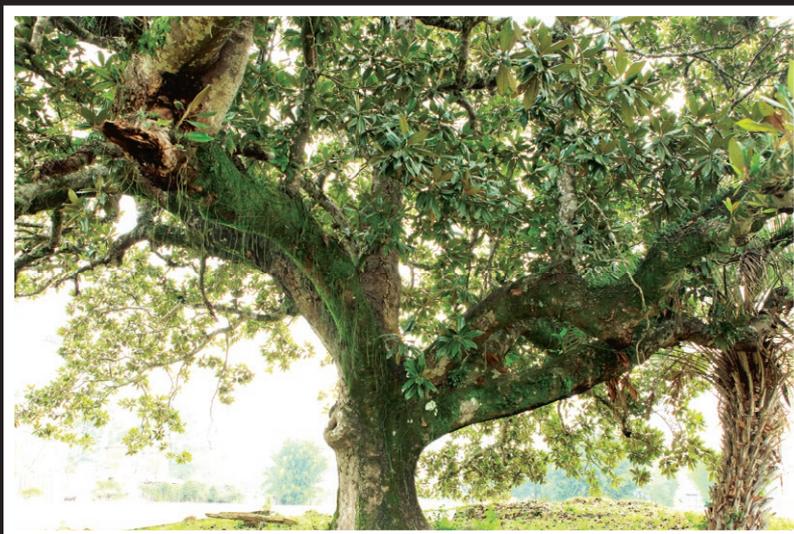


Figura 37: Árvore Magnólia.

SÃO SEBASTIÃO MÁRTIR: NOSSO PADROEIRO

Muitas paróquias não sabem por quem e quando foi determinado o seu padroeiro. Em Venâncio Aires estas informações são repassadas com a história do município, que nasceu com a Fé de uma mãe ao Santo de sua devoção.

No dia primeiro de abril de 1864, dona Brígida Joaquina do Nascimento doou uma área de terras 10.000 braças quadradas (22.200 metros quadrados de terras) para a edificação de uma capela denominada de “São Sebastião do Faxinal”. Esta capela deveria ser construída em dez anos, caso isso não acontecesse as terras passariam novamente para os proprietários.

Muitos anos se passaram sem que a comunidade que já estava surgindo obtivesse resposta da solicitação, até que em 21 de abril de 1884 Dom Sebastião Dias Laranjeira, segundo Bispo da Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, em um decreto de criação canônica da freguesia, confirmou ser São Sebastião Mártir o padroeiro da mesma. Atendendo assim, ao bem espiritual dos moradores do povoado.

No Brasil, São Sebastião é padroeiro principal nas catedrais do Rio de Janeiro, Bagé, Leopoldina, Ribeirão Preto, Ilhéus, Jacarezinho, São Sebastião do Caí e Paranavaí, além de ser padroeiro secundário nas catedrais de Uberaba, Corais e Xingu.

ONDE E QUANDO VIVEU SÃO SEBASTIÃO

Sebastião viveu no império romano em decadência antes, e no tempo em que Diocleciano era imperador. Nos anos de 235 a 285 d.c. este império conheceu uma crise assoladora. Além da crise externa com invasões e rivalidades ainda acontecia uma crise interna e que provocou uma grande instabilidade de poder, instaurando uma guerra civil onde a economia estava abalada e ainda a anarquia instalada.

Diocleciano instalou o verdadeiro estado totalitário, submetendo de modo inflexível o seu poder aos seus súditos, mediante aparelho administrativo sabiamente hierarquizado.

O “algo divino”, sempre estava ligado ao imperador, a perseguição a todas as religiões foi reforçada. Em um ano quatro edictos sucessivos precisaram-lhe a severidade:

1º - Proibição de cultos, confiscação de livros e vasos sagrados e ainda destruição de igrejas. Os cristãos são excluídos de certas funções públicas e submetidos à perda de direitos individuais.

2º - Prisão para os chefes de igrejas e inclusive clérigo e inferiores.

3º - Libertação dos mesmos, diante de prestação de culto aos deuses e ao imperador.

4º - Todos os cidadãos são obrigados ao culto oficial pagão, sob pena de suplícios, mortes, deportação e outros tormentos.

E foi neste cenário que viveu Sebastião, cristão, militar e cidadão romano. (Danielou e Marrou, Nova História da Igreja).

Alguns mártires da época de DIOCLECIANO, 284 – 305, apontados pelo historiador Daniel Rop, da Academia Francesa: Santa Inês, São Sebastião, São Cosme e São Damião, Santa Catarina, São Genésio, São Maurício e os da legião da Tebaida.

A grande coleção crítica de vida dos santos, conhecida por Bolanda, fornece os seguintes dados: A cidade italiana de Milão e a cidade francesa de Narbona disputam a honra de serem a pátria do Santo. A família de São Sebastião é de origem Milanese. As atas originais da vida de São Sebastião, partem do processo de canonização e foram perdidas. (Enciclopédia Herder, Ed.1907.Vol. 07.p.1454)

Sebastião, santo Milanês, oficial da guarda real, morto a flechadas no começo do reinado de Diocleciano está sepultado na catacumba junto à Via Apia, conhecida hoje por Catacumba de São Sebastião em Roma.

São Sebastião morto em defesa de sua fé, no antigo império romano, infelizmente a história não pode precisar sua graduação militar e os detalhes de sua execução.

Uma biografia escrita há duzentos anos após a sua morte mostra São Sebastião como oficial da Guarda Imperial, flechado no Coliseu e morto mais tarde a pauladas.

Na igreja de São Pedro em Roma, existem mosaicos antigos que retratam São Sebastião de barbas brancas em trajes palaciais e com nimbo. No tempo da renascença, 1400 – 1500, a partir daí começou a mostrar o Santo na forma de jovem, quase nú e transpassado de flecha.

Na igreja de São Sebastião em Veneza, há um ciclo ou grupo de quadros da vida do Santo e na galeria Pitti, em Florença existe um quadro onde mostra São Sebastião fazendo a Deus oferta de flechas. Em Roma na Igreja de São Pedro existe ainda uma coluna, na qual São Sebastião teria exalado seu derradeiro suspiro.

Este legado de “FÉ” que cultuamos desde dona Brígida Joaquina do Nascimento até os dias de hoje, ano por ano, os fiéis de Cristo contemplam no exemplo de vida heroica e a religiosidade do nosso padroeiro Mártir.

E esta “Fé” ao Santo de sua devoção que fez nascer um gesto pequeno diante da grandiosidade da devoção e do agradecimento ao nosso Deus de bondade. Em Venâncio Aires em 20 de Janeiro de cada ano, comemoramos o dia do Padroeiro. Neste dia, fiéis de todas as regiões participam da missa, onde a imagem do Santo Padroeiro sai em procissão e é acompanhado por todos pelas ruas principais da cidade.

Vários prefácios da missa realçam o valor litúrgico e pastoral da celebração dos santos e nomeadamente do Santo Padroeiro São Sebastião Mártir.

*“Pai Santo, na assembleia dos Santos vós sois glorificado”.
Pelo Mártir São Sebastião, que confessou o vosso nome e derramou seu sangue como Cristo, manifestais as maravilhas do vosso poder e assim, sustentado a fragilidade nos dai coragem para o vosso tes-*

temunho, por Cristo, Senhor nosso. “Nos vossos Santos ofereceis um exemplo para nossas vidas, a comunhão que nos une, a intercessão que nos ajuda.” “Pelo testemunho admirável dos vossos Santos re-vigorais constantemente a vossa Igreja”. “Nela chamais de novo a humanidade à santidade original e a experimentar aqui na terra

os dons reservados para o céu”. Assistidos por tantos testemunhas possamos correr com perseverança, certos do que nos é proposto e receber com ele a coroa imperecível por Cristo, Senhor Nosso”.



Figura 38: Procissão.

AFRODESCENDENTE: ESCRAVIDÃO, TRABALHO E INVISIBILIDADE SOCIAL

Jair Luiz Pereira

A história dos negros brasileiros tem suas raízes no distante continente africano, onde conviviam com uma grande diversidade cultural (crenças e costumes) e político-administrativa (tribos, nações e impérios, com diferentes hábitos culturais). A chegada do europeu com armas mais sofisticadas e projetos mais ambiciosos de homogeneização, trouxe consigo a destruição da cultura e a discórdia entre os povos africanos.

Aprisionados, em sua própria terra, os africanos eram separados de seus parentes e amigos, acorrentados e marcados com ferro em brasa para a identificação e negociados com traficantes que os vendiam na América.

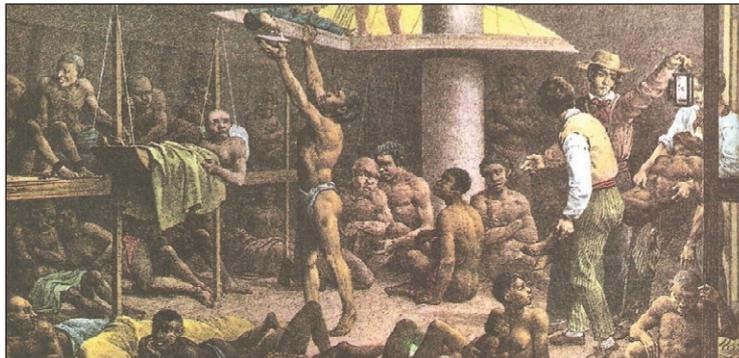


Figura 39: Porão de Navio Negroiro.

A escravidão foi um rendoso negócio: as atividades econômicas exigiam crescente número de mão de obra, e o escravo africano tornou-se uma mercadoria que se podia comprar barato e vender caro. Um considerável contingente de negros africanos foi aprisionado, transportado em condições cruéis e subumanas, para que construísse a riqueza e o poder daquele que tentava desumanizá-los, transformando-os em mercadorias e mão de obra escravizada.

É difícil precisar a data de chegada dos primeiros africanos em território do atual Rio Grande do Sul, pois os colonizadores não se preocupavam em documentar o que se relacionasse com o escravo, assim como, a sua participação ativa na vida da Província. Segundo Bento (1976) em meados do século XVIII, “os primeiros lagunistas e vicentinos que vieram em busca de gado para abastecer as Minas Gerais, trouxeram consigo negros escravos”. Entretanto, a utilização do trabalho escravo, em maior proporção, ocorreu com o estabelecimento de estâncias e a implantação de lavouras de trigo cultivadas pelos açorianos e, principalmente, com a instalação das primeiras charqueadas.

Em Venâncio Aires, a presença de população negra africana e seus descendentes, a qual a partir de agora passará a ser

denominada de “afrodescendente”, remonta à posse das primeiras sesmarias e datas. Na ínfima condição de escravos, africanos e afrodescendentes chegaram acompanhando seus senhores ou foram adquiridos de imediato para o trabalho na agricultura, na extração de madeira de lei, e na extração e preparo de erva-mate, até então, explorados por indígenas e itinerantes conhecidos como “serranos”.



Figura 40: Funcionário a passeio com sua família.

Assim, ao redirecionar o foco do olhar, da condição de ser-vil, para o grupo humano, é possível constatar a imensa relevância do trabalho escravo para a formação da nossa cultura, religiosidade e tradição. O grupo afrodescendente participou efetivamente na formação da região, direta ou indiretamente, pois muito ele fez no anonimato. Desde o período inicial da colonização até o desenvolvimento do município de Venâncio Aires, região e estado o negro tem dado sua contribuição, ainda que na condição de escravo, ele tem participado da construção desta nação com o suor, a força, a determinação e a coragem que talvez não se encontre em nenhuma outra geração dos tempos futuros.

Por outro lado, o escravo, em virtude das condições históricas de conquista e posterior desenvolvimento socioeconômi-

co do Rio Grande do Sul, comparativamente a outras regiões do Brasil, não teve aqui a mesma influência na sociedade, embora estivesse presente como componente indispensável desde a instalação dos primeiros lusos.

Devido a sua condição econômica de submissão, ao conquistar a liberdade surgia um novo desafio, o de encarar a realidade e iniciar uma vida independente. Para tanto, os negros escravos libertos não tiveram apoio, nem estrutura para começar uma nova vida, isso fez com que seus descendentes tivessem que carregar por décadas um atraso social e falta de consideração em relação aos feitos de seus antepassados.

ESCRAVOS EM VENÂNCIO AIRES: TRABALHO E SILÊNCIO

Na região de Venâncio Aires, os escravos eram encontrados tanto nos núcleos urbanos então existentes, utilizados em diversos ofícios, como trabalho doméstico, carpinteiro, pedreiro, sapateiro, entre outros; quanto no meio rural, realizando trabalhos com criação, lavoura, corte de mato e extrativismo vegetal (madeira e erva-mate).

Acompanhando os senhores, por ocasião da posse de sesmaria e principalmente, no cultivo do trigo, nas charqueadas, nas estâncias de criação de gado e nos primeiros centros urbanos, como afirma Bakos (1982, p. 13) “o afro-brasileiro se fez presente, de forma significativa, tanto na condição ínfima de escravo, como liberto. A presença significativa de escravos africanos e seus descendentes, em comparação a população branca, na região do Vale do Rio Pardo, é explicada pela mentalidade da época, que considerava o trabalho manual como algo desprezível. Assim, era o escravo quem realizava essa tarefa”.

Neste sentido há que se ater às condições da época que para desenvolver um trabalho com perfeição sem medir esforços, buscava a força humana, já que tudo era rudimentar na lavoura, na construção, na indústria, no carregamento, enfim não existia máquina nem recursos modernos para executar as tarefas. O recurso era justamente o negro escravo que muito serviço prestou a comunidade venâncio-aiense desde sua colonização.

As informações mais antigas sobre a presença de população afrodescendente em território do atual município de Venâncio Aires remetem a posse do primeiro sesmeiro a se beneficiar com lotes de terra, o Capitão Francisco Machado Fagundes da Silveira.

De acordo com Giehl, o primeiro beneficiado com lotes de terra, capitão Francisco Machado Fagundes da Silveira, não teria abandonado suas funções junto ao exército de Rio Pardo para assumir a administração de sua sesmaria. Relatos dão conta de que o sesmeiro teria deixado com os escravos as funções de defesa, manutenção da posse da propriedade mediante as atividades agropastoris. No entanto, o proprietário costumava realizar viagens periódicas à sesmaria com o intuito de vistoriar o trabalho dos escravos e obviamente a presença dos mesmos, a fim de prevenir possíveis fugas.

Vale ressaltar que nas redondezas, os sesmeiros eram muito respeitados, pois a fama de militar já remetia certo medo. Na época o respeito se punha através do medo. O negro escravizado

logo que aqui chegou teve que se adaptar à dura realidade, distante de sua terra, de suas origens, de seus costumes, suas tradições, teve que se submeter ao trabalho forçado. Isso no começo implicava em reações, revolta, repúdio, verdadeira ira por parte de alguns afro-descendentes, que se submeteram à abnegações, sofreram represálias, castigos, punições das mais diversas até se adequarem aos caprichos dos seus senhores.

Um contingente maior dessa população teria chegado ao referido território, após o ano de 1850, com a publicação da Lei de Terras, quando herdeiros da sesmaria passaram a residir em seus lotes de terras, sendo acompanhados por seus escravos, uma vez que, na época era o escravo (africano e/ou afrodescendente) que realizava o trabalho braçal.

“Da mesma forma, José da Silva Lima e seus irmãos, João Tristão, Isaac, Úrsula e Florisbela, receberam 2 léguas de terras, em 1798, por possuírem grande número de escravos, que plantavam e serravam madeiras às margens do rio Taquari”. Essa era uma condição para a concessão ou confirmação da posse de sesmarias, uma vez que, na época, “era o trabalho escravo que agregava valor à propriedade” (RODRIGUES, 1993, p.119).

Nesse sentido, podemos afirmar que o trabalho escravo tinha um importante papel econômico nessa sociedade. Afinal, o trabalho escravo, nesta época, era o que agregava valor à propriedade rural, conforme demonstram anúncios de compra e venda:

Estatuto da Terra, de 1853, obrigava o proprietário de terras a residir em seu lote sob pena de perder a posse para os chamados “intrusos”, posseiros, ou de ter sua propriedade fundiária considerada “devoluta” e, como tal, colocada a disposição de imigrantes europeus.

Fazenda de criação de animais e roça para plantar, situada no distrito de Santo Amaro, Termo de Vila de Rio Pardo, com engenho de fabricar farinha de mandioca, engenho de fabricar aguardente, e um de fabricar telha e tijolo, todos cobertos de telha com um preto de ofício oleiro e dezoito pretos mais, dos quais cinco carpinteiros, 2 000 rezes de criar, 39 cavalos, algumas éguas mansas e todos os demais arranjos necessários à dita fazenda. Manoel de Freitas Leitão, Rua da Praia número 97 (Diário de Porto Alegre, 2507/1827, apud. Rodrigues, 1993, p.119).

Rodrigues (1993) compara o preço do escravo ao preço de propriedades rurais ao sublinhar que pouco antes de João Kochenberger compara os escravos João e Felipe, pelo preço de 2 contos 3 mil e 400 réis, ele tinha adquirido quatro colônias e meia de terras de mata virgem na segunda légua na Sesmaria do Pinhal, portanto, muito bem localizadas, por 1 conto e 12 mil e 500 réis. O autor conclui que um escravo valia mais que quatro colônias e meia de terras otimamente localizadas. (RODRIGUES, 1993: 119).

Essa valorização do trabalho escravo fica evidente nos inventários dos senhores de escravos, nos quais destacam o ofício de cada escravo. Como no caso do Coronel Antônio da Silva Marriante:

Com o elevado custo para a aquisição de escravos, a reprodução passou a representar a solução mais viável para o proprietário de escravos. Em Venâncio Aires a família Fagundes resolveu o problema, presenteando com um casal de escravos os filhos que casavam, como conta a Joaquina da Cruz, que ganhara um casal de escravos dos pais. Esses escravos tinham por função, garantir a sobrevivência dos novos senhores e ainda, a reprodução da mão de obra, na proporção do número de filhos que tivessem. Para isso, eles deveriam ter tantos filhos quanto fosse possível. (PEREIRA, 2003, p. 45).

Para conseguir a subjugação do escravo, os senhores valiam-se de preceitos da religião católica, batizando os filhos de mães escravas. Ao tornarem-se padrinhos dos pequenos e, segundo mentalidade da época, o padrinho simbolizava um “segundo pai”, o que ampliava seus poderes sobre o afilhado que lhe devia total respeito e obediência. Esse batismo, geralmente, ocorria sem a presença de um sacerdote, o que caracterizava o chamado “batismo em casa”. Assim, não havia assentamento nem qualquer espécie de documentos, logo, não haveria pagamento de impostos.

Por outro lado, os relatos evidenciam a importância dos chamados “cortadores de mato”, que realizavam a extração de madeira de lei e erva-mate. Venâncio Aires possuía grandes reservas de madeira de lei e erva-mate, que passaram a ser exploradas a partir do século XVIII, com a distribuição de sesmarias e ampliadas no século XIX, com a imigração de herdeiros dos lotes de terra. Esses, vindos, principalmente do município de Rio Pardo, trouxeram consigo, os seus escravos que passaram a atuar na extração de madeira de lei, atividade essa que representou a principal renda da maioria das famílias. Esses escravos - cortadores de mato - permaneciam a maior parte do dia em meio à mata fechada e, dificilmente eram notados por pessoas que desconhecem sua existência.

Logo que Brígida e José Francisco, tenente Juca se estabeleceram aqui, seus escravos passaram a trabalhar a terra, plantando, cuidando da criação de gado e ajudando nos serviços domésticos. Num lugar ermo, sem muito acesso, sem muita comunicação, o negro passou a ser o suporte de sustentação da economia e até mesmo parceiro do seu senhor.

Quando não havia população neste município, além da própria família dos Fagundes, o negro, embora obediente aos ca-

prichos do seu senhor, passou a ser o amigo, o parceiro, o administrador, o operário fiel do português colonizador. Muitos eram os negros espalhados nas terras dos Fagundes, havia “moradas” nos arredores das terras para facilitar a lida com a agricultura ou com o gado. Assim, um negro era o responsável pela execução das obrigações.

O ESCRAVO E A CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO MÁRTIR

“Igreja Matriz São Sebastião Mártir de Venâncio Aires. 2ª Maior em estilo neogótico da América.”

A tradição oral preserva inúmeras histórias envolvendo escravos e senhores, geralmente contadas na fronteira entre o real e o imaginário, como retrata o conto gauchesco “O Negro Bonifácio”.

O negro Bonifácio está apaixonado por Tudinha, que, por sua rara beleza, possui outros pretendentes, os quais entram em luta corporal com o negro Bonifácio: “aquele tição atrevido”. Mesmo em situação de desigualdade, pois o negro tem que deffrontar-se com inúmeros inimigos que se unem para dominá-lo fisicamente, ele não se amedronta. O negro consegue vencer vários opositores até que é aprisionado por um lance de boleadeira, após ter ferido Nadico mortalmente. Tudinha decide vingar esta morte, desferindo golpes mortais no negro que, imobilizado pelas boleadeiras, não tem condições de defender-se. Esse conto, bem como a lenda do Negrinho do Pastoreio, e muitos outros, são contados, a partir das relações que se estabeleceram entre senhores e escravos nas estâncias do Sul.

O viajante Arsene Isabelle, em sua passagem por território do Rio Grande do Sul, entre 1833 e 1834, registrou maus tratos a escravos no campo: :

“Há senhores tão bárbaros, principalmente no campo, que fazem incisões nas faces, espáduas ou coxas de seus escravos, a fim de colocar pimenta. Outros levam seu furor frenético até o ponto de assassinar um negro e atirá-lo como a um cão, numa cova; e se alguém, surpreso pela sua ausência, se informa da sorte do negro, ele responde friamente; morreu... o filho da p... morreu. Ninguém mais fala nisso.”

A historiadora Zilá Bernd (1991) também registrou histórias de maus tratos a escravos, sublinhando que existe uma infiridade de histórias, “principalmente, na época das revoluções em que os senhores enterravam moedas de ouro e joias na tentativa de preservar o patrimônio familiar”. Nesse sentido João Nunes, natural da localidade de Cerro dos Bois e Linha Mangueirão, nos relatou o seguinte:

“Os mais velhos contavam que um senhor parou diante de um grupo de pessoas que se encontrava junto a uma cancela e perguntou onde ficava um determinado cerro. Na carroça ele levava um enorme baú e um homem negro escravo. Aproximadamente, uma hora depois, o senhor voltou sem o baú e sem o escravo. Todos acreditavam que ele teria enterrado o baú com o dinheiro e assassinado o escravo, para não deixar testemunhas. Possivelmente o negro tenha sido levado para fazer o serviço. Além disso diz a tradição que eles enterravam o negro para que sua alma protegesse a fortuna. “

Os relatos orais evidenciam que os senhores costumavam tratar os escravos de forma violenta, castigando-os por qualquer atitude que não fosse de seu agrado. Em determinadas situações, os escravos reagem com igual violência. Essa relação, nada cordial, teria originado o provérbio “Quem tem medo não amarra negro”.

Arlindo Gomes e Adão Carvalho contaram que no Passo do Sobrado a senhora que tinha muito ciúmes de uma escrava mulata, que era muito bonita:



Figura 41: Escravos no tronco.

“Um dia, quando a escrava servia a mesa, a senhora cravou um garfo nas costas dela. Ninguém quis tirar, com medo de ser castigado, pois os senhores eram muito violentos. A escrava foi andando até o quilombo do João Gomes. Lá arrancaram o garfo e ela ficou morando por lá mesmo”.

Amarino da Silva contou que: *“Durante uma caçada, senhor e escravo foram atacados por uma onça. O escravo, que o acompanhava, quis abater a fera. Mas o senhor bateu no ombro do escravo e o repreendeu dizendo:” - Onde tem branco, negro não dá o primeiro tiro.” O escravo baixou a arma, mas o senhor errou o alvo e foi atacado pela fera que arrastou seu corpo para dentro do mato, sem que o escravo fizesse nada.”*

Descendentes do sesmeiro Capitão Francisco Machado da Silveira relataram fatos a respeito da relação entre senhores e escravos, em território do atual município de Venâncio Aires. Esses fatos, segundo os relatos eram repassados, de forma oral e somente para os integrantes da família. As duas entrevistadas, possuíam um grau de parentesco próximo, eram primas em primeiro grau e, também eram cunhadas. Ambas relataram que entre os membros de sua família havia a tradição de casamento entre primos, para não dividir a herança patrimonial com estranhos, rela-

cionado como patrimônio da família, estavam os escravos, como já foi referido em páginas anteriores, costumavam presentear aos filhos, que casassem, com um casal de escravos.

Segundo Joaquina da Cruz, seus ancestrais costumavam torturar os escravos e, quando algum morria, jogavam o corpo num terreno pantanoso. Nesse terreno, teria sido construída a primeira capela de São Sebastião Mártir:

“A bisavó de minha mãe, Brígida, foi quem doou a terra onde construíram a igreja, o hospital e o colégio das Irmãs e eles fizeram a estátua do coronel e não tem nada dela (...) O que sei é que aquilo era um banhado e que, quando a ancestral - Brígida Fagundes do Nascimento - doou as terras, ela recomendou que não era pra fazer buraco. Não era pra cavar, porque tinha muito escravo enterrado naquele lugar... muito escravo... ali enterrado. Deve ser por isso que ela doou aquela terra. O lugar era uma espécie de cemitério de escravos. Os mais antigos judiavam muito dos escravos. Matavam e enterravam eles ali naquele lugar. Naquele lugar tem muitos escravos enterrados e foi justamente por isso que a avó do vô, a Brígida recomendou para as pessoas que não cavassem ali. Ela dava pra São Sebastião, mas não era pra tirar dali os escravos. Para deixar os escravos descansar em paz”

(Joaquina da Cruz, 71 anos).

Essa preocupação com os restos mortais dos escravos, por parte de Dona Brígida, vem de encontro as informações repassadas por Maria Zulmira Portella de Moura, quando sublinha que a Brígida era uma pessoa muito boa, de imensa fé cristã e que sua mãe contava que ouvia falar que ela costumava preocupar-se com o bem estar dos escravos da família.

“Ela costumava levantar a noite para ver se os escravos não estavam passando frio ou precisassem de mais cobertas e que, nos últimos anos

de vida, em que esteve doente, teria sido cuidada por escravas, em retribuição pelo bom tratamento dispensado aos escravos.”

A doação do terreno para a edificação da capela que viria a se constituir na atual igreja matriz São Sebastião Mártir esta, diretamente, ligada a mentalidade da época, como afirma Ana Rosa da Silva:

“Os mais antigos acreditavam e ensinavam pra nós que, quando uma pessoa judiava muito dos outros, aquela ia para o inferno, quando morria. Mas, antes de morrer, ela penava muito. Também diziam que, além de penar bastante, as almas dessas pessoas ficavam perdidas, vagando pela terra, assombrando e incomodando os vivos. Diziam os mais velhos que foi por isso que a Brígida doou as terras para construir a igreja. Para que se rezasse missa pelas almas do pai, dos tios e do avô dela. Mas também, deveria rezar pelas almas dos escravos, pois ela era uma pessoa muito religiosa.”

Essa versão descrita nos relatos, não possui documentação que possa comprovar a veracidade dos fatos, todavia, como ressaltou José Ornélio de Sá:

“Quando trabalhei na construção, tanto da igreja, como do hospital e do Colégio das Irmãs, a gente encontrou gente por lá. Ninguém deu importância. Jogaram fora, pois as pessoas diziam que deveria ser ossos de índio. Diziam que por ali deveria existir um cemitério de índio. E a coisa ficou nisso aí. Ninguém mais falou nada”.

Dessa forma, a motivação principal para a doação da área de terra para a construção da capela em honra a São Sebastião Mártir pode ter sido o sentimento cristão que Brígida Fagundes nutria em seu coração. Ela procurava dar o máximo possível de atenção e assistência aos escravos. Tendo conhecimento a respeito do tratamento dispensado aos indivíduos escravizados, sua

mentalidade cristã fez com que ela buscasse uma forma de amenizar os “pecados” de seus ancestrais, numa tentativa de salvar as almas de seus entes queridos.

Joaquina e Ana contaram a mesma história em tempos e momentos distintos, uma sem saber da outra: *“Meu avô tinha muito medo dos morenos. Se existia alguma culpa, isso eu não sei dizer. Só sei que o pai dele foi morto por escravos, e que foi por causa de conversas. O meu avô contou não sei lá o que foi, e eles foram lá matar ele, pra não contar mais nada. Por isso, o meu avô tinha muito medo deles. Quando passava um moreno, ele se escondia no quarto.”*

Antepassados de Juvelino dos Santos, em fugindo dos senhores, acabaram trabalhando com outros escravos, na localidade de Linha Santo Antônio, no recolhimento, corte e preparo de erva-mate em troca lugar pra morar e comida e não recebendo nenhuma terra.

A história de Amarino da Silva não era muito diferente da maioria das trajetórias familiares de afrodescendentes do município. Sua avó chamava-se Lucrecia Francisca da Cruz, fora escrava da família de Antônio Berlin da Cruz, membro da primeira junta governativa de Venâncio Aires, após a emancipação política, de quem adotara o sobrenome da família. Ela era filha da escrava Eulália que “não possuía sobrenome e fora comprada no Estado da Bahia”. Eulália era doceira, prática essa que ensinou às filhas e netos. O avô materno de Amarino da Silva era branco. Eulália teve a filha – Lucrecia – já em território de Venâncio Aires no ano de 1855. Os padrinhos de Lucrecia da Cruz eram os próprios senhores, sendo tratada “como se família fosse”, até o momento em que recebeu o primeiro castigo. A escrava, não aceitando o castigo,

pediu o preço de sua alforria e passou a trabalhar para pagar o pecúlio de 500\$000 (quinhentos mil réis). Esse valor foi conseguido através da venda de doces e trabalhos esporádicos, como destaca Amarino:

“A vó Lucrécia era uma negra grande e reforçada que conseguia levantar um saco de 60kg, do chão até o ombro, sozinha e sem grandes esforços. Fazia todo o serviço de roça, até mesmo o corte de mato e roçada com foice. Minha avó, para conseguir inteirar o valor da carta de alforria, que era de 5000\$000, foi trabalhar numa propriedade no interior do município. O proprietário chamava-se Ferdinando Kunkel, que era de origem alemã, e gostou tanto do trabalho da escrava que resolveu realizar uma campanha, angariando doações para inteirar o valor da alforria.”

Segundo informações do médico e presidente do Museu de Venâncio Aires, Flávio Seibt, Ferdinando Kunkel era seu avô e teria lutado na Guerra do Paraguai ao lado dos Voluntários da Pátria e por diversas vezes teria sua vida salva por negros escravos ou libertos. Isso fez com que ele tivesse uma opinião diferente da maioria dos imigrantes que para cá vieram.

Voltando ao caso de Lucrécia da Cruz, como era comum entre a população afrodescendente, o trabalho penoso deixou sequelas profundas nas condições de saúde dela, que sofria de reumatismo e na década de 1920, “ficou entrevada, sem poder andar”.

UM QUILOMBO NO FAXINAL DOS TAMANCOS

Nos jornais sulinos, não raro se lê que o possível destino do escravo “fujão” eram as terras além-fronteiras (Uruguai e Argentina), onde eram recebidos como homens livres e “absorvidos como peões e trabalhadores assalariados ou como soldados nas guerras”. (BENTO, 1976)

Os escravos fugitivos, geralmente, eram perseguidos por capitães do mato. Quando presos, recebiam castigos violentos e a marca “F” se fossem encontrados em quilombos (FLORES, 1990, p.82). Mesmo assim, chegaram a formar pequenos quilombos, onde, protegidos pelas matas ou pelo relevo bastante acidentado da serra, organizavam sua vida como produtores livres. Nesse sentido, Bernd (1991) sublinha que, durante os séculos XVIII e XIX o Rio Grande do Sul foi palco de inúmeras fugas e intensa ação quilombola, embora não tendo representação literária, ao contrário dos atos de crueldades praticadas pelos senhores que ocupavam um amplo espaço na imprensa e literatura do século XIX. “Segundo a autora, isso revela que a ação quilombola era mascarada e temida pela população, ou não havia clima propício à transformação desses atos de subversão em matéria poética” (BERND, 1991, p.16). Ela ainda cita os quilombos de Rio Pardo, Triunfo e Santa Maria, destacando a resistência do primeiro, que chegou a “Vinte pessoas, em face da repressão que sofria, volta a reorganizar-se a cada incursão da polícia, resistindo. Desde 1828 até a sua destruição em 1848”. Há notícias de que “os escravos da Guarda Nacional, enviados para destruírem esses agrupamentos, avisavam aos quilombolas de como as manobras de caça seriam desenvolvidas, fazendo com que elas fracassassem” (BERND, 1991, p.16).

Há relatos a respeito da existência de um quilombo de escravos fugitivos, localizados nos limites territoriais dos atuais municípios de Venâncio Aires, Passo do Sobrado e Vale Verde. Os quilombolas eram escravos de várias localidades da região, na época, município de Rio Pardo, como os relatou Arlindo Gomes. O mesmo fato também foi relatado em artigo do Jornal Gazeta do Sul, do município de Santa Cruz do Sul, por um filho de escravo que nascera amparado pela “Lei do Ventre Livre”, na localidade de Passo do Sobrado. No artigo, ele cita um episódio sucedido em

um senhor de escravo, chamado Antônio, e sua esposa Carlota, que eram conhecidos pela maneira como tratavam aos escravos. Segundo ele, o casal “cravava um garfo na face da negra se não gostassem de alguma coisa”.

Relatos orais transmitidos no seio de famílias que vivenciaram o período da escravidão dão conta da existência de um caminho certo em mata fechada, ligando o Quilombo a uma fazenda de erva-mate na localidade de Linha Santo Antônio, então pertencente ao município de Venâncio Aires e atual distrito de Mato Leitão, na qual os quilombolas eram acolhidos e recebiam abrigo, comida e roupas em troca de trabalho. Nesse sentido, Vivaldino Guterres de Carvalho declarou, em artigo do Jornal Folha do Mate, que seu avô, Randolpho Rodrigues Chaves, que teria herdado terras de seu sogro, Faustino Brasileiro Fagundes, optara pela exploração dos ervas nativos como forma de renda e que Randolpho era conhecido por ser um homem bom para com os agregados, e até mesmo para os escravos que chegavam fugidos, até sua propriedade, ele distribuía parte de suas terras em troca de mudas de erva-mate.

Vivaldino lembra que, na época, as autoridades brasileiras vendiam lotes colônias apenas para os alemães, com a justificativa de que eles sabiam trabalhar a terra, enquanto que a chegada de negros e lusos pobres à localidade de Linha Santo Antônio não teve causas nobres, uma vez que eles não tinham nenhuma chance de adquirir terras, entretanto seu avô não os discriminou (Jornal Folha do Mato Leitão, 1997).

Os poucos remanescentes do antigo quilombo, que era chamado de “Quilombo do João Gomes”, habitam uma área de terras na localidade de “Buraco Fundo”, no atual município de Vale Verde, antigo Vila Melos. É provável que muitos daqueles quilombolas teriam se fixado em território do atual distrito de Mato Leitão,

Vila Santo Antônio, por questões ocupacionais. Por razões óbvias (fugas), os antigos quilombolas procuravam apagar vestígios de sua existência. Por outro lado, por questões meramente culturais, o afrodescendente preferia repassar sua cultura através da oralidade, até mesmo para que não fosse interpretado por antigos senhores, o que, certamente, resultaria na volta ao cativeiro. Assim, os descendentes tiveram sua vida marcada pela “invisibilidade” e pelo silêncio sobre sua identidade, pessoal e social. Maria Gorete dos Santos (descendente de quilombolas) relatou à reportagem do Jornal Folha do Mate histórias contadas pelo pai e pelo avô sobre a vida dos escravos:

“Meu avô falava que os negros eram obrigados a realizar trabalhos forçados, eram espancados, flagelados, assassinados e jogados no rio. Os brancos escolhiam os que serviam para os serviços e os que eram descartados, eram executados”, recorda com tristeza Maria Gorete. Ela ainda esclarece que seu avô nunca contou se chegou a ser escravo, mas os antepassados dele sim. O avô ainda contava fatos que demonstravam que os escravos, após a “Lei Áurea”, só eram livres no papel, pois na realidade, nada ou quase nada mudara, uma vez que, eram obrigados a trabalhar para os brancos em condições iguais ou piores da escravidão para não morrer de fome. (Maria Gorete dos Santos Rocha)

A avó de Gaudência da Silva (82) chamava-se Porcina de Sá, era “nega Mina”, comprada no Rio de Janeiro por uma família do Rio Pardo, onde conheceu o escravo José Maria de Sá, pai de seus filhos. A família que a comprou, libertou-a após pouco tempo de utilização dos seus serviços. Todavia ela permaneceu na propriedade de seus benfeitores. Mais tarde, não se sabe a época, os ex-escravos José Maria e Porcina de Sá transferiram-se para Venâncio Aires. Não há informação se vieram sozinhos ou acompanhando os senhores. Porcina de Sá “morreu em Venâncio Aires com a idade de 110 anos e não possuía nada de seu” (Gaudência da Silva, 82 anos).

Os pais de Anaurelino da Rosa eram escravos em Venâncio Aires. O pai foi alugado para uma família de origem alemã, os quais vieram a ser padrinhos de Anaurelino da Rosa. Enquanto a mãe auxiliava nas tarefas da agricultura o pai atuava no corte de mato. Como “a gente só falava na língua alemã, eu quase me esqueci da língua brasileira. O Sobrenome “da Rosa” foi herdado dos senhores do meu pai”.

João Generoso dos Santos nasceu no interior de Rio Pardo, filho de Celson e Ernestina dos Santos, escravos de João Carlos Leitão. João “do Cerso” ou “schwartz João”, como era conhecido foi criado pela família Eiserman. Uma família de origem alemã que o adotou para cuidar de uma criança.

A bisavó de Claudia dos Santos (72 anos) era uma mulata, chamada Francisca Veloso, foi comprada na Bahia para servir de ama de leite do filho de um rico fazendeiro de Santo Amaro, de sobrenome Azambuja, porque a esposa falecera durante o parto. A escrava teve vários filhos com o senhor, entre os quais, Rosa que se casou com um negro, chamado Thomaz Pinheiro, que teria lutado sob o comando do senhor Azambuja durante a Guerra do Paraguai. Entre os filhos do casal, Eleuthério e Eulália transferiram-se para Venâncio Aires, entre o final do século XIX e início do século XX. Pai de Claudia, Eleutério Pinheiro teria montado uma venda de secos e molhados e uma engarrafadora de gasosa.

Juvelino dos Santos confessou que a mãe não gostava de falar sobre sua história, pois, sendo descendente de escravos fugitivos, tivera dificuldades em afirmar sua identidade, por medo de alguma represália, mas ao perceber que já se passaram muitos anos e que ninguém pode fazer algo contra eles, já era hora das pessoas conhecerem um pouco mais da sua gente. Assim, por um longo tempo foi mantido o silêncio daquela população que so-

mente queria viver em liberdade, destaca ele: “Eu não sei, ao certo, quando nasci porque não fui registrado, quando era pequeno”. Eu inventei uma data de nascimento quando fui fazer a carteira de trabalho. (Juvelino dos Santos, 84 anos).

Os avós de Fortunata da Silva (78 anos) foram escravos em Venâncio Aires e teriam sido membros de uma Irmandade de negros, em finais do século XIX. A avó comentava fatos da escravidão, mas sua memória teria apagado boa parte das histórias ouvidas. Lembrava que seus avós teriam participado da Irmandade de Negros e que “os escravos e libertos possuíam uma bandeira branca, com a imagem do Divino Espírito Santo, estampada no centro”. Sempre que eles participavam de alguma cerimônia religiosa, levavam a bandeira. Os integrantes da referida irmandade, não podiam entrar na igreja de São Sebastião, por isso, eles assistiam as missas do lado de fora e participavam ao seu modo, nas festas de São Sebastião Mártir. Seu avô teria sido um dos chamados “cortadores de mato”.

Adão Carvalho (70 anos), pouco lembra dos relatos de seus avós que foram escravos no interior de Rio Pardo. Segundo ele, o avô gostava de falar “do tempo da escravidão”, como a história de uma escrava mulata, por ser bonita, a senhora tinha ciúmes da escrava e a perseguia e castigava sempre, a coitada fazia de conta que estava tudo bem. Até que um dia, quando ela servia à mesa a senhora cravou um garfo nas costas dela. Ninguém quis tirar o garfo. Então a escrava foi caminhando até encontrar o quilombo. Lá arrancaram o garfo e ela ficou lá com os escravos.

A IRMANDADE DE SÃO SEBASTIÃO MÁRTIR

As confrarias de negros eram organizadas como irmandades, compostas por negros livres, escravos e mulatos, dedicados

à educação religiosa e à benemerência social. No Brasil, a mais antiga foi a Confraria de Nossa Senhora do Rosário, que chegou a constituir 86 casas no período colonial. Já no Rio Grande do Sul, a mais antiga foi fundada em Porto Alegre em 1786, constituindo-se na maioria por negros escravos ou libertos.

As irmandades, geralmente localizavam-se nessa teria sido uma estratégia dos senhores, imposta de fora como um meio de controle social e instrumento de submissão dos escravos, mas que, no entanto, ressalta ele “centros urbanos, compondo-se de negros forros ou de escravos domésticos, artesãos, artistas e soldados, havendo ainda, a participação de brancos”. (Freitas, 1982, p.53-54) Para o autor a prestação de assistência religiosa (batizados, missas, confissões e enterros), serviam para atenuar a tensão entre brancos e negros e, ao acenar para a possibilidade de emancipação individual desencorajando revoltas. Por outro lado, irmandades e confrarias de negros representavam importante estratégia na articulação e conservação de resíduos culturais africanos. Assim, tanto para escravos como para libertos, era importante participar da vida social e religiosa das irmandades, por ser essa a única instituição aberta a eles, na sociedade da época. (Bastide, 1971, p163-164) No entanto, ressalta ele:

“Não é de se admirar que nessas condições o homem de cor reagisse exatamente como nos Estados Unidos e que transformasse esse catolicismo, com o qual se queria fazer um meio de controle e de integração num social numa sociedade que o maltratava, num instrumento, pelo contrário, de solidariedade étnica e da reivindicação social.”

A Irmandade de São Sebastião Mártir teria a participação de negros escravos e libertos, ligados à Paróquia São Sebastião Mártir, conforme o documento de matrícula, datado de 25/01/1880,

foram escritos 13 escravos e três pessoas livres. Entretanto, não havia menção sobre a participação de pessoas brancas e se os componentes da referida Irmandade tinham participação efetiva na vida religiosa da comunidade católica. De acordo com informações contidas no Livro Tombo nº 01, dois anos após a oficialização da construção de uma capela em honra a São Sebastião Mártir, foi realizada a primeira procissão dos devotos ao santo, seguida de uma confraternização dos moradores com a realização de um churrasco, no qual participaram as pessoas mais humildes. Os teuto-brasileiros vinham da zona colonial para participar da chamada *kampfes*” (festa do campo) com relatou Gaudência da Silva (82 anos) “era armado um pavilhão de zinco em torno da igreja. Tinha dança, Mas dançavam tudo separado. De um lado os brancos, e de outro, os negros.

O AFRODESCENDENTE NAS CAMPANHAS MILITARES NO SUL

A presença de africanos e descendentes nas campanhas militares tem uma longa tradição no país, desde a organização do primeiro batalhão de Henrique Dias, na guerra contra os holandeses, em Pernambuco, no século XVII, como em tantas outras como, por exemplo, na luta da “Ilha de Santa Catarina” (Continente de São Pedro), em 1775; ou em 1817, quando D. João organizou o Batalhão dos caçadores formado de negros libertos para servir em Montevidéu; ou ainda em 1822 quando criou Batalhão de Artilharia, organizando também o regimento dos Henriques para o Rio Grande do Sul. Da mesma forma, os farroupilhas, a partir de 1835, também arregimentaram homens negros, escravos ou libertos, oferecendo a liberdade, para que aumentassem o contingente militar.

O Estado do Rio Grande do Sul (chamado de Continente de São Pedro) foi colonizado a partir de 1737, data da fundação do presídio militar de Rio Grande, primeiro estabelecimento oficial português, em território que hoje pertence à cidade de Rio Grande. Nessa data, desembarcava o brigadeiro Silva Pais, trazendo em sua expedição negros do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais.

No entanto, Claudio Moreira Bento menciona que os negros já estavam em território gaúcho desde fins de 1635, quando irrompeu, nos Vales do Taquari e Jacuí, a bandeira de Raposo Tavares, composta de 120 portugueses e 1.000 índios tupis. Ainda, registra a presença de negros quando da fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, ocasião na qual participaram vários negros, sendo muitos deles, soldados e também, na expedição comandada por Domingos Brito Peixoto, chegando a proporção de 70%, em 1684, por ocasião da fundação de Laguna.

Constata-se presença do africano e afrodescendente também em 1735, na ocasião em que a frota de João de Magalhães, “composta de 30 homens, na sua maioria, pretos e mestiços desta raça” partiu de Laguna, acampando em São José do Norte, permanecendo por dois anos no Rio Grande do Sul, em missão militar; na primeira guarnição de Porto Alegre, em 1752, então chamado “Porto dos Dorneles”. E na “Guerra Guaranítica”, entre 1754 e 1756, quando o negro novamente se fez presente, integrando o chamado “Exército Demarcador”.

Como podemos perceber, a figura do africano/afrodescendente esteve presente em diversas campanhas militares durante a construção do Brasil, prestando serviços, sendo inclusive ressaltada, como quando os espanhóis tomaram dos portugueses a Colônia do Sacramento, os fortes de Santa Tereza e São Miguel e a Vila de Rio Grande, em 1763. Onde tropas comandadas por

Rafael Pinto Bandeira e outros comandantes se destacaram entre elas a tropa de negros, que de tão boa, recebeu citação de um sargento espanhol que escreveu em versos, na época, que ele andava sempre acompanhado por um “horror de negros valientes que el temor no consociam”. (PEREIRA, 1994, p. 50)

O PESO DA HERANÇA ESCRAVISTA

A igualdade jurídica alcançada pelo ex-escravo, não representou igualdade social conforme registro do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, quando afirma que o preconceito antinegro, a partir de clichês previamente elaborados, passou a tomar forma “quando o negro livre passou a frustrar as expectativas dos racistas, ameaçando a exclusividade das posições sociais por eles - brancos - mantidas”. Segundo o autor, é aí que começa realmente o “problema negro”, com a dificuldade de acesso a papéis sociais que pressupunham regalias e direitos aos afro-brasileiros. (CARDOSO, 1977:249)

A igualdade jurídica teria colocado o afro-brasileiro, muito mais a mercê dos rigores da lei, do que dos benefícios, fazendo jus à afirmação de Da Mata (1991:87), quando diz que no Brasil, a palavra “cidadão marca alguém em desvantagem”, pois ao ser assim chamado, ele tem a certeza que ao ter um conflito com a polícia, seus direitos políticos e civis “ficaram lá fora”. A essas desvantagens descritas por Roberto Da Mata, o americano MRSHALH (1964) classificou como “cidadão de segunda classe”, uma vez que coloca o negro em maior desvantagem que os demais civis, pela sua cor, símbolo esse que pressupõe a ausência de direitos civis, ao menos, aqueles que lhe ofereça defesa contra as arbitrariedades cometidas pelos “representantes da lei”.

Em Venâncio Aires, assim como em outras partes do Brasil, o ex-escravo e seus descendentes não receberam qualquer auxílio, salva raras exceções, no sentido de uma inserção positiva na sociedade competitiva, baseada na iniciativa privada. Os relatos orais dão conta que o grosso da população “emancipada” pela chamada “Lei Áurea”, na tentativa de sobrevivência física em melhores condições migraram da zona rural para a zona urbana. Frustradas as expectativas de uma vida melhor, com trabalho assalariado e maior possibilidade de lazer, essa população tratou de buscar formas alternativas de sobrevivência. Sem capital econômico e, principalmente, sem os meios de produção básicos (terra e ferramentas), eles se depararam com as dificuldades de inserção positiva na sociedade urbano-industrial que estava sendo concretizada. Não havia habitação, renda para custear o pagamento de locação de imóveis, nem tão pouco imóveis suficientes para atender a demanda de procura. Então passaram a ocupar pequenas faixas de terras não aproveitadas pelo proprietário. Estas terras eram, geralmente, cobertas por matos e capoeira, localizadas distante do povoado. Na maioria dos casos os “invasores” não conheciam o proprietário do local onde construía seus barracos e seus “quintais”.

Não foram poucos os casos em que os libertos continuavam na mesma condição anterior. Na maioria dos casos, eles não tinham acesso às informações e assim, ignorando o novo estado e, por outro lado, vitimados por senhores, que se aproveitando da falta de informação do escravo, continuaram a explorar sua mão de obra, nas condições anteriores.

De acordo com Pereira (2003) a dificuldade de adaptação, acrescentada ao despreparo para enfrentar o novo sistema, teria resultado num aumento expressivo da população urbana. A ex-

plicação para esse aumento considerável reside na dificuldade de proprietários de terras localizadas nas imediações da capela, em manter o padrão de vida, uma vez que até então, era o escravo quem realizava a maior parte dos trabalhos braçais, principalmente, os relacionados à agricultura. Com a abolição da escravatura, os antigos senhores tiveram dificuldades em assimilar a nova estrutura social. Eles ainda mantinham a mentalidade de que o trabalho braçal era “coisa de negro” (escravo), uma vez que foram educados dessa forma. Por outro lado, não possuíam condições financeiras para pagar salários a trabalhadores livres, uma vez que possuíam terras, mas a produção era essencialmente para a subsistência, sendo colocado à venda, apenas o excedente. Essa realidade teria levado antigos senhores de escravos a uma situação desesperadora, sendo que alguns chegaram a “trocar terra por comida”, como relatou Joaquina da Cruz.

“Quando acabou a escravidão, meus antepassados passaram por momentos de grande aperto. Eles tinham terra, mas não tinham dinheiro para pagar os trabalhadores. Por isso, eles passavam o dia jogando cartas. Mas chegou um momento em que acabou a comida. Sem outra saída, eles passaram a vender pequenas partes da terra. Chegaram, inclusive a trocar terra por comida. Até mesmo, toucinho de porco. Para ver a situação que eles chegaram.”

ETNICIDADE NO LAZER

Até meados de 1930, as oportunidades de lazer, no município de Venâncio Aires, eram raras, salvo jogos de cartas, bailes e festas de aniversário. Nas poucas ocasiões em que ocorriam festas religiosas e eventos sociais, surgiam barreiras construídas pelo preconceito e discriminação étnico-racial sendo que havia um lugar bem demarcado para cada grupo étnico-racial. Cada

lugar refletia o prestígio social dos diferentes grupos, com destaque para brancos da zona urbana (empresários, funcionários públicos, profissionais liberais, professores...). Depois vinham os grupos formados por descendentes de imigrantes teuto-brasileiros radicados na zona rural, então denominados de colonos e que viviam da agricultura familiar. O primeiro (zona urbana) criou os clubes da elite dirigente local, como o Grêmio Gaúcho, Clube Comercial, Sociedade de Leituras, entre outros. O segundo grupo (colonos) criaram Sociedade de canto, de leitura, cavalaria. Só consta o 1º e 2º

O terceiro grupo era aquele formado por afro-brasileiros que carregava intrinsecamente os caracteres fenótipos, que a herança escravista estigmatizou como uma marca discriminatória e fator de rebaixamento social. Em outras palavras, os negros não tinham como disfarçar a cor da pele, as espessuras dos cabelos, enfim, os caracteres biológicos externos que o identificam como pertencentes a essa etnia. Assim, ficou fácil demarcar o lugar do negro nos porões da sociedade local, tal qual o apartheid, que existiu na África do Sul, o negro era impossibilitado de frequentar “lugares dos brancos”, os quais passavam pelo lazer, religioso, cultural e sócio-ocupacional (trabalho).

Como o grupo majoritário e detentor do poder era o branco de origem europeia, era fácil identificar o negro e barrar-lhe o acesso a eventos sociais. Outro fator discriminatório era o econômico. Como a grande maioria dos negros possuíam um poder econômico baixíssimo, praticamente na linha da miséria, as dificuldades de inserção na sociedade local eram imensas.

Diante do quadro descrito, a população afro-brasileira local foi construindo formas alternativas de lazer, como as “festas surpresas” e os “bailes de rancho”, além dos “samba de fundo de quintal”, comemoração de aniversário, comunhão, casamento, entre outras.



Figura 42: 1º Carnaval do Négo na década de 30.



Figura 43: Carnaval do Négo.

AS FESTAS SURPRESAS

Uma das formas de lazer adotada pelo afro-brasileiro de Venâncio Aires foi a comemoração de aniversários de membros do grupo formado por integrantes de várias famílias amigas. Essa não era uma prática exclusiva do afrodescendente, na verdade era adotada por grande parte da população do município em estudo, tanto na zona urbana quanto na rural, pelos diversos grupos étnicos existentes no município.

Quando um membro do grupo estava de aniversário os demais realizavam uma visita surpresa com o intuito de comemorar. Na zona urbana (núcleo central e periferia), as famílias, geralmente, mantinham um galinheiro, de onde “se tirava a carne para a comemoração”. É importante lembrar que até meados do século XX, não havia carne congelada e rara era a oferta de galinhas no comércio local, por isso, a maioria das propriedades possuía uma criação de galinhas e porcos.

Na zona de estância de criação de gado, as festas surpresas eram semelhantes às ocorridas na zona urbana. Só que. Lá, carneava-se porco ou gado (Luiz Martins e Adão Lopes). Já em área de colonização teuto-brasileira, o costume era semelhante ao das estâncias. “Tudo era pegado na casa do aniversariante. Quando a gente chegava, o gaiteiro tocava uma música, enquanto alguns homens iam até o chiqueiro e carneavam um porco, sem que ninguém ouvisse”. (Maurilio e Luiz Pereira, in PEREIRA, 2003).

As festas, geralmente, eram animadas por um conjunto musical formado por gaita, violão e pandeiro. Ainda improvisavam instrumentos, como reco-reco confeccionado em taquara ou guampa de boi, percussão em caixas e colheres, entre outros. Das festas surpresas, alguns conjuntos musicais improvisados alcan-

çaram tamanho prestígio social, que passaram a animar bailes e festas, como “Os Martins”, “Os Neguinhos”, “Os Apóstolos”, “Os De Deus”. Também se destacaram gaiteiros como João Generoso dos Santos, João de Deus Lopes e seu filho João Adão Lopes, João Julião e João Apóstolo Pereira.

DOS BAILES DE RANCHO AO BAILE DE SÃO SEBASTIÃO

Até as últimas décadas do século XX, havia bailes só para brancos, e outros somente para negros. A população afrodescendente passou a improvisar casas residenciais, adaptando-as para servir de salão de baile. Como a maioria era casebre, a solução foi retirar as paredes divisórias para ampliar o espaço para pista de dança, repondo após o evento.

A realização de um baile representava um grande acontecimento social. As pessoas convidavam amigos e parentes que moravam em outros municípios, para o evento. Os homens preparavam seus ternos e gravatas. As mulheres mandavam costurar vestidos novos a partir de modelos extraídos de revistas de moda, de propriedade das costureiras.

Por ocasião da festa em honra ao santo padroeiro do município, São Sebastião Mártir (20 de janeiro), no Clube Comercial, ocorria o baile oficial da festa, enquanto que o baile dos negros acontecia na residência de João Generoso dos Santos. Mais tarde passou a se realizar na sede do Négo Football Club (Amarino da Silva, 82 anos e Cláudia dos Santos).

A história do “baile do Bastião” para o afrodescendente começou a partir do momento em João Generoso dos Santos percebeu que os festeiros visitavam a indústria, o comércio e as

residências de pessoas ricas, enquanto que as casas dos pobres, que residiam na periferia da zona urbana, eram ignoradas. Por isso, ele tomou a iniciativa de visitá-las, recebendo o aval do padre vigário, como relata Luiza da Silva e Maria Pereira, que acompanhavam o líder nas visitas. Esse era um costume da época, que perdura até os dias atuais, ou seja, um grupo de fiéis, empunhando uma bandeira com a imagem do santo estampada, visitava a casa dos moradores, comércio e fábricas da cidade, além de residências de pessoas influentes, “abençoando a casa e solicitando donativos para a festa”.

Percebendo a influência que o líder negro possuía junto à camada pobre local, os festeiros passaram a oferecer o dinheiro coletado por João Generoso para organizar um baile para os negros, o qual passou a servir de ponto de encontro para parentes que moravam em outras cidades bem como, moradores de municípios vizinhos.

Luiz Martins, natural de Campo Grande, Luiz e Maurílio Pereira, naturais de Linha Campestre, João Adão Lopes, de Taquari Mirim, Adão Carvalho e Arlindo Gomes, natural de Passo do Sobrado, ressaltam a participação nos bailes de São Sebastião. Osvaldo da Rosa lembrou que, “mesmo indo pouco a bailes, teve oportunidade de participar de algumas edições do baile de São Sebastião”. Igualmente, a professora Marina da Rosa lembrou que foi num baile de São Sebastião que começou o namoro que resultou no seu casamento.

Os bailes, principalmente o de São Sebastião, passaram a representar, além do lazer, um momento de integração social para o afrodescendente, pois, nesse baile, encontravam amigos e conhecidos que não viam há algum tempo (Nadir Alves).

Antigos moradores da cidade, que haviam se transferido para outras cidades, vinham para Venâncio Aires, para participar da festa e da procissão de 20 de janeiro. Eles chegavam no sábado, pela parte da manhã, para rever amigos e parentes. Para não causar incômodo a parentes e amigos, que possuíam casas com poucos cômodos, no sábado à noite, eles participavam do baile na sede do Négo e, sem dormir, se deslocavam aos pavilhões de festa onde permaneciam até o horário da procissão. Ao entardecer, o visitante retornava para sua cidade.

SOCIEDADE NÉGO FOOT BALL CLUB SÃO SEBASTIÃO MÁRTIR

No Brasil, de acordo com Luiz Luna (1974), os primeiros clubes de negros não foram de caráter social ou recreativo, mas sociedades secretas, organizações de combate, com a finalidade de promover rebeliões e organizar fugas de escravos, sem levar em conta o futuro do liberto. Buscavam apenas a abolição da escravatura (LUNA, 1974 p.309). Nas primeiras décadas do século XX, as organizações e clubes negros passaram a assumir uma postura política mais organizada e combativa na luta contra o preconceito e racismo. Entretanto o golpe de Estado deflagrado por Getúlio Vargas (Estado Novo) dissolveu os partidos e organizações políticas da época, empreendendo a vigilância permanente dos órgãos de segurança e repressão sobre as organizações populares. As entidades políticas negras passaram a se organizar como “simples clubes de lazer especialmente dançantes ou esportivos” (MOURA, 1989:72-74).

Foi nesse contexto que surgiu o Négo Foot Ball Club São Sebastião Mártir, fundado em 29 de julho de 1935, no município de Venâncio Aires, com o objetivo de oferecer momentos de lazer e entretenimento além de atividades de cunho sociocultural a seus associados.

Assim como ocorreu em outras partes do Brasil, expressões culturais específicas de certos grupos étnico-culturais que vieram da África foram reinventadas e acabaram associadas historicamente a todos os negros brasileiros, como sublinha Pereira (1995)

A par dessa metamorfose histórica que inclui perdas e ganhos, caracterização e descaracterização cultural, ocorreu uma progressiva incorporação pela sociedade brasileira dessa cultura que pelo menos até os anos 20 era estigmatizada, sitiada, proibida. Aos poucos, tropeçando aqui e acolá, essa cultura tornou-se uma das peças centrais com que se constrói, hoje, a identidade nacional. (PEREIRA, 1995:77)

Foi nesse sentido, que os líderes do Négo Foot Ball Club, criaram um bloco de carnaval, que desfilou em 1936, pelas principais ruas da cidade. O bloco era composto praticamente, por afrodescendente e era uma espécie de cordão carnavalesco com expressões afro-brasileira, semelhante ao “bumba meu boi” da região nordeste do Brasil.

Segundo relatos de integrantes, o “Bloco saía do salão do Négo, às cinco horas da tarde e só retornava à noite, percorrendo as principais ruas da cidade” (José Ornélio de Sá). Como a iluminação pública era precária, isso era explorado no enredo, “as mulheres acendiam lanternas à querosene e continuavam desfile, até outro local, onde estava sendo esperado, para nova apresentação (Marieta Rodrigues)”.

Depois de percorrer as ruas centrais do povoado, os integrantes do bloco carnavalesco voltavam para a sede do Négo F.C., onde com a chegada do bloco iniciava o baile e só terminava com dia claro”.

Ao pesquisar em enciclopédia do folclore brasileiro não se encontra nenhuma expressão cultural que tivesse os mesmos personagens, do referido folguedo. “Contudo, descobriu-se que o líder João Generoso dos Santos conhecia a “memória de seus antepassados”, uma vez que, costumava relatar histórias orais que ouvia de sua avó, uma escrava africana de Angola”. Assim, chegamos até uma das expressões culturais de Angola (África), a qual possuía uma semelhança entre os personagens utilizados por “Tio João”, para a criação do bloco carnavalesco.

Os personagens eram o “Pai João” ou “Pai de todos” – representado por João Generoso dos Santos, que se autointitulava “Pai dos Negros”, o “boi Geroa” – boi sagrado dos reis, o “boiadeiro”, o “laçador”, acompanhados por uma orquestra de músicos, que davam o ritmo da dança apresentada junto a entrada de povoados, em época de seca, com o claro objetivo de amenizar a cobrança de impostos junto aos súditos do reino.

Como a “saída do boi sagrado do ei” o bloco em questão, simbolizava a visita a povoados, sendo que em Venâncio Aires, o cortejo visitava os bares e locais onde havia um prévio agrupamento de pessoas, para executar e dançar suas músicas (marchinhas de carnaval e outras de raízes africanas). Em retribuição, a população oferecia bebidas, para os homens e doces para as mulheres. (Florêncio Rodrigues)

Ao analisar os relatos orais, podemos inferir que essa teria sido a origem do carnaval de rua em Venâncio Aires, que teve como ponto de partida as idealizações do líder João Generoso dos Santos. Os componentes do primeiro bloco carnavalesco, sobreviventes confessaram desconhecer a origem dos personagens utilizados por João Generoso dos Santos.

Na sede social do Négo F. C., passaram a acontecer os bailes de salão, festas de casamento e de aniversário dos membros da sociedade então constituída.

A denominação do clube – Négo Foot Ball Club São Sebastião Mártir – teria sido motivada por getulistas locais, em homenagem a João Pessoa, governador da Paraíba e candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Getúlio Vargas, em 193, assinado pela oposição. Segundo Helena de Brito Goulart (professora aposentada), o nome Négo foi uma sugestão de seu pai, o juiz de direito Sebastião de Brito.

A construção da atual sede do Négo F. C. teve uma ampla participação da sociedade civil organizada do município de Venâncio Aires, servindo como exemplo de solidariedade e sinalizando como um marco para a integração entre as diferentes etnias formadoras do povo Venâncio-aiense que sempre se unia em torno de um projeto maior, nesse caso, a construção da sede social, que representa uma das maiores, no Estado, entre as pertencentes a afrodescendentes, inaugurada no início da década de 1970, sob a presidência de Erno Eitor Leal, mais conhecido como “Torinho”.

O FUTEBOL

O futebol foi uma espécie de “carro chefe” do clube recreativo e cultural dos afrodescendentes radicados no município de Venâncio Aires e teve, como motivação, a discriminação racial e exclusão social sofrida pelo afrodescendente.

Segundo os relatos, a segregação racial era bastante acentuada, o que não poderia ser diferente no futebol, que foi um esporte criado pelos ingleses e trazido ao Brasil por um descendente

de inglês e, então, praticado pela elite nacional. Nesse sentido, em meados da década de 1930, existia um clube de futebol em Venâncio Aires, o Esporte Clube Guarani, que era um clube da elite branca local. No seu time, somente jogavam brancos. Segundo Leobaldo Rodrigues (Tio Beco), o primeiro negro a jogar no Guarani foi Atalibas Rodrigues. Ele era um bom jogador e atuava em diversas posições na equipe. Foi quando ele atuava como goleiro que tudo começou, destaca Leobaldo Rodrigues, ao afirmar que o time estava ruim e ele “defendia tudo”, até o momento de levar um gol, normal. Os brancos, inclusive colegas, passaram a ofender sua honra com termos racistas. Como ele era “um negro de sangue nas veias”, tirou a camiseta, jogou fora e disse que se negava a jogar num time de racistas.

Aquele ato foi apoiado pelos afro-descendentes que se encontravam no estádio, retirando-se em massa do local. Como era costume, na época, até mesmo por representar uma das poucas formas de lazer, alguns homens foram jogar cartas. Durante o jogo de cartas, teria surgido a ideia de criar um clube de negros e para negros, como nos relatou Leobaldo Rodrigues, que fora jogador e treinador do clube.

Amarino da Silva, que tinha 17 anos na época, considerou muito importante a criação do clube de futebol e da sociedade, salientando o papel do líder João Generoso dos Santos, que “teve a ajuda do encruzilhadense, chamado Argemiro da Rosa”.

Com a criação do clube de futebol, a população afrodescendente de Venâncio Aires passou a ter mais uma opção de lazer, “representando um momento de encontros de amigos” (Claudia dos Santos) e “melhoramento nas relações interétnicas” (Amarino da Silva).

Os dirigentes da Sociedade Négo F. C. encontraram no futebol, uma estratégia para ampliar a participação de entidades sociais de municípios vizinhos nos bailes que realizava, pois sempre em datas de bailes eles promoviam torneios de futebol, convidando clubes de negros da região. Os jogos eram realizados sempre aos sábados à tarde, e a premiação acontecia durante o baile, na parte da noite, garantindo, assim, a participação dos clubes visitantes no baile. Dessa forma, o Négo F. C. passou a representar um elo de ligação e integração social entre os clubes formados por afrodescendentes dos vales do Taquari e Rio Pardo.

O maior acontecimento futebolístico do município, segundo desportistas locais, era a disputa anual de um jogo de futebol entre a seleção de jogadores brancos e jogadores negros, com vitórias de ambos os lados, esses encontros “amistosos” atraíam grande público, tanto homens quanto mulheres da cidade e aconteceram até meados da década de 1980, quando Leobaldo Rodrigues, o grande incentivador desses jogos, deixou de atuar como técnico de futebol. Os mais idosos ainda relembram, com nostalgia, aqueles jogos.

CLUBE DE LAZER ESPECIALMENTE DANÇANTE

Desde sua criação o Négo F.C. não foi apenas um clube de futebol: ele representava a entidade social dos afrodescendentes da Venâncio Aires. Assim, além do futebol ele realizava eventos de cunho sociocultural, especialmente para a população afrodescendente de Venâncio Aires e região, como foi o caso do chamado “Baile do Bastião do Négo”.

Para Amarino da Silva, a criação de uma sociedade de afrodescendentes foi muito importante para o processo de so-

cialização de seus membros, bem como para a afirmação de uma identidade positiva, uma vez que os negros passaram a ter uma sede para realizar eventos sociais, como festas de aniversário, casamento ou qualquer festa; aquilo estava ao dispor do sócio”.

Desta forma, nos primeiros anos, o clube de negros funcionou junto à residência do líder João Generoso dos Santos, que foi presidente do clube por mais de duas décadas. A aquisição do terreno e da sede própria, de acordo com Florêncio Rodrigues, foi mediante grande esforço e a construção da sede social foi realizada através da forma de mutirão.

Com a construção da sede própria, o Négo F.C. passou a ampliar o intercâmbio sociocultural com clubes sociais de outros municípios, realizando acordos com os proprietários de salão de baile particular, para não realizar bailes na mesma data. Entre os clubes citados estavam: O Clube Operário, Guarani e União Bandeirantes, de Santa Cruz do Sul; Clube Tereza, de Vera Cruz, Clube 13 de Maio, de Lajeado, Operário de Cruzeiro do Sul, Clube Atlético Tamandaré, de Passo do Sobrado, além de clubes de Estrela, Bom Retiro do Sul, Taquari, Triunfo, Rio Pardo, Candelária, São Sebastião do Caí, São Leopoldo, entre outros.

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR: UM VERDADEIRO RITO DE PASSAGEM

Estudos demonstram que a região do Vale do Rio Pardo, até a primeira metade do século XX, tem nas atividades primárias (agricultura e pecuária) a base de sua economia, com o grosso da população vivendo no campo. No entanto, os relatos evidenciam que os afro-brasileiros, em sua maioria esmagadora realizavam trabalhos de caráter manual e de baixa remuneração. Esse trabalho era organizado na forma de diarista (remuneração paga por dia de trabalho).

A partir de meados do século XX, acentuou-se um processo de migração espacial, principalmente o êxodo rural. Entre a população pesquisada a migração para a área urbana significava mais garantia de renda, embora mínima, pois não existiam muitos postos de trabalho. Essa migração se fez sentir mais ao aproximar-se os anos cinquenta, quando houve um considerável aumento da população urbana e, conseqüentemente a construção de prédios e habitações. Entretanto, os relatos dão conta de que fator responsável pelo maior volume de migração estava relacionado à prestação do serviço militar obrigatório.

A mobilidade social do afro-brasileiro sofreu um duro golpe, à medida que seus membros entravam em contato com pessoas que possuíam mentalidade diferente. A mudança espacial rompia, assim, no início, o temor de enfrentar o desconhecido, uma vez que o deslocamento para o serviço militar, para a maior parte da referida população, representava a primeira viagem fora dos limites territoriais do município. Nesse sentido, ao retornar para a terra natal, ele não mais aceitava a realidade anterior, e passava a reivindicar mudanças, ou transferia-se para centros industriais e urbanos com maiores oportunidade de trabalho. Isso ocorria não apenas pela possibilidade de aprender uma profissão, mas, principalmente, por representar um rompimento com a inanição e o receio de enfrentar o desconhecido. A situação financeira inviabilizava viagens para outros centros urbanos. Assim, os jovens não visualizavam novas opções ocupacionais e, por outro lado, acabavam se acomodando em tarefas de pouco prestígio e baixa remuneração, como no caso das relacionadas à agricultura. Uma vez mudando o ambiente, pois as unidades das forças armadas localizavam-se as mais próximas em Santa Cruz do Sul, São Gabriel e Santa Maria, os jovens se motivavam a procurar uma melhor ocupação em outros centros urbanos.

Ao perceber as mudanças ocorridas no horizonte cultural dos rapazes que cumpriam a prestação do serviço militar obrigatório e sem entender o que estava ocorrendo, a população afrodescendente concluiu que era o treinamento que modificava o jovem, afirmando que “é no quartel que o guri aprende a ser homem”.

O fato é que, após o término do serviço militar o rapaz estava apto para o casamento, por isso, ele geralmente registrava o momento em fotografia ao lado da namorada, constituindo assim, um verdadeiro rito de passagem.

A trajetória histórica da população afrodescendente foi, e continua a ser construída a partir da exclusão social, como resultado de uma relação de poder historicamente desfavorável, uma herança do período em que esteve escravizado.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Fidélis Dalcin. História do Rio grande do Sul. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1976.
- GOLIN, Tau. *O povo do pampa uma história de 12 mil anos do Rio Grande do sul para adolescentes e outras idades*. 2. ed. Passo Fundo: UPE, 2001.
- LANDO, Aldair Marli. et. al. *RS: Imigração & colonização*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *Rio Grande do sul, prazer em conhecê-lo*. 2. ed. Porto Alegre: SferaSRP Editora de Artes, 2009.
- RODRIGUES, Francisco Pereira. *Quando a jornada dignifica a vida*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2013.
- ROSA, Angelita; MALMANN Augusto. *O patrimônio da fé: Santo Amaro do Sul*. Venâncio Aires: Traço, 2011.
- SOARES, António. *Açorianos no Rio Grande do Sul: Brasil IV*. Porto Alegre: Instituto Cultural Português, 1012.
- TIRADENTES, J. A.; SILVA, Denise Rampazzo da. *Sociedade em construção: história e cultura afro-brasileira: o negro na formação da sociedade brasileira*.
- TIRADENTES, J. A.; SILVA, Denise Rampazzo da. *Sociedade em construção: história e cultura indígena brasileira: o índio na formação da sociedade brasileira*.
- VOGT, Olgário Paulo; ROMERO, Maria Rosilane Zoch. *Uma luz para a história do Rio Grande: Rio Pardo 200 anos: cultura, arte e memória*. Santa cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2010.
- VOGT, Olgário Paulo. *Abrindo o Baú de memórias: o Museu de Venâncio Aires conta a história do município*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- Bento, Claudio Moreira. *O Negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do sul*. IEL/DAC/ Grafosul. Porto Alegre, 1976.
- BERN, Zilá. *O negro: consciência e trabalho*. Porto Alegre: Ed. UFRG, 1991.
- FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- GIEHL, Valter. *Brígida do Nascimento, contribuição para a história de Venâncio Aires*. Santa Cruz do Sul, 1979 (mimeo).
- PEREIRA, jairluiz, *A Presença de população Afrodescendente em Venâncio Aires*, In.
- VOGT, Olgário Paulo (Org), *Abrindo o Baú de Memória*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004.
- PEREIRA, Jair Luiz. *CaaYari e a Capital do Chimarrão*, Ed. Treze de Maio, Venâncio Aires, 1994.
- PEREIRA, Jair Luiz, *Identidade e Desenvolvimento Regional: o caso de uma comunidade Afro-brasileira no Vale do Rio Pardo*. Dissertação de mestrado. Santa Cruz do Sul, 2005.

FONTE DAS FIGURAS

Capa: Ilustração: Marione Reckziegel.

Figura 1: Acervo Milton José Klafke.

Figuras 2 e 3: Acervo da Cruz Portella.

Figura 4: Livro CEEE.

Figura 5: Livro CEEE.

Figura 6: Ilustração: Marione Reckziegel.

Figuras 7 e 8: Acervo da Cruz Portella.

Figura 9: Miriam Alles Heck.

Figura 10: Acervo da Cruz Portella.

Figura 11: Miriam Alles Heck.

Figura 12: Livro CEEE.

Figura 13: Ilustração: Marione Reckziegel.

Figura 14: Arquivo.

Figura 15: Ilustração: Marione Reckziegel.

Figura 16: Shutterstock.

Figura 17: Olinda Fagundes Freitas.

Figura 18: Acervo da Cruz Portella.

Figuras 19, 20 e 21: Acervo da Ilse Schimits e Carmen Schimits.

Figura 22: Shutterstock.

Figuras 23, 24, 25 e 26: Acervo da Cruz Portella.

Figura 27: Wikipédia - User: Softeis

Figura 28, 29 e 30: Acervo da Cruz Portella.

Figura 31 e 32: Escola Brígida.

Figura 33: Acervo da Cruz Portella.

Figuras 34 e 35: Memorial Lopes Guedes.

Figuras 36 e 37: Acervo Noemy Costa Machado.

Figura 38: Acervo da Ilse Schimits e Carmen Schimits.

Figura 39: Litografia de Rugendas, século XIX.

Figura 40: Litografia de Jean-Batiste Debret, século XIX.

Figura 41: Gravura de Jean-Batiste Debret século XIX.

Figura 42 e 43: Acervo Jair Luiz Pereira.

BIOGRAFIA

Maria Zulmira Portella de Moura, natural de Venâncio Aires, professora, pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional e extensão em Psicopedagogia Hospitalar, pela FACINTER, atuou na Rede Pública Estadual e Municipal, atuou como supervisora junto à Secretaria Municipal de Educação, coordenadora do MOBRAL, Secretária Executiva da LBA, Secretária do Gabinete da Primeira Dama, primeira Diretora da EMEI Mônica, Coordenadora das EMEIS, auxiliar de biblioteca, Diretora do Centro Social Infante Juvenil, atualmente Colunista do Jornal Nossos Valle's, Coordenadora do Departamento Cultural da Associação Amigos do CEMUC e do Grupo de Estudos da Colonização Portuguesa em Venâncio Aires, atua na sua Clínica de Psicopedagogia no desenvolvimento ao educando.

Jair Luiz Pereira é licenciado em Estudos Sociais, licenciatura curta (FISC) e história licenciatura plena (UNISC), Mestrado em desenvolvimento regional (UNISC).

Girlene Simone Manganelli, natural de Venâncio Aires, professora, formada em Letras pela UNISC, pós-graduada em Leitura e Ensino Básico pela UNIVATES, atua na Rede Pública Estadual e Municipal, foi delegada do ENEJA, atua junto ao Departamento Cultural da Associação Amigos do CEMUC integrando o Grupo de Estudos da Colonização Portuguesa em Venâncio Aires.

Eloisa Porazza é professora, poeta, escritora, teatróloga, atua em novelas e filmes, vice-presidente da Casa do Poeta Rio-grandense, faz parte das diretorias do Instituto Cultural Português, Soc. Partenon Literário, sócia de diversas instituições culturais e foi agraciada com o Troféu Cecília Meireles - Itabira-MG. Acadêmica da Academia Artes Ciências e Letras Castro Alves e autora do livro *Duas Faces*, de crônicas e poesias lançado na Feira do Livro de Porto Alegre, em 2011.

Santa Inézi Domingues da Rocha Neiva Soares reside em Porto Alegre desde 1977, onde exerceu suas atividades profissionais na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, wdestacando-se na coordenação das atividades culturais da Subsecretaria de Cultura criada dentro da Secretaria de Educação para operacionalizar as atividades culturais em diversos municípios do Estado.

Participou da Fundação do Instituto Cultural Português, em 1979, vindo a fazer parte de sua primeira diretoria. É Diretora Cultural do Instituto Cultural Português, que possui Biblioteca Especializada, o Museu Açoriano Sul-Rio-Grandense e Centro Açoriano de Estudos.

Publicou: *Açorianos – Historia e legado; Enigma do amor* (poesia); *Dois Ensaios* - Lila Ripoll e Nilson Bertoline; *Açorianos No Rio Grande Do Sul – Brasil, Volumes I,II E LIII*, como organizadora participa das revistas *Caosótica* e *Decima Ilha Açoriana*.

VENÂNCIO AIRES
BUSCANDO
Raízes

The logo consists of the text 'VENÂNCIO AIRES' in a small, uppercase, sans-serif font at the top. Below it is the word 'BUSCANDO' in a slightly larger, bold, uppercase, sans-serif font. The main element is the word 'Raízes' written in a large, elegant, black cursive script. The letter 'R' is particularly stylized, with its vertical stem extending downwards and branching out into a graphic representation of a tree root system.

ISBN 978-85-62186-09-7



9 788562 186097

VENÂNCIO AIRES
BUSCANDO
Raízes

Para a região de Venâncio Aires seu livro traduz além de grande sensibilidade, que possui vasto conhecimento pela historicidade do homem açoriano através dos tempos e das mudanças sócio-econômicas ocorridas nesta região. Valoriza as tradições e às descreves, viajar do passado ao presente, onde a mulher em seu papel, por um lado era meiga e submissa ao seu marido e paradoxalmente, agia como uma guerreira, pois tomava conta não só dos afazeres domésticos como também das lidas rurais, além de assegu-

rar para sua família toda dedicação e ensinamentos que são necessários para se viver bem. Na volta de seu marido, lá estava ela de braços abertos para dedicar-lhe, não apenas o seu carinho, mas também devolver-lhe o comando da casa assumido em sua ausência. Assim era a mulher açoriana, forte, capaz, companheira e mãe extremosa a cuidar da prole. O homem e a mulher açorianos desbravaram e deixaram sua marca através dos tempos, fatos muito bem descritos em sua obra, o que só nos engrandece.

Eloisa Porazza

Realização



Financiamento



Secretaria da Cultura

